

CACILDA COMÁSSIO LIMA

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:
A ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA (1924-1970)**

**FRANCA
2007**

CACILDA COMÁSSIO LIMA

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO:
A ESCOLA PROFISSIONAL DE FRANCA (1924-1970)**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus Franca, para a obtenção do título de Doutor em História. (Área de concentração: História e Cultura Social)

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manuel

**FRANCA
2007**

Dedico à memória de meus pais Elso Comássio e Zilda Magalhães Comássio que em sua sabedoria simples me fizeram ver na humildade, persistência e prazer pelo conhecimento, valores para uma vida inteira.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ivan Aparecido Manuel, agradeço a confiança em mim depositada e a orientação paciente e segura.

Às Professoras Hercídia Mara Facuri Coelho e Vânia de Fátima Martino, agradeço pelas sugestões por ocasião do exame de qualificação.

À Maria Medianeira e Joana, professoras responsáveis pelo Centro de Memória da Escola Estadual Doutor Júlio Cardoso pela disposição com que colaboraram na pesquisa das fontes.

À Margarida Borges e demais funcionários do Museu Histórico Municipal, pela atenção e colaboração na pesquisa de fontes para o trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca e Seção de Pós-Graduação da Unesp de Franca pela atenção e cordialidade.

À Carolina Fuzaro Bercho, Taís de Fátima Vaz e Sabrina Vaz, pela ajuda valiosa na pesquisa de fontes.

À Secretaria Estadual de Educação pelo incentivo aos professores da rede envolvidos em programas de Pós-Graduação. Agradeço a Dirigente Regional de Ensino Professora Ivani Marquesi de Oliveira e em especial a Supervisora de Ensino, Professora Sirlei Adelaide Lepri pelo apoio e amizade. Às amigas e companheiras neste projeto, Madalena Gracioli e Ana Lúcia Furquim Toscano, meu carinho e admiração.

Aos meus entrevistados, agradeço pelas histórias de vida encorajadoras, envoltas em otimismo, persistência e trabalho.

Ao Vítor agradeço às vezes que me tirou da frente do computador para examinar os estragos nas luminárias da garagem, fruto de seu “futebol-arte”. À Sofia agradeço pelos pedacinhos de papel enfeitados com borboletas, corações, fadas e estrelinhas deixados na mesa do escritório subscritas com um “ti amo mamãe”, pequenos gestos que me fazem ter certeza de que com vocês minha vida tem mais brilho, tem mais graça.

Ao Marcelo agradeço o incentivo aos meus projetos e o respeito e dedicação à família que formamos.

RESUMO

Este estudo propõe-se a investigar como se deu a inserção da escola Profissional “Dr. Júlio Cardoso” no contexto sócio-econômico da cidade de Franca. A criação da escola em 1924 decorreu em virtude da expansão para ao interior da rede de escolas profissionais criadas pelo governo do estado de São Paulo em 1910. Como escola voltada para o mundo do trabalho, a escola profissional desde o início de seu funcionamento estabeleceu um vínculo com a economia local, na qualificação de mão de obra para as oficinas e fábricas já existentes, como também, na influência que teve no aparecimento de oficinas e fábricas fundadas por ex-alunos. O trabalho procura mostrar que o estudo do ensino profissional a partir de uma realidade específica acrescenta elementos às análises mais gerais que privilegiam, ora o caráter assistencialista dos tempos do império, ora o processo de racionalização que se verificou no sistema de ensino profissional ao longo do século XX.

Palavras-chave: Educação profissional; Ensino técnico; Educação, trabalho.

ABSTRACT

This work sets out to investigate how the professional school “Dr. Júlio Cardoso” was established into the social-economical context of the city of Franca. In 1924 the school was created due to the expansion of professional schools into the interior of the state by the government of São Paulo state which had been first created in 1910. Since these schools are devoted to the work field this professional school has always established a link with the local economy, qualifying labor for local workshops and factories as well as influencing other workshops and founded by former students. This work aims to show that the study of the professional learning process related to a specific reality adds elements to general analysis, which either provide privilege to the assistant characteristic from the empire times, or to the rational process which had been verified in the system of the professional teaching throughout the twentieth century.

Key words: Professional education; Teaching technician; Education, work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área construída para inauguração da escola em 1924, onde (1) Administração, (2) Salas de aulas, (3) Sanitários e (4) Oficinas.....	55
Figura 2: Janelas na parte interna da oficina.....	56
Figura 3: Floreira na parte interna da escola.....	57
Figura 4: Inauguração da escola, 25/04/1924.....	58
Figura 5: Obras de ampliação, 1959.....	60
Figura 6: Ampliação feita em 1940.....	61
Figura 7: Ampliações para abrigar o Colégio Técnico em 1971.....	61
Figura 8: Oficina de sapataria [s/d].....	64
Figura 9: Oficina de marcenaria [s/d].....	68
Figura 10: Oficina de mecânica, 1945.....	69
Figura 11: Internato no ano de 1958.....	77
Figura 12: Cozinha do Internato no ano de 1958.....	77
Figura 13: Exposição de Entalharia, Tornearia [s/d].....	84
Figura 14: Exposição – 1940.....	84
Figura 15: Exposição – 1940.....	84
Figura 16: Exposição – 1940.....	84
Figura 17: Exposição – 1940.....	85
Figura 18: Exposição – 1940.....	85
Figura 19: Oficina Feminina, [s/d].....	86
Figura 20: Dispensário de Puericultura [s/d].....	86
Figura 21: Bandeirantes Técnicos [s/d].....	91
Figura 22: Aula da Educação Física- 1940.....	93
Figura 23: Apresentação de ballet das alunas da Escola [s/d].....	94
Figura 24: Plantadeira fabricada na década de 50 pela Jumil.....	112
Figura 25: Plantadeira Jumil – 2004.....	113
Figura 26: Fundação da Jumil na década de 70.....	113
Figura 27: Fundação da Jumil – 2004.....	114
Figura 28: Turbina hidráulica projetada e construída por Sr. Antonio (Totó).....	116
Figura 29: Primeira bomba hidráulica produzida pela Rochefer.....	117

Figura 30: Desenho da primeira bomba hidráulica patenteada pela Rochefer.....	118
Figura 31: Máquina de pesponto de colunas projetada pelo Sr. Ibirá.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação completa de alunos matriculados na Escola Industrial “Dr. Júlio Cardoso”. Período de 1924 a 1970.....	62
Tabela 2: Número de alunos que concluíram e dos desistentes nos cursos oferecidos preferencialmente ao sexo masculino nas décadas de 30, 40, 50 e 60.....	63
Tabela 3: Número de alunos que concluíram e dos desistentes nos cursos oferecidos preferencialmente ao sexo feminino nas décadas de 30, 40, 50 e 60.....	66
Tabela 4: Número e porcentagem das profissões de pais de alunos nas décadas de 30, 40, 50 e 60.....	71
Tabela 5: Número e porcentagem da nacionalidade de pais dos alunos nas décadas de 30, 40, 50 e 60.....	75
Tabela 6: Relação de ex-alunos que registraram firma.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 O ENSINO PROFISSIONAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DO SABER-FAZER	21
1.1 O saber e o fazer no pensamento pedagógico.....	21
1.2 O aprendizado de ofícios na Colônia e Império: o ensino dos “desfavorecidos de fortuna”.....	27
1.3 O ensino profissional na Primeira República: a necessidade de qualificação de mão de obra.....	35
1.4 O ensino profissional em um projeto de Brasil.....	44
CAPÍTULO 2 A ESCOLA PROFISSIONAL DOUTOR JÚLIO CARDOSO	53
2.1 Instalação e estrutura.....	53
2.1.1 O funcionamento dos cursos.....	62
2.2 Perfil Social de Alunos.....	70
2.2.1 O Internato.....	77
2.3 A Imprensa na construção da identidade da escola.....	78
2.3.1 As exposições.....	82
2.3.2 Cursos femininos e o papel da mulher.....	85
2.3.3 A disciplina e ordem na formação do aluno-operário.....	88
2.3.4 Esporte, cultura e a divulgação da escola.....	92
CAPÍTULO 3 A ESCOLA PROFISSIONAL NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE FRANCA	95
3.1 A Industrialização em Franca.....	95
3.2 Os cursos e a oferta de serviços na cidade.....	101
3.3 Ex-alunos à frente de empresas.....	108
3.3.1 Jumil S/A.....	109
3.3.2 Indústrias Mecânicas Rochfer Ltda.....	115
3.3.3 Poppi Máquinas e Equipamentos.....	119
3.3.4 Induserv.....	123
3.3.5 Ivomaq Indústria e Comércio de Máquinas e Equipamentos.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134

APENDICE A Autorização de Entrevista de Sétimo Antônio Bolela.....	143
APÊNDICE B Autorização de Entrevista de Luiz Gonzaga Gaspar.....	144
APÊNDICE C Autorização de Entrevista de Márcia Bastos Conceição.....	145
APÊNDICE D Autorização de Entrevista de Basílio de Moraes.....	146
APÊNDICE E Autorização de Entrevista de José Luiz Chavier.....	147
APÊNDICE F Autorização de Entrevista de Ibirá de Carvalho.....	148
APÊNDICE G Autorização de Entrevista de Célio Poppi.....	149
APÊNDICE H Autorização de Entrevista de José Herval Dias de Moraes.....	150
APÊNDICE I Autorização de Entrevista de Jorge Elias Borges.....	151
APÊNDICE J Autorização de Entrevista de Edson Ortiz de Freitas.....	152
APÊNDICE K Autorização de Entrevista de Antônio de Pádua Ortiz de Freitas.....	153

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade estudar o ensino profissional em Franca a partir da criação da Escola Profissional “Doutor Júlio Cardoso” em 1924, com o objetivo de investigar como se deu a inserção da escola no contexto sócio-econômico da cidade.

Em 1910, o governo do estado de São Paulo, numa iniciativa pioneira entre os estados da federação, criou uma rede estadual¹ de escolas profissionais. Inicialmente foram instaladas duas escolas no Brás, bairro tradicional da capital, habitado principalmente por operários imigrantes italianos e, na década de 1930, faziam parte dessa rede de ensino mais oito unidades espalhadas pelo interior do Estado, nas cidades de Amparo, Campinas, Franca, Jacareí, Santos, Ribeirão Preto, Rio Claro e São Carlos². O aparecimento dessas escolas representa o esforço por parte do governo de colocar em prática os ideais republicanos de modernização e industrialização do país e, nesse contexto, a escola profissional contribuiria com a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria.

A criação da escola profissional de Franca só foi possível após mobilização do PRP (Partido Republicano Paulista) local e empenho do deputado estadual Doutor Júlio Cardoso junto ao governo do estado. Quando teve início o processo de instalação da escola no princípio da década de 1920, o município de Franca contava com uma população de pouco mais de 40 mil habitantes e no setor educacional mantinha apenas um grupo escolar público (G. E. Coronel Francisco Martins), quatro instituições privadas de ensino (Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Champagnat, Colégio Jesus Maria José, Instituto Francano de Ensino) e algumas escolas isoladas que funcionavam precariamente (SOUZA, 2000).

A escola profissional chegou à Franca no momento em que a indústria calçadista ensaiava as primeiras tentativas de mecanização. O desenvolvimento da indústria especializada na fabricação de calçados de couro remonta à origem da cidade. O surgimento de Franca deu-se em fins do século XVIII com a vinda de mineiros à procura de terras para expansão da atividade pecuária (CHIACHIRI FILHO, 1986). Localizada na

¹ Em 1909, o presidente Nilo Peçanha havia criado a rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices e cada capital recebeu uma unidade. Esta iniciativa é considerada um primeiro passo no sentido de criar um plano nacional de ensino. Tanto a rede federal quanto a rede estadual eram mantidas integralmente pelo Estado.

² Atualmente essas escolas estão vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

“Estrada dos Goyazes”, Franca tornou-se entreposto comercial utilizado por viajantes que seguiam por essa estrada em busca do ouro de Goiás, notabilizando-se pelo fornecimento de mantimentos e principalmente sal para esses viajantes.

A abundância de gado na região oferecia farta matéria-prima, o que propiciou o desenvolvimento do artesanato do couro e a comercialização de artigos como coberturas para carros de bois, bainhas, serigotes, arreios, lombilhos, sapatões e sandálias. Como consequência da intensa atividade coureira surgem os curtumes. O primeiro de que se tem notícia na cidade foi montado em 1886 pelo padre Alonso Ferreira de Carvalho e funcionava com instalações rudimentares, sendo o curtimento do couro feito à base de produtos vegetais, como as cascas de barbatimão.

O artesanato do couro é, portanto, a origem mais remota da indústria de calçados, atividade predominante da economia da cidade nos dias atuais. Em tese recentemente defendida, Aguinaldo Barbosa, contrariando teorias mais generalizantes que procuram vincular o desenvolvimento da indústria à acumulação de capitais da cultura cafeeira, demonstra que Franca teve uma modesta produção de café se comparada à vizinha cidade de Ribeirão Preto e, portanto, a efetiva consolidação da cidade como pólo calçadista deu-se com empresas iniciadas por imigrantes, especialmente italianos que, “com modestos capitais, deram a partida para construção de empreendimentos que se firmariam gradativamente ao longo de algumas décadas” (BARBOSA, 2004, p.23).

É inegável, porém, que a riqueza advinda do café proporcionou a instalação da ferrovia que chegou a Franca em 1887 e foi importante para o escoamento da produção, a dinamização do comércio e também os melhoramentos urbanos como energia elétrica, abastecimento de água e esgoto, necessários ao desenvolvimento industrial.

Em outro estudo sobre a industrialização em Franca, Tosi ressalta a importância da criação da escola profissional na formação de mão-de-obra especializada na área de mecânica de máquinas, “tornos, frezas e pantógrafos, bem como em fundição e modelagem” (TOSI, 1998, p. 250), atividades de grande importância para o desenvolvimento da indústria calçadista e que acabaram por influenciar o surgimento, na década de 60, de indústrias de máquinas para calçados, de propriedade de ex-alunos.

Esta investigação procurou evidenciar aspectos do cotidiano da escola, o funcionamento, o andamento dos cursos e a memória dos personagens que ajudaram a construir a história da instituição, bem como a influência da escola no aparecimento de oficinas de serviços, de pequenas fábricas e da indústria mecânica na cidade, tendo à

frente ex-alunos da instituição. Dessa forma, a pesquisa reuniu elementos que, partindo da realidade local, pudessem evidenciar singularidades que muitas vezes escapam às análises mais gerais sobre o tema. O mérito da pesquisa de cunho regional reside justamente na possibilidade de contribuir para o enriquecimento da análise do tema, sem partir de uma explicação estabelecida previamente. Como ressalta Barbosa (1998, p.18):

Enquanto a história generalizante ressalta as semelhanças, homogeneizando as diversidades de experiências históricas vividas em cada região, a história elaborada com base nas realidades locais trabalha com a diferença, com a multiplicidade. Essa modalidade de escrita da história tem ainda a capacidade de apresentar o que há de concreto na dinâmica social e no cotidiano das pessoas que viveram longe dos grandes centros, das metrópoles.

O recorte temporal definido para este trabalho compreende o período entre 1924, ano de criação da escola, e 1970. Esta data limite se impõe por dois motivos: primeiro porque durante todo esse tempo a escola profissional foi o único estabelecimento a oferecer aprendizagem industrial na cidade, uma vez que o SENAI, que traz nova concepção de ensino profissional, somente será instalado em Franca no ano de 1973; em segundo lugar, as escolas técnicas sofreram um grande golpe com a promulgação da lei 5692/71, que tornou compulsória e extensiva a profissionalização a todas as escolas de segundo grau, contribuindo para a decadência das escolas técnicas e, dessa forma, entendemos que os desdobramentos dessas transformações merecem um estudo mais específico que não cabem no âmbito desse trabalho.

Nos últimos anos, embora tenham surgido trabalhos sobre o desenvolvimento histórico do ensino profissional no Brasil, graças ao desenvolvimento dos cursos de pós-graduação que favorecem a realização de pesquisas regionalizadas, este ainda se constitui num campo pouco explorado. A obra clássica de Celso Suckow da Fonseca, “História do Ensino Industrial no Brasil”, apesar de ter um caráter descritivo, contempla toda legislação, regulamentos sobre o ensino profissional desde o período colonial até a década de 1960, sendo referência básica para o desenvolvimento do tema.

O trabalho de fôlego de Luiz Antônio Cunha, que resultou na trilogia “O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata”, “O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização” e “O ensino profissional na irradiação do industrialismo”, em que o autor faz uma interessante reconstrução histórica do desenvolvimento do ensino profissional desde o período colonial até os dias atuais,

perpassando todas as iniciativas públicas e privadas, a legislação e o discurso recorrente ao tema, foi referência constante para esta pesquisa.

Na tese de doutoramento intitulada “A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934”, Carmen Sylvia Vidigal Moraes investiga como as medidas na área denominada Instrução Popular estavam voltadas para o processo de socialização do trabalhador, criando condições “mais estáveis para a acumulação do capital” (MORAES, 1990, p.9) e reprodução da força de trabalho para atender às exigências do processo produtivo no início da industrialização brasileira.

Gilson Leandro Queluz, em seu trabalho “Concepções de Ensino Técnico na República Velha 1909-1930”, traz importante contribuição ao explorar como se deu a institucionalização do ensino técnico no Brasil no contexto da necessidade de qualificação de mão-de-obra e disciplinarização dos futuros operários, a partir da análise das concepções de “alfabetismo técnico” presente na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, no Instituto Técnico Profissional e Serviço de Remodelação do Ensino Profissional.

Bárbara Weinstein, em seu livro “(Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964), embora centre sua atenção na formação do SENAI e do SESI, discute no primeiro capítulo as posições de empresários e educadores sobre as novas formas de capacitação profissional e uso da administração científica, bem como a reação dos operários favoráveis em acatar orientações para se adequarem ao progresso técnico.

A coletânea de monografias reunidas por Maria Lucia C. Gitahy, no livro “Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional”, relata a experiência do Liceu de Artes e Ofício, das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo e Escolas Ferroviárias, na qualificação da força de trabalho urbana. Maria Alice Rosa Ribeiro responde pelo estudo das escolas profissionais do Estado analisando dados relativos à Escola Masculina e Feminina de São Paulo, à escola de Amparo, Sorocaba e Rio Claro. Tendo por fonte os relatórios da Secretaria do Interior, Secretaria da Educação e Saúde Pública e dos diretores de escola, procura demonstrar que a qualificação extrapola as determinações econômicas e que a verdadeira função das escolas profissionais é “formar a categoria dos trabalhadores responsáveis pelo controle e pela disciplina dentro da fábrica” (RIBEIRO, 1986, p.178).

Entre os estudos que abordam especificamente as Escolas Profissionais públicas do Estado de São Paulo, pode-se citar a dissertação de Paulo Celso Costa

Gonçalves, “Formação do trabalhador e ensino profissional: A Escola Profissional Masculina de Rio Claro”, que procura estabelecer as mudanças na concepção de escolas profissionais no processo de racionalização e ressalta que, conquanto houvesse uma orientação racionalizadora, as antigas escolas profissionais continuaram mantendo um sistema de ensino voltado para a formação integral do aluno.

Paolo Nosella e Éster Buffa realizaram um estudo intitulado “A Escola Profissional de São Carlos”, em que procuram demonstrar que, apesar das mudanças na abordagem do ensino profissional, a escola não conseguiu se livrar do “caráter assistencialista e utilitário”.

Sobre a escola profissional de Franca, foi encontrada apenas uma monografia de conclusão de curso³ em que a autora utiliza-se de depoimentos de professores, funcionários e ex-alunos dos cursos técnicos da área de enfermagem, eletrônica e eletrotécnica, instalados na escola na década de 1970, para entender como a formação afetou suas vidas profissionais.

Dessa forma, a abrangência desta pesquisa, verificada na exploração de diversas fontes documentais desde a criação da escola, procurou trazer elementos que possam contribuir com os estudos sobre a história de Franca, sobre o ensino profissional de um modo geral, e com as investigações sobre educação e trabalho⁴.

Entre as fontes pesquisadas para realização desse estudo, as principais são os documentos referentes à escola, o Livro de Registro de Firmas de Franca, jornais e almanaques locais e entrevistas com ex-alunos, funcionários e professores.

³ SILVA, Adriana Vieira Gomes da. **Trabalho e educação: ensino profissionalizante em Franca – Escola Industrial “Dr. Júlio Cardoso”**. 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca.

⁴ É muito atual e fértil o campo de pesquisas sobre educação e trabalho no Brasil, em função das constantes inovações das tecnologias de produção e de organização do trabalho que fazem com que novas políticas de ensino profissional sejam implementadas na tentativa de adequar o trabalhador a estas mudanças. Entre os autores que tem se dedicado a discutir questões como políticas públicas e questões pedagógicas sobre o ensino profissional e técnico estão Acácia Kuenzer, Celso João Ferreti e Luiz Antônio Cunha que estão reunidos na coletânea: ZIBAS, Dagmar; AGUIAR, Márcia; BUENO, Marias. **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano, 2002.

O acesso à documentação referente à escola foi facilitado porque, desde 2000, uma equipe trabalha na organização e catalogação do acervo como parte das atividades do projeto “Historiografia das Escolas Técnicas Estaduais mais Antigas do Estado de São Paulo”⁵, coordenado pelo Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME - FEUSP), em cooperação com o Centro Paula Souza, que tem por objetivo instalar Centros de Memória nas oito primeiras escolas profissionais criadas no Estado.

A pesquisa da documentação referente à escola, como a feita nos Livros de Registro de Alunos, tornou possível o levantamento de dados a respeito da origem social do aluno a partir da profissão e nacionalidade dos pais. Embora prevaleça a nacionalidade brasileira, a listagem de alunos aponta para uma grande incidência de descendentes imigrantes, principalmente italianos e espanhóis, dado relevante também entre os ex-alunos que constituíram firmas. Além dessas informações, este documento registra a movimentação dos cursos, o número de matrículas, o número de desistências e repetências e as disciplinas que faziam parte da grade curricular de cada curso, o que permitiu vislumbrar a vida escolar no período estabelecido.

Na pesquisa dos Livros de Registro de Firmas, foi possível levantar o número de firmas que foram registradas na cidade e que tinha ligação com os cursos oferecidos pela escola e, ao mesmo tempo, checar a listagem de alunos com os nomes que abriram firmas, com a finalidade de traçar um esboço da influência da escola no crescimento e diversificação da economia local.

A pesquisa de jornais e almanaques possibilitou colher informações, notícias e opiniões divulgadas pela escola e sobre a escola, pesquisa esta que traduz um parâmetro da relação que tinha a instituição com o meio em que estava inserida. Por outro lado, alguns exemplares do jornal elaborado pelo grêmio estudantil foram preservados e possibilitaram vislumbrar a vivência escolar na ótica do aluno. A imprensa foi amplamente utilizada pela escola não só para a divulgação de seu trabalho junto à

⁵ Este projeto foi apresentado à FAPESP em 1998 pelas professoras coordenadoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes (USP) e Júlia Falivene (Centro Paula Souza) com a finalidade de contribuir com a organização e preservação de documentos das escolas profissionais e criação de centros de memória que pudessem estimular pesquisas sobre o ensino profissional. Como primeiro resultado desta pesquisa foi lançado um guia de fontes das escolas envolvidas no projeto: MORAES, Carmen S. V; ALVES, Júlia Falivene (Org.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo:** Inventário de Fontes Documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

comunidade como também para disseminar a prática das propostas de reforma social apoiadas pela Superintendência do ensino profissional.

Como complemento à análise das fontes documentais, foram utilizadas entrevistas com funcionários, professores e alunos que vivenciaram todo processo de construção da identidade da escola, tendo sido agentes deste, e, portanto, guardam lembranças que contribuem para a reflexão histórica.

A escola possui um rico acervo fotográfico, e, atualmente, o uso da fotografia como fonte de análise histórica tem aos poucos conquistado espaço, principalmente nas interpretações voltadas para a história da educação que partem da premissa de utilização do registro fotográfico como “uma forma de representação da realidade” (CHARTIER, 1990) que desafia o olhar crítico do historiador. No entanto, no presente trabalho, para não se desviar do objetivo principal, as imagens são utilizadas apenas como complemento ao texto escrito na apreensão do universo escolar.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, procurou-se fazer uma retrospectiva histórica do ensino de ofícios no país desde o período colonial quando teve origem o estigma de ensino voltado aos pobres, aos “desfavorecidos de fortuna”, uma vez que o trabalho manual associado à escravidão colaborou para disseminar o preconceito e o descaso em relação ao ensino voltado às práticas manuais. No entanto, com o fim da escravidão e a transição do trabalho escravo para o livre, os ideais de modernização do país exigiam medidas efetivas no campo da educação e em especial no ensino profissional. Aos poucos, o discurso a respeito do ensino profissional abandona o aspecto assistencialista ou de antídoto para a vadiagem e marginalidade e passa a conclamar sua importância na organização do processo produtivo através da racionalização do espaço fabril. As escolas profissionais do Estado de São Paulo surgiram e foram influenciadas por esse processo de redefinição dos objetivos do ensino profissional.

O segundo capítulo dedica-se à investigação de todo processo de instalação e funcionamento da escola e do perfil social do aluno do ensino profissional na cidade. Este capítulo também explora as estratégias utilizadas pela escola para construir a imagem perante a comunidade de instituição não apenas voltada à educação de pobres, mas centro de referência em conhecimento técnico da região e de divulgação das principais tendências sociais defendidas pela Superintendência do Ensino Profissional no Estado.

No terceiro capítulo, procura-se demonstrar como a escola se insere na vida econômica da cidade, tendo em vista que mais do que um local de referência na formação

de mão-de-obra qualificada, a partir dos cursos oferecidos pela escola, várias oficinas de marcenaria, mecânica, fundição e correlatas surgiram, suprindo deficiências na oferta de serviços na cidade. Paralelo ao crescimento da indústria calçadista em Franca, houve o desenvolvimento da indústria mecânica, sendo as mais importantes do ramo fundadas por ex-alunos. Os depoimentos de alguns desses empresários constituíram-se em dados riquíssimos, necessários para dimensionar a participação e importância da escola na efetivação desse processo.

CAPÍTULO 1 O ENSINO PROFISSIONAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DO SABER-FAZER

1.1 O saber e o fazer no pensamento pedagógico

O pensamento pedagógico moderno se estruturou frente às mudanças que ocorreram nos séculos XVI e XVII, momento de ascensão e consolidação da burguesia como classe que se opunha ao modo de produção feudal e que impulsionou o desenvolvimento do modo de produção capitalista. No campo do conhecimento, o homem passou a rejeitar as explicações dos fenômenos da natureza pela fé, Descartes (1596-1650) propôs em seu método científico a substituição da fé pela razão e pela ciência. Francis Bacon (1561-1626) desenvolveu o método indutivo de investigação, pelo qual todo conhecimento deveria ser fruto da experiência empírica e que teve muita influência nos escritos sobre educação.

Embora a sistematização de um ensino voltado para o trabalho, que pudesse atender aos interesses do processo produtivo, só fosse possível mediante as transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, os princípios que passariam a ressaltar a importância de uma educação popular, democrática, que despertasse aptidões e incentivasse a curiosidade já se fazia notar muito antes no pensamento de alguns filósofos.

Um dos primeiros pensadores a propor um tratado de educação foi Juan Luis Vives (1492-1540). De formação humanista, superou seu tempo ao propor um ensino voltado para a experiência e para a vivência prática do aluno. Vives tinha a preocupação de uma formação para a vida e, dessa forma, já reconhecia a importância de uma orientação profissional, como se vê a seguir:

Todos os dois ou três meses, os mestres se reunirão para julgar as aptidões dos alunos e decidir com afeição paternal, e juízo severo, para onde devem dirigir cada um, em razão de sua aptidão predominante. Não se pode compreender a imensa importância desse juízo para a humanidade inteira; e não veremos mais esse trabalho ingrato tão mal executado por pessoas que o fazem com repugnância e a força (CHÂTEAU, 1978, p. 54.).

Outro aspecto que chama a atenção no pensamento de Vives é sua preocupação com a educação pública e, numa época em que interessava somente a

educação da nobreza, ele propunha “consagrar ao povo nosso zelo e nossa vigilância” e usar o conhecimento adquirido “a serviço do bem e da comunidade” (CHÂTEAU, 1978, p. 56).

João Amos Comenius (1592-1670), em sua obra “Didática Magna”, foi o primeiro a estruturar a educação escolar em quatro fases articuladas: a escola materna, de 0 aos 6 anos; a escola elementar dos 6 aos 12 anos; o ginásio, dos 12 aos 18; e a universidade dos 18 aos 24 anos. O aprendizado seguiria progressivamente por estas fases, mas ressaltava a importância da escola elementar por oferecer uma educação geral, suficiente para a vida, caso a criança abandonasse os estudos. Essa fase deveria preparar para a vida prática e para os estudos mais avançados não só filhos de operários, mas também os filhos dos nobres. Parte das horas de estudo deveria ser dedicada “ao ensino dos princípios das artes mecânicas e aos trabalhos manuais, a fim de facilitar aos alunos a escolha do ofício” (CHATEAU, 1978, p.121).

Comenius insistia numa “educação da alma”, idéia que seria reforçada por John Locke (1632-1704) na obra “Ensaio do Entendimento Humano”, ao conceber o espírito humano como uma “tábula rasa” onde, a partir das sensações, deveria ser construído todo conhecimento. Locke, no entanto, escrevia pensando na educação da nobreza, na formação do “gentil-homem” (CHÂTEAU, 1978); para os mais pobres defendia a criação de escolas do trabalho obrigatórias a partir dos 3 anos, bem como para os adultos que não soubessem um ofício; aos nobres, o aprendizado de um ofício era recomendado como um passatempo útil e que afastava os vícios.

Esses escritos devem ser entendidos dentro do contexto histórico do antigo regime e, portanto, espelhava a divisão social da época, fazia-se clara distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre a educação dos pobres e a educação da classe dominante. Segundo Gadotti (2003, p. 79), “os grandes educadores da ocasião eram na verdade clérigos ou preceptores de príncipes e nobres”.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) trouxe contribuições importantes na forma de pensar a educação em obras como “Emílio” e “O Contrato Social”, embora não tenha se dedicado à elaboração de um tratado pedagógico. O pensamento de Rousseau refletia o momento que antecedia a Revolução Francesa e, portanto, sua obra representa uma leitura dos conflitos sociais a sua volta. Rousseau via na reconstrução do homem social a finalidade da educação e defendia a educação pública conduzida pelo Estado como o instrumento fundamental para legitimar o governo do povo: “Educação pública,

sob regras prescritas pelo governo, e sob magistrados estabelecidos pelo soberano, é uma das máximas fundamentais do governo popular, ou legítimo” (CHÂTEAU, 1978, p. 178).

Além disso, também cabia à educação a tarefa de promover a construção de um sentimento nacional, comum a todos os homens:

É a educação que deve dar às almas a forma nacional e dirigir-lhes de tal modo as opiniões e os gostos, que elas sejam patriotas por inclinação, por paixão por necessidade. Uma criança, ao abrir os olhos, deve ver a pátria; e até a morte nada mais deve ver senão ela (CHÂTEAU, 1978, p. 178).

O pensamento de Rousseau é considerado o marco de uma nova concepção de educação, uma vez que resgata a relação entre educação e política, inspirando a burguesia a reivindicar para o Estado o controle da educação antes pertencente à Igreja. No entanto, o ideal de escola pública defendida pelos teóricos da revolução burguesa baseados em princípios democráticos de igualdade para todos mostrava-se elitista ao considerar a “desigualdade natural entre os homens” (GADOTTI, 2003, p. 89), o que justificaria a falta de acesso da maioria da população aos níveis mais elevados de ensino.

Paralelamente à ascensão da burguesia ao poder, as oficinas de ofícios ligadas a uma Corporação foram substituídas pela Fábrica e com ela uma crescente divisão do trabalho passa a expropriar o artesão de seu saber, como acentua Manacorda:

Ao entrar na fábrica e ao deixar sua oficina, o ex-artesão está formalmente livre, como o capitalista, também dos velhos laços corporativos; mas simultaneamente, foi libertado de toda a sua propriedade e transformado em um moderno proletário. Não possui mais nada: nem o lugar de trabalho, nem a matéria-prima, nem os instrumentos de produção, nem a capacidade de desenvolver sozinho o processo produtivo integral, nem o produto do seu trabalho, nem a possibilidade de vendê-lo no mercado. Ao entrar na fábrica, que tem na ciência moderna sua maior força produtiva, ele foi expropriado também da sua pequena ciência, inerente ao seu trabalho; esta pertence a outros e não lhe serve para mais nada e com ela perdeu, apesar de tê-lo defendido até o fim, aquele treinamento teórico-prático que, anteriormente, o levava ao domínio de todas as suas capacidades produtivas: o aprendizado (MANACORDA, 2002, p. 271).

Entre os pensadores do Iluminismo, Diderot consegue captar essas mudanças ao demonstrar uma preocupação em edificar as artes e ofício na formação do homem, como se vê na classificação de arte incluída na Enciclopédia das Ciências, das Artes e dos Ofícios:

Aquele que sabe somente a geometria intelectual é normalmente um homem sem destreza, e um artesão que tem somente a geometria experimental é um operário muito limitado. Sobre certos problemas

tenho certeza que é impossível conseguir algo satisfatório das duas geometrias em separado. Façamos, afinal, aos artesãos a justiça que lhes é devida. As artes liberais se auto-elogiaram bastante; usem agora toda voz que têm para celebrar as artes mecânicas (DIDEROT apud MANACORDA, 2002, p. 241).

A tentativa de equiparar as artes mecânicas às artes liberais demonstra a percepção de Diderot sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo, presente na substituição da produção artesanal pela fábrica e na conseqüente divisão social e do trabalho que acarretava, como se vê na observação:

Quando a fábrica é numerosa, cada tarefa ocupa um homem diferente. Um operário não faz e não fará em toda sua vida mais do que uma e única coisa; um outro, uma outra coisa; disso decorre que cada um fará bem e depressa sua tarefa e que o produto, além de ser melhor, é também aquele que se encontra a um preço mais barato (DIDEROT apud MANACORDA, 2002, p. 242).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, coloca-se em evidência a questão da educação da classe trabalhadora e, por conseguinte, da educação popular. Henrique Pestalozzi (1746-1827) é considerado o primeiro pedagogo moderno a discutir e contribuir na prática com o debate sobre a educação popular. Pestalozzi criou um orfanato para crianças pobres órfãs, onde apostava numa educação filantrópica que deveria ser conduzida de forma harmoniosa e progressiva na busca de uma formação geral e no desenvolvimento psíquico da criança. A preocupação com o aspecto social da educação é constante em sua obra, além da crença na união entre educação geral e educação profissional, como se vê a seguir:

Crianças imbecis que, criadas duramente, teriam acabado numa casa de alienados, podem, graças a cuidados afetuosos, apropriados à sua fraqueza, ser salvas dessa miséria, adquirir modesto ganha-pão, e bastar-se a si mesmas (PESTALOZZI apud CHÂTEAU, 1978, p. 212).

Na Inglaterra, berço da revolução industrial, o governo procurou incentivar a criação de institutos voltados à instrução técnico-profissional. A exploração do trabalho de crianças nas fábricas inglesas gerou a discussão em torno da instrução que deveria ser oferecida a essas crianças, pois era necessário preparar o trabalhador desde cedo para se adequar às necessidades da fábrica, através de um aprendizado que lhes permitisse acompanhar as mudanças tecnológicas, sem que isso pudesse despertar também um sentimento revolucionário.

Paralelo à disseminação de uma educação popular organizada pelo Estado presente em quase toda Europa durante o século XIX, começam a surgir críticas à educação burguesa, bem como propostas de educação que procuravam levar em consideração questões próprias do desenvolvimento capitalista como a divisão social do trabalho, a adoção de uma instrução que contemplasse conhecimentos técnicos e científicos e atenuasse a oposição trabalho manual e trabalho intelectual. O socialismo marxista foi pioneiro na discussão das questões envolvendo educação e trabalho na sociedade burguesa, embora compartilhasse de muitos de seus princípios, como observa Manacorda:

O marxismo não rejeita, mas assume todas as conquistas ideais e práticas da burguesia no campo da instrução: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural, assunção da temática do trabalho, como também a compreensão dos aspectos literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. O que o marxismo acrescenta de próprio é, além de uma dura crítica à burguesia pela incapacidade de realizar estes seus programas, uma assunção mais radical e conseqüente destas premissas e uma concepção mais orgânica da união instrução-trabalho na perspectiva oweniana de uma formação total de todos os homens. (MANACORDA, 2002, p. 296).

Marx não chegou a formular um tratado pedagógico, mas suas concepções de escola e educação aparecem diluídas ao longo de seus escritos. Ao criticar a educação burguesa, percebia o potencial que tinha a educação de se transformar em instrumento de dominação ideológica, aliado importante da classe dominante no exercício do poder. Dessa forma, defendia a educação mantida pelo Estado, mas repudiava o controle estatal sobre a educação.

No Manifesto Comunista de 1848, reivindicava educação pública e gratuita às crianças e condenava a exploração do trabalho infantil dentro das fábricas. Por outro lado, defendia que as crianças a partir dos 9 anos recebessem instrução profissional dentro de um programa gradual que combinasse instrução intelectual, exercício físico e treinamento técnico. Essa integração entre instrução e trabalho tinha como finalidade a formação do homem integral, ou seja, uma educação que propiciasse o desenvolvimento de todas as potencialidades do homem e atenuasse a oposição entre o saber e o fazer, entre o trabalho manual e trabalho intelectual.

Marx observava que à medida que ocorria a divisão do trabalho, o saber se separava dos produtores e passava a ser monopolizado pela classe dominante; se na idade média o artesão detinha todo processo de produção, com o desenvolvimento do

capitalismo a crescente divisão social do trabalho retira do operário o controle do processo de produção. Dessa forma, as escolas politécnicas e de ensino profissional com o ensino de tecnologia, prática e teórica, para filhos de operários se tornariam verdadeiros “fermentos de transformação” cujo objetivo final seria a supressão da divisão de trabalho.

Percebendo a importância que adquire a instrução profissional frente ao desenvolvimento das forças produtivas, da transformação das bases técnicas de produção e da divisão social do trabalho, Marx lançou questionamentos importantes sobre a educação do operário no sistema capitalista.

Braverman, estudando os processos de trabalho da sociedade capitalista a partir das concepções de Marx, analisa o processo de degradação do trabalho na sociedade moderna como fruto da divisão do trabalho:

Toda fase do processo de trabalho é divorciada, tão longe quanto possível, do conhecimento e preparo especial, e reduzida a simples trabalho. Nesse ínterim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quanto possível da obrigação de simples trabalho. Desse modo, é dada uma estrutura a todo processo de trabalho que em seus extremos polariza aqueles cujo tempo é infinitamente valioso e aqueles cujo tempo quase nada vale. Esta poderia até ser chamada a lei geral de divisão do trabalho capitalista. Ela modela não apenas o trabalho, mas também populações, porque a longo prazo cria aquela massa de trabalho simples que é o aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos (BRAVERMAN, 1981, p. 80).

Além disso, segundo esse autor, o desenvolvimento da maquinaria cumpriu, além da função técnica de aumentar a produtividade, a função de “destituir a massa de trabalhadores de seu controle sobre o próprio trabalho”, tornando-se um elemento importante do controle do processo de trabalho que passou a ser feita por uma “gerência externa” à produção imediata, a chamada gerência científica. Com origem na doutrina elaborada por Taylor, a gerência científica ditava alguns princípios da organização do trabalho, entre eles a de que o processo do trabalho deveria ser dependente da política gerencial, de forma que separasse a concepção da execução e monopolizasse o conhecimento para controlar as fases do processo de trabalho e sua execução.

Neste esquema de organização do processo de trabalho a educação do operário se estruturou para atender as exigências do capital. Para reverter esse quadro, seria necessário, como assinala Braverman, fazer com que o trabalhador tivesse domínio do processo de trabalho através de uma educação continuada que combinasse uma instrução politécnica com a prática do trabalho:

Essa educação só pode despertar o interesse e atenção dos trabalhadores quando eles se tornarem senhores da indústria no sentido verdadeiro, isto é, quando os antagonismos no processo de trabalho entre controladores e trabalhadores, entre concepção e execução, entre trabalho mental e manual forem superados, e quando o processo do trabalho for unificado no corpo coletivo que o executa (BRAVERMAN, 1981, p. 376).

Nas páginas seguintes o texto irá abordar o desenvolvimento histórico do ensino profissional no Brasil desde o período colonial até meados do século XX.

1.2 O aprendizado de ofícios na Colônia e Império: o ensino dos “desfavorecidos de fortuna”

Não é despropositado afirmar que por muito tempo o ensino profissional foi marcado com o estigma de um ensino “menor”, voltado aos pobres, negros e “desfavorecidos de fortuna”. Essa visão de certa forma permaneceu não somente no discurso de políticos, mas na cultura brasileira até recentemente. Os estudos sobre essa modalidade de ensino ainda não são numerosos⁶ e há uma tendência em somente situá-lo atrelado ao início do processo de industrialização do país, momento em que houve um maior direcionamento para a educação profissionalizante. Nos últimos anos, porém, algumas pesquisas⁷ têm procurado dimensionar melhor a origem e desenvolvimento do ensino profissional no Brasil.

Essas pesquisas mostram que um olhar cuidadoso sobre este tipo de ensino revela questões importantes, por exemplo, como se dava a qualificação de mão-de-obra, como se pensava o trabalho e o trabalhador em dada conjuntura histórica do país. Dessa forma, na abordagem do ensino profissional se faz necessário uma retrospectiva de seu desenvolvimento para explicitar aspectos que fizeram desta uma modalidade de ensino

⁶ Um dos primeiros trabalhos a explorar o tema foi a obra clássica de Celso Suckow da Fonseca “História do Ensino Industrial do Brasil”, que reuniu leis, decretos, estudos sobre o ensino profissional e, embora tenha um caráter descritivo, é referência fundamental para o estudo do tema.

⁷ Foi especialmente utilizada neste trabalho a extensa e abrangente pesquisa de Luiz Antônio Cunha; Cunha, L. C. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000; _____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000; _____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, Brasília: Flacso, 2000; MORAES, Carmen Silvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo - 1873 a 1934**. 1990. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

singular, seja pelo desprezo com que foi marcado durante muito tempo ou pelo espaço que repentinamente passou a ocupar nas discussões a favor do desenvolvimento do país.

O primeiro aspecto a se ressaltar em relação ao ensino profissional, como mostra Luiz Antônio Cunha (2000), é não levar em consideração apenas o ensino “oficial”, sistematizado, mas estar atento para o processo de ensino aprendizagem que ocorre dentro das oficinas e ambientes de trabalho. A qualificação de mão-de-obra no Brasil, desde o período colonial, não se dava necessariamente num sistema escolar destinado a esse fim. Aliás, nos primeiros tempos, dadas às dificuldades encontradas, não havia sequer uma preocupação com a organização de um sistema escolar. Como observa Suckow,

[...] Quando, nos primeiros tempos, os colonizadores portugueses ensinaram aos índios e depois aos escravos o manejo das ferramentas e a melhor maneira de, com elas atender às necessidades de ordem material que o meio impunha, não o fizeram com o espírito de difundir a instrução profissional, mas com a idéia única de passar a eles os encargos pesados a que a vida rude daquela época obrigava (SUCKOW, 1961, p. 17).

A vida precária na colônia e a falta de organização de um sistema escolar público transferiram a instrução para o âmbito privado. Como acentua Villalta:

[...] na falta de escolas públicas, a instrução escolar veio se agasalhar no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis, ou ainda de ofícios [...] (VILLALTA, 1997, p. 333).

Para esse autor, no aprendizado de ofícios, principalmente porque estava voltado aos mais humildes, difundiu-se o “aprender-fazendo” como forma de garantir a sobrevivência e, por outro lado, cultivar a obediência, que muito interessava às autoridades.

Para resolver problemas com atividades que exigiam maior conhecimento técnico, seja na grande lavoura canavieira, ou mesmo na mineração, era usual a contratação de mestres e técnicos vindos de fora; aos escravos restava a observação para, aos poucos, adquirir habilidades que os tornassem aptos a realizar tarefas mais difíceis. Esta prática de contratar técnicos vindos de fora não se restringiu ao período colonial, pois ainda era freqüente na república, como veremos mais adiante.

O fato de trabalhos ligados diretamente à produção serem executados por escravos, aliado à herança da cultura européia de preconceito em relação às atividades manuais, revela outro aspecto marcante do ensino profissional, que é o descaso e a rejeição ligada a

este tipo de ensino. Como frisa Maria Silvia de Carvalho Franco, num sistema de produção escravista, “a noção de indignidade do trabalho estava incorporada à atitude dos homens livres” (1978, p.56). Embora não fosse raro encontrar homens livres ocupando os mesmos postos de trabalho que escravos, numa sociedade escravista era necessário manter uma hierarquia, dessa forma, enquanto os homens livres eram destinados ao trabalho de supervisão, as atividades envolvendo esforço físico ficava reservada aos negros.

Com a vinda da Companhia de Jesus, deu-se a implantação de um sistema de ensino no Brasil. Inspirados numa tradição humanista e literária, o ensino oferecido pelos jesuítas era destinado às elites e, portanto, distante da realidade vivida na Colônia. No entanto, foram os Colégios Jesuítas que primeiro contribuíram para o ensino de ofícios e formação de mão-de-obra no Brasil Colonial. Isso se deu porque, na organização dos colégios, havia os padres ligados às atividades religiosas propriamente ditas e os padres coadjutores responsáveis pelos ofícios mecânicos (alfaiates, sapateiros, pedreiros, ferreiros, enfermeiros, etc). Enquanto na Europa estes padres contratavam artesões para realizarem esses ofícios, no Brasil a falta de artesões forçou a vinda de irmãos oficiais para “ensinarem seus misteres a escravos e a homens livres, fossem negros, mestiços ou índios” (CUNHA, 2000, p. 32.).

O ensino de ofícios também foi disseminado pelas corporações de ofícios que se instalaram no Brasil copiando o modelo de organização da Metrópole. Essas corporações de produção artesanal chegaram a se organizar nos principais centros urbanos da colônia como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, variando a regulamentação para prática de ofícios de uma cidade para outra. No entanto, as corporações não conseguiram se desenvolver plenamente na colônia: fatores como um restrito mercado interno, restrições por parte da Coroa e a própria política econômica liberal adotada com a vinda da corte (CUNHA, 2000), levaram à decadência das organizações corporativas.

As pesquisas sobre infância desvalida trouxeram contribuições importantes ao estudo do ensino profissional. Ocorria que as ordenações portuguesas delegavam às Câmaras Municipais a responsabilidade sobre as crianças enjeitadas. Contrariadas com esse encargo, as Câmaras solicitavam autorização do rei para estabelecer parcerias com as confrarias das Santas Casas de Misericórdia, as Rodas e Casa de Expostos, bem como o recolhimento para meninas pobres e expostas. Um alvará de 1775 alertava para a necessidade de fornecer a essas crianças o ensino de ofícios manuais e estas entidades passaram a encaminhá-las para tal aprendizado. De fato, a grande preocupação das

entidades responsáveis por estas crianças abandonadas, era a de prepará-las para que pudessem assumir a própria vida, conforme se observa nestes dizeres de Marcílio:

[...] A Roda de Expostos das Misericórdias sempre buscaram dar um destino à suas crianças, procurando colocar meninos e meninas em casas de famílias ou, prepará-los para assumir suas próprias vidas, por meio da profissionalização. Nem sempre, porém, essas soluções foram possíveis [...] (MARCÍLIO, 1998, p. 163).

Se, por um lado, essas medidas encontraram poucas soluções práticas, por outro lado, ajudaram a criar o estigma de que o ensino de ofícios estava reservado aos pobres, abandonados, contribuindo assim para a propagação do preconceito e também para difundir o caráter dualista da educação no Brasil.

A Casa Pia de Salvador, criada em fins do séc. XVIII, foi a primeira instituição a ter um projeto pedagógico e profissionalizante (VENÂNCIO, 1999). Ao terminarem a aprendizagem fundamental, os meninos eram encaminhados para as Casas de Mestres de ofício, como aprendizes: “[...] A meninas deviam ser ocupadas na costura e na fiação, ao passo que os meninos eram encaminhados a ferreiros, louceiros, entalhadores, latoeiros, pedreiros, pintores, ourives, marceneiros” (VENÂNCIO, 1999, p.185).

A partir de meados do séc. XVIII, foram admitidos aprendizes no Arsenal de Guerra e da Marinha. Essas Companhias de aprendizes eram destinadas ao ensino compulsório de crianças abandonadas maiores de sete anos e adotavam rígidos padrões de hierarquia e disciplina. As crianças expostas ingressavam nos Arsenais e tinham possibilidade de aprender vários ofícios:

As aulas de primeiras letras ficavam a cargo de um pedagogo, já o ensino de ofícios manuais cabia a 21 mestres e contramestres distribuídos em 21 oficinas de tanoaria, carpintaria, serralheria, latoaria e espingardaria (VENÂNCIO, 1999, p. 151).

Ao criar portos dos Arsenais de Guerra e da Marinha em quase todo litoral, o Estado procurava garantir mão-de-obra barata que poderia arregimentar quando fosse necessário, tendo em vista que, após terminarem a aprendizagem, os órfãos eram obrigados a servir durante dez anos nestas instituições.

A preocupação do Estado com a infância abandonada deu-se, na verdade, em função do crescimento demográfico, haja vista o aumento de crianças que vagavam pelas ruas dos grandes centros urbanos (MARCILIO, 1998). Procurando conter a desordem e vadiagem que poderia se instalar, medidas passaram a ser adotadas para inserir essas

crianças no mundo do trabalho, tornando-as “úteis a si e à sociedade”, para usar as palavras do código do Império.

O caráter fragmentário, não sistematizado e assistencialista (no que diz respeito às crianças enjeitadas) do ensino de ofícios na Colônia encontra respaldo na conjuntura social e econômica do período. Por outro lado, a diferenciação entre um ensino clássico, retórico voltado para a elite e um ensino de ofícios oferecido às camadas pobres reforça o caráter reprodutivista⁸ da educação colonial, que tinha por objetivo perpetuar a ordem social vigente.

Durante o período colônial, as atividades industriais, artesanais e manufatureiras existiram, mas tinham um caráter secundário no conjunto da economia, operavam com técnicas rudimentares e não havia incentivo para seu desenvolvimento (FOOT HARDMAN; LEONARDI, 1982); pelo contrário, à medida que a colônia passa a diversificar suas atividades e ocupações, cresce a política de restrições por parte da metrópole. O maior exemplo dessa política é o Alvará de proibição das manufaturas de 1785.

Não é possível contabilizar a mão-de-obra qualificada proporcionada pelo ensino de ofícios, mas com o crescimento dos centros urbanos aumentava a procura por mão-de-obra especializada. Segundo Hardman (1982), a construção naval foi a atividade industrial que reuniu, assim como os engenhos, o maior número de trabalhadores, maior divisão do trabalho e tarefas especializadas durante a colônia, outras atividades como a fundição de ferro e a manufatura de tecidos também devem ser consideradas nas atividades industriais do período.

A historiografia de um modo geral acentua as transformações ocorridas no país com a vinda da família real em 1808 como parte de um processo que levaria a emancipação política em 1822. De fato, com a transferência da Corte, Dom João tomou medidas como a abertura dos portos e a revogação do alvará de 1785, criando grande expectativa em tornar possível o desenvolvimento da indústria local. No entanto, o tratado de Comércio (1810), que beneficiava a Inglaterra, tornou-se verdadeiro entrave às tentativas de industrialização na primeira metade do século XIX, além disso, mesmo após a independência, o país continuaria tendo como características estruturais o latifúndio e a escravidão.

⁸ O termo é aqui utilizado na perspectiva do conceito de Reprodução desenvolvido por Bordieu. Ver: BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

De qualquer forma, a vinda da Corte despertou o ânimo daqueles que viam a Europa como um modelo a ser seguido, e o ensino de ofícios passa a ser visto como necessário para que estas mudanças ocorram. É o que se vê na observação de um viajante a respeito das dificuldades encontradas por D. João:

Essas tentativas do governo para desde logo implantar no solo novo as atividades e experiências européias, são tanto mais dignas de louvor, quanto maiores foram as dificuldades a enfrentar a princípio. Importante início para estimular a indústria foi o estabelecimento do Arsenal... os hábeis operários na maioria europeus, só se mantêm com grandes ordenados, e os aprendizes pretos ou mulatos, só com dificuldade se habituam à forte atividade e perseverança de seus mestres: a verdade é que justamente esses sacrifícios do governo são necessários para criar aqui escolas de aprendizagem para tão importante indústria. Serve assim de prova este estabelecimento, como tantos outros, da bem calculada solicitude paternal, que não cinge exclusivamente ao presente, mas tem em vista a felicidade das futuras gerações [...] (SPIX E MARTIUS, 1981, p.47).

Em outro momento, o viajante discorre sobre o que se considera ser o motivo do atraso em que se encontrava o país:

[...] uma constituição colonial de duzentos anos deixou impressão forte demais no caráter do brasileiro para que ele já pudesse agora dedicar-se com a mesma energia, que distingue o europeu, aos sérios labores da indústria, da arte e das ciências, que asseguram a sorte e o vigor de um Estado [...] (SPIX; MARTIUS, 1981, p.48).

Na verdade, a realidade encontrada pela coroa refletia o descaso em relação à educação, principalmente das camadas mais humildes. Como se sabe, a educação, nos colégios jesuítas, estava voltada à formação de um número reduzido de pessoas pertencentes às classes dominantes que seriam preparadas para assumir futuramente a direção da família e dos negócios. As bases do sistema de ensino implantadas pelos jesuítas não desapareceram nem mesmo com a expulsão da companhia em 1759. Segundo Romanelli:

[...] Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguem a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar [...] (ROMANELLI, 2000, p. 37).

Com a saída da Companhia de Jesus, porém, o sistema de ensino na colônia ficou desestruturado e as medidas propostas na reforma de Pombal não foram bem

sucedidas aqui, como em Portugal. Dessa maneira, coube a Dom João articular um novo sistema de ensino e a prioridade estava reservada ao ensino superior. Várias instituições foram criadas nos grandes centros e tinham como principais funções “[...] a preparação de pessoal especializado na guerra, na produção de mercadorias e na prestação de serviços [...]” (CUNHA, 2000, p. 69).

Enquanto na América Espanhola as primeiras universidades foram criadas no século XVI, na América Portuguesa, a Coroa proibiu a instalação de universidades, mantendo a dependência em relação à Universidade de Coimbra. Em contraposição, a Coroa portuguesa investiu na excessiva exploração e policiamento da Colônia, deixando de incentivar o desenvolvimento de um sistema escolar que pudesse, talvez, representar uma ameaça a esse controle.

Dentre as mudanças que ocorreram a partir do período Joanino está a ampliação do ensino primário e início de funcionamento de alguns cursos secundários que eram preparatórios para a Universidade. No que diz respeito ao ensino profissional, já havia o interesse por parte do Estado em desenvolver um ensino com o objetivo específico de formar a força de trabalho diretamente ligada à produção. As iniciativas para promover o ensino profissional partiram do Estado e de entidades civis, religiosas ou filantrópicas.

O ensino profissional em geral era destinado às crianças do sexo masculino, a profissionalização feminina durante muito tempo foi considerada uma ameaça à “estabilidade moral e social” (MANOEL, 1996, p. 32), revelando a face conservadora da oligarquia brasileira. Entretanto, desde o império havia iniciativas no sentido de oferecer às alunas alguma atividade profissional que pudesse mantê-las quando fossem reintegradas à sociedade, como mostra Wanda Borges (1973) em seu estudo sobre o seminário da Glória em São Paulo, principalmente a partir de 1871, quando passa a ser dirigido pelas religiosas Irmãs de São José de Chamberry.

Entre as entidades mantidas totalmente pelo Estado estavam as Casas de Educandos Artífices fundadas entre 1840 e 1856, e eram vistas mais como entidades de apoio a crianças carentes do que como instituto público de formação profissional. Os Liceus de Artes e Ofícios que surgiram nos principais centros urbanos do país⁴ entre 1858 e 1886, apesar de também receberem auxílio do Estado, melhor exemplificam as entidades

⁴ O foco de maior atenção para esse estudo são as instituições voltadas ao ensino profissional em São Paulo, muito embora nos últimos anos tenham surgido estudos sobre os liceus, entidades religiosas entre outras que ofereciam ensino profissionalizante em outros estados. Ver: MURASSE, Celina Midori. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o liceu de artes e ofício do Rio de Janeiro (1856- 1888)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2001.

mantidas pela iniciativa privada, pois contavam com a colaboração de fazendeiros, burocratas, comerciantes, e doações dos sócios mantenedores.

Ao analisar o Liceu de Artes e ofício de São Paulo, Carmen Moraes (1990) salienta que o Liceu foi uma boa tentativa, mas não bem sucedida na tarefa de desenvolvimento de um ensino que realmente pudesse ser caracterizado como profissional, voltado para a qualificação técnica de trabalhadores; contudo, ainda segundo a autora, é importante ressaltar que a formação do Liceu representa um momento de reorganização da classe dominante com a proposta de “reformatar a sociedade” atentando para a modernização representada pela emergência do operariado rural e urbano.

Apesar do desenvolvimento de vários setores manufatureiros (metalúrgico, móveis, sapatos, produtos alimentares etc.), como o setor têxtil, que experimentou um crescimento significativo, o que vai caracterizar a indústria em todo séc.XIX, segundo Hardman, é “[...] a existência de um número elevadíssimo de pequenas fábricas de quintal, oficinas nas quais patrões e empregados trabalham lado a lado, utilizando um número reduzido de máquinas” (HARDMAN, 1982, p. 52). As propostas vindas de setores liberais da classe dominante no sentido de promover a qualificação de mão-de-obra ainda não conseguem nesse momento emplacar mudanças significativas numa sociedade baseada na produção escravista.

Ao estudar como a elite desde o início do século XIX discutia as propostas de substituição do trabalho escravo para o livre, Célia Azevedo (1987) contrapõe a fala de deputados e intelectuais que faziam parte da corrente imigrantista aos que defendiam o aproveitamento da mão-de-obra do elemento nacional. Segundo a autora, entre aqueles partidários da constituição de um mercado de trabalho livre com elementos nacionais, havia o consenso de que este processo deveria se dar através da “coerção jurídica e policial ao trabalho e/ou a persuasão moral via aprendizado profissional” (AZEVEDO, 1987, p. 130).

Ao reunir o pensamento de alguns intelectuais e políticos do império⁹, que, inspirados no pensamento europeu, discutiam projetos para o desenvolvimento do país, Cunha (2000) demonstra que esses intelectuais já faziam uma conexão entre força de

⁹ Não é objetivo deste trabalho se aprofundar nesses depoimentos, mas é interessante ressaltar a postura de Rui Barbosa em relação ao ensino profissional. Barbosa foi autor de dois projetos de ensino que não chegaram a ser aprovados, neles defendia o incentivo à indústria nacional a partir da educação industrial do povo, bem como a obrigatoriedade do ensino de desenho como forma de estimular a observação, invenção e assimilação, características fundamentais para o desenvolvimento da indústria. Ver: CUNHA, 2000, op. cit., p. 169 a 173.

trabalho, educação e abolição da escravatura, ou seja, não só percebiam como inevitável a abolição, como apostavam na educação para preparar o trabalhador dentro dos princípios das relações capitalistas de produção. Embora houvesse essa consciência em relação ao papel da educação num processo de mudança, ainda prevalecia um pensamento conservador, como acentua Cunha:

A proposta de um ensino profissional para as massas, de modo a moralizá-las e a desenvolver a produção para transformar a sociedade sem ‘quebrar suas molas’, foi talvez o núcleo de todo o pensamento elaborado no Brasil imperial sobre o assunto (CUNHA, 2000, p.164).

Dessa forma, o ensino profissional, no final do século XIX, ainda era pensado mais em termos do efeito moralizador e disciplinador que pudesse causar do que pela capacidade em dotar de preparo técnico a mão-de-obra nacional.

No entanto, esse período foi marcado por uma série de transformações na estrutura da sociedade brasileira, haja vista o crescimento de setores industriais, a urbanização e o crescimento da classe trabalhadora, a abolição da escravatura e a instauração da República, que vão dar novos contornos ao discurso a respeito do ensino profissional.

1.3 O ensino profissional na Primeira República: a necessidade de qualificação de mão de obra

De maneira geral, não houve grande desenvolvimento do ensino no período imperial, poucas escolas primárias não davam conta da maioria da população, o ensino secundário era oferecido principalmente nos colégios particulares e, portanto, destinado às elites, assim como o ensino superior que foi sendo articulado nas principais capitais das províncias com predominância dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. A legislação imperial através do Ato Adicional de 1834 delegou às províncias a responsabilidade sobre o ensino primário e secundário e reservou ao poder central o domínio sobre o ensino superior. A Constituição republicana de 1891 apenas consagrou o sistema dual de ensino proveniente do império ao reservar à União o controle sobre o ensino secundário e superior e aos Estados a organização da educação primária, aí inclusa a educação profissional, ou seja, na prática, fazia-se uma diferenciação entre o ensino voltado à elite

(secundário como preparatório para o superior) e o ensino para o povo (primário e profissional).

Embora as resoluções em torno da educação tivessem um caráter de continuísmo, a República espelhava os anseios daqueles que esperavam que o país se desenvolvesse e a educação era vista como remédio para todos os males. Havia, no entanto, uma distância entre os discursos mais empreendedores vindos da elite e as ações efetivas do poder público. A própria sociedade que emergia do processo de urbanização e crescimento industrial já não era tão homogênea e, por isso, nutria maiores expectativas em relação à educação, como mostra Romanelli:

Existia já uma pequena burguesia, em si mesma heterogênea, uma camada média de intelectuais letrados ou padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial, ensaiando seus primeiros passos, e todo um contingente de imigrantes que, na zona urbana, se ocupavam de profissões que definiam classes médias e, na zona rural, se ocupavam da lavoura (ROMANELLI, 2000, p. 41).

Neste novo cenário que se delineia, o ensino profissional ganha destaque, era necessário incentivar a formação de mão-de-obra qualificada para se adequar às novas exigências de uma indústria em expansão. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pelo Estado através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A principal justificativa do discurso oficial para a instalação dessas escolas ainda continuava sendo a necessidade de dotar de “hábitos de trabalho profícuo” os filhos dos “desfavorecidos de fortuna”, mantendo a posição assistencialista do império em relação ao ensino profissional.

Estas escolas não apresentavam mudanças significativas em relação às escolas de ensino de ofícios criadas anteriormente, mas pela primeira vez se organizava um sistema de ensino de abrangência nacional com propósitos comuns, o que já demonstra uma certa preocupação do Estado em organizar um plano nacional de educação.

A unificação do sistema escolar somente irá ocorrer em 1930, prevalecendo até então a descentralização com os estados, organizando seus sistemas escolares. No início da república, a educação esteve sob orientação de ministérios que incluíam outras pastas, como o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos criado em 1890, transferida depois para o Ministério do Interior e Justiça em 1902, revelando a superficialidade que nesse momento ainda era tratada as questões relativas à educação.

A primeira reforma organizada por Benjamin Constant, baseada em princípios positivistas, tentava romper com o ensino literário e clássico vigente desde a colônia

propondo um ensino científico, mas não fez mais do que instalar um ensino enciclopédico. As sucessivas reformas da organização escolar na primeira república [o Código Eptácio Pessoa (1901); a reforma Rivadávia (1911); reforma Carlos Maximiliano (1915) e a reforma Luis Alves Rocha (1925)] revelam que, ao tentar copiar um modelo pronto de inspiração positivista, embora esta doutrina filosófica já estivesse em decadência na Europa, não havia consciência da elaboração de um programa de ensino adequado às novas tendências sociais presentes no país. Este aspecto revela a dependência cultural que irá marcar a organização escolar no Brasil. A respeito disso observa Maria Luisa Santos Ribeiro que a dependência cultural traduz-se na “falta de capacidade criativa e atraso constante e cada vez mais profundo em relação ao centro criador que serve de modelo” (RIBEIRO, 1992, p. 47).

O ensino profissional não estava na pauta dessas reformas, mas se beneficiou da premência de formar mão-de-obra qualificada para a indústria em ascensão. A descentralização política e administrativa que marcou inicialmente a República contribuíram para que alguns sistemas escolares estaduais se desenvolvessem paralelamente ao sistema federal, como ocorreu em São Paulo, primeiro estado da federação a criar uma rede pública de ensino Profissional.

São Paulo experimentou notável desenvolvimento com a riqueza trazida pelo café, crescimento populacional com a imigração, urbanização e pelo surto industrial evidenciado já nas primeiras décadas do século XX. O recenseamento de 1920 mostra que São Paulo aparecia como o centro mais importante responsável por 31,5% da produção nacional à frente do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (FAUSTO, 1989, p. 20). Segundo Cunha, São Paulo reunia condições ausentes em outros estados que evidenciassem uma formação profissional, como elemento de impulso da industrialização:

1) capital acumulado na cafeicultura de exportação, disposto a transferir-se para a manufatura e a indústria; 2) capacidade empresarial, isto é, mentalidade burguesa voltada para a acumulação de capital; 3) mercado consumidor para produtos fabris, formado não só pela burguesia, como, também, pelas camadas médias e pelos trabalhadores assalariados; 4) um contingente de trabalhadores (notadamente os imigrantes e seus descendentes) dispostos a se transferirem da agricultura para a manufatura e a indústria, como operários e até mesmo como empreendedores; 5) oferta de energia elétrica para suprir as empresas de força motriz (CUNHA, 2000, p. 167).

Dessa forma, em São Paulo surgem ou renovam-se diferentes instituições de aprendizagem profissional como o Liceu de Artes e Ofícios, que acompanhou “o

crescimento e diversificação da produção industrial manufatureira que aí se processava” (CUNHA, 2000, p.120), as escolas ferroviárias que são resultantes do acordo feito entre as companhias de estrada de ferro de São Paulo e a Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, oferecendo cursos voltados para a atividade ferroviária, bem como a criação da rede de escolas profissionais públicas com unidades em várias cidades do interior. É importante ressaltar que essas escolas trazem concepções diferentes no ensino de ofícios que evidencia a transformação do discurso relativo ao ensino de ofícios frente ao processo de industrialização. O Liceu e as escolas ferroviárias representavam a proposta educativa das “oficinas-escolas”, enquanto as escolas profissionais públicas se baseavam no modelo das “escolas-oficinas”. Assim, segundo Carmen Moraes,

A ênfase nas oficinas-escolas significava priorizar a transmissão do conhecimento durante a prática profissional, de maneira a instruir fazendo. O aluno, admitido como simples aprendiz, se instruíria observando o trabalho dos mestres ou realizando parte dele. Ao participar do conjunto da produção, podia conhecer todas as etapas de realização do projeto, o que lhe permitiria, no final do treinamento, situar-se em uma delas e transformar-se em especialista [...] (MORAES, 1990, p. 195).

Em contraposição às “oficinas-escolas”, as “escolas-oficinas” conduziam o aprendizado sob outra vertente, como mostra Luiz Cunha:

[...] na escola-oficina, os conhecimentos científicos, se não todo, ao menos parte do ensino primário, assim como conhecimentos e práticas de “arte”, sobressaíam no currículo, sem, contudo, descartar-se a prática de oficina. Esta, no entanto, familiarizava o aprendiz com seu ofício (ou com mais de um deles) num ritmo que não era o da produção efetiva, nem tinha a preocupação com a competição de seus produtos no mercado de bens manufaturados (CUNHA, 2000, p. 119).

Neste trabalho, iremos focalizar uma unidade da rede de ensino profissional público de São Paulo e, portanto, é pertinente expor o embate que surgiu entre os defensores destas concepções pedagógicas do ensino profissional.

Desde a proclamação da República, o governo de São Paulo procurou tomar medidas para dar educação à classe operária criando cursos noturnos destinados a jovens trabalhadores do sexo masculino, na capital e em várias cidades do interior. Em 1910, o Congresso legislativo aprova, numa iniciativa ímpar entre os estados da federação, a criação de uma rede estadual de escolas profissionais. Entre 1910 e 1933, foram dez escolas criadas em todo estado com unidades além da capital, em Amparo, Rio Claro, Franca, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Mococa, São Carlos e Santos. A estrutura,

organização e funcionamento da escola Profissional de Franca será analisada mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Durante toda primeira República o ensino profissional em São Paulo esteve subordinado à Diretoria Geral de Instrução Pública e, por todo esse período, a coordenação do ensino profissional ficou sob responsabilidade do diretor da Escola Masculina da Capital, Professor Aprígio Gonzaga. Aprígio era grande defensor da formação integral do operário e as escolas do ensino oficial combinavam cursos teóricos com noções de português, aritmética e desenho técnico, e a prática na oficina. Como salienta Carmen Moraes, a princípio não havia grande diferença entre a orientação pedagógica dada no Liceu de Artes e Ofício e nas escolas profissionais do Estado, ambas eram dirigidas aos operários e seus filhos para diversos ramos do setor industrial e objetivavam a moralização do trabalhador:

Enquanto o Liceu formava, basicamente, mestres para o setor da construção civil e mobiliário, os cursos das escolas oficiais eram mais diversificados, dirigindo-se a vários ramos da indústria [...]. Apresentavam a mesma concepção de qualificação profissional, organizando-se como escolas profissionais completas, nos moldes propostos por Victor Della Vos, visando a formação do trabalhador integral (MORAES, 1990, p. 225).

No entanto, com a criação da Escola Mecânica do Liceu de Artes e Ofício que passou a ser coordenada por Roberto Mange, a orientação pedagógica do ensino técnico passa a atender às exigências do processo produtivo que encontra, na especialização do trabalhador em uma única operação, a nova proposta de qualificação. Formado em engenharia pela Escola Politécnica de Zurique e tendo feito estágio no sistema ferroviário alemão, Roberto Mange tomou contato com novas formas de organização e treinamento profissional, tornando-se o mais constante interlocutor dessas novas tendências.

Defensor de métodos científicos de organização do trabalho, Mange ganhou a simpatia de intelectuais e empresários que compartilhavam de suas idéias e passou a criticar os métodos tradicionais de aprendizado de ofícios baseados na observação. Propôs que o aprendizado deveria deixar de ser feito dentro das fábricas e que fossem criadas escolas de ensino profissional que utilizassem novos métodos de instrução para oferecer um treinamento rápido e científico, acompanhado de instrução de caráter mais geral como forma de moldar “um bom caráter moral, fazendo com que o trabalhador se identificasse com o progresso industrial” (WEINSTEIN, 2000, p. 48).

Fazendo um contraponto a essas idéias, nos Relatórios dos Trabalhos da Escola Masculina da Capital, Aprígio dirigia-se diretamente ao grupo em torno de Mange, defendendo a educação integral do trabalhador, como enfatiza Carmen Moraes:

Segundo esta orientação, o aluno deveria passar por todas as oficinas onde a matéria-prima de seu trabalho sofria modificações de forma e acabamento. Assim, por exemplo, na mecânica, o aluno que escolhia esta profissão iniciava o seu curso trabalhando a frio; passava, então, para a série de exercícios a quente-serraria, fundição e ferraria: depois, à ajustagem em tornos, construções e montagens. Era vedado especializar-se em qualquer dessas tarefas que compunham o ofício mecânico (MORAES, 1990, p. 221).

O Liceu, enquanto fábrica-escola, sob a orientação de Mange, atendia às necessidades do mercado em dinamizar o processo de organização do trabalho e oferecer treinamento rápido e eficiente da mão-de-obra, por outro lado, as escolas oficiais não tinham o compromisso de se organizarem para atender às exigências do mercado, nas palavras de Aprígio: A missão das escolas profissionais, como tenho dito, não é fazer plainistas, furadores, torneiros [...]; é dar hábitos de trabalho e aptidão para as profissões, sem especializar para nenhuma” (GONZAGA apud MORAES, 1990, p. 227).

Essas duas posturas mostram o quanto havia evoluído o debate a respeito do ensino profissional. Todavia, os autores que analisaram a questão concordam que estas posições não eram radicalmente opostas, pois Aprígio e Mange compartilhavam de várias opiniões sobre a aprendizagem industrial. A discordância ficava evidente quando ambos procuravam defender suas posições quanto à finalidade do ensino profissional, como bem observou Weinstein:

Para Gonzaga, era o aluno, o futuro trabalhador qualificado, cujas necessidades tinham que ser levadas em consideração, mesmo quando conflitassem com as da indústria. Para Mange, era a grande indústria, a fábrica moderna, cujas necessidades técnicas e sociais determinavam a natureza do treinamento a ser dado aos operários. Embora Mange fosse considerado um educador, ele foi em primeiro lugar e sempre um tecnocrata industrial (WEINSTEIN, 2000, p. 56).

Com o tempo, o ensino oficial iria passar por uma série de reformas assimilando a racionalização no processo de ensino aprendizagem profissional e, neste sentido, as posturas defendidas por Aprígio vão cedendo lugar às necessidades da fábrica.

A racionalização defendida por Mange estava baseada nos princípios da teoria desenvolvida por Frederick W. Taylor, autor de “Princípios da Administração Científica”, obra que ditava regras de como se intensificar a produção e exploração da força de

trabalho, bem como, estratégias de despolitização da fábrica, através de medidas que fizessem que o operário se sentisse confortável no interior da fábrica, como salienta Margareth Rago em seu estudo:

Detalhes como a cor do ambiente, o grau de iluminação, o arejamento, a instalação de sanitários, de refeitórios, de jardins em volta das fábricas serão difundidos em função da influência civilizadora que poderiam exercer no espírito dos operários, ou ainda, pela possibilidade de garantir sua saúde, evitando custos e perdas maiores para os industriais (RAGO, 1987, p. 41).

A partir da década de 20, cada vez mais empresários, intelectuais e educadores passaram a defender os métodos científicos como um meio de reorganizar não somente a indústria, mas toda a sociedade brasileira. Este grupo acabou por se reunir e fundar órgãos importantes na legitimação desses princípios como o IDORT. Entre os empresários, Roberto Simonsen é citado pela historiografia como o maior entusiasta do método científico de organização do trabalho tomando como exemplo a ser seguido a organização das empresas norte-americanas.

Na educação, Mange fez da Escola Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, um local para testar métodos de racionalização do trabalho. Foi assim que aplicou no Liceu o sistema de aprendizagem das “séries metódicas” que combinava a aprendizagem simultânea de princípios teóricos e habilidades manuais, introduziu os “testes psicotécnicos” que permitia que a escola encaminhasse o aluno para cursos supostamente adequados a sua habilidade.

Nos últimos anos, vários trabalhos têm procurado focalizar como se deu esse processo de racionalização enfatizando as conseqüências para a organização operária. Para Decca, a reorganização do processo de trabalho com o aumento da mecanização e maior vigilância a partir de 1910, levou à “perda do controle operário dentro da fábrica” (DECCA, 1983, p. 74) e à conseqüente derrota de movimentos revolucionários como o anarquista.

Por outro lado, como mostra Weinstein, outros autores têm procurado relativizar o processo de racionalização, mostrando que eram incipientes as organizações fabris e que, portanto, a racionalização não teve grande efeito na maioria das fábricas. Por seu lado, a classe operária não era tão resistente a esse processo, pelo contrário, procurava considerar os “prós e contras” dessas inovações, ou seja, “novas técnicas ou maquinários podiam depreciar suas habilidades, mas também podiam reduzir o cansaço físico ou o perigo de determinada tarefa” (WEINSTEIN, 2000, p. 59). Ao analisar os periódicos

sindicais das primeiras décadas do século XX, Manfredi (2003, p. 92) demonstrou que várias organizações sindicais tomaram iniciativas no campo da formação profissional, muitas vezes após exigências dos próprios operários, criando cursos de capacitação à medida que cresciam as exigências técnicas da categoria.

Não é objetivo desse trabalho aprofundar questões ligadas ao movimento operário, mas de qualquer forma é pertinente ressaltar que os métodos de organização científica do trabalho, ao mesmo tempo que são apoiados pela elite do país, são também analisados pelos órgãos de representação da classe trabalhadora que não se submetiam simplesmente às novas tendências de organização do trabalho.

A escola do trabalho teve lugar especial nos questionamentos do pensador italiano Antonio Gramsci. Quando de sua análise sobre o sistema americano de organização do espaço fabril, já percebia o potencial da indústria na conformação da vida na sociedade como um todo e a fábrica como local de formação dos operários, “a fábrica era vista não somente como produtor em geral, mas, e fundamentalmente, como produtora histórica da nova realidade em gestação” (MARTINS, 2000, p. 25). Gramsci defendia uma escola “desinteressada” do trabalho com o objetivo de, além de preparar tecnicamente, também proporcionar a formação cultural do operário, como se vê a seguir:

[...] Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada [...]. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade [...]. A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores de um olhar infalível e de uma mão firme (GRAMSCI apud NOSELLA, 1998, p. 20).

Mais tarde, Gramsci formularia o conceito de escola unitária como proposta para fundir a escola humanística e a escola do trabalho com a finalidade de formação “do novo homem da classe subalterna, tendo como fim a reforma intelectual e moral do coletivo social” (MARTINS, 2000, p. 24).

No Brasil desse período, a reação ao processo de racionalização por meio da reorganização do processo de trabalho ficou por conta de operários anarquistas que, por meio de uma imprensa combativa, passaram a refletir sobre a criação de escolas alternativas com o intuito de divulgar seus ideais. Ao estudar o pensamento anarquista, Flávio Luizetto destaca a importância dada à educação, instrumento fundamental para tornar possível a revolução social. Para esse autor o “anarco-sindicalismo”, “o anarquismo literário” e a “educação anarquista” são movimentos que não surgiram aleatoriamente,

eram eventos interligados que representaram “o esforço de expansão da propaganda anarquista” (LUIZETTO, 1987, p. 47).

Ao formular um ideal de educação libertária, os anarquistas se apoiaram na concepção de educação integral proposta por Paul Robin e na “escola racional” ou “escola moderna” idealizada pelo espanhol Francisco Ferrer, que representavam uma reação ao ideal de dominação da escola burguesa e a base para a formulação de uma pedagogia libertária. Ao pesquisar a imprensa operária do início do século XX no Brasil, Margaret Rago salienta a importância dada à educação pelos anarquistas:

A educação anarquista pretende ser ‘integral’, eliminando as fronteiras que opõem o trabalho manual do intelectual e as relações de dominação decorrentes. Meio de superar a alienação do homem, a ‘instrução integral’ impediria que o saber estivesse nas mãos de uns poucos que ditariam a todos os demais os caminhos a serem percorridos, permitiria o desenvolvimento harmonioso de todas as potencialidades humanas. Assim, a criança trabalhadora, que na sociedade burguesa é marginalizada, transformada desde cedo em ‘burro de carga’, porque muito nova precisa entrar na fábrica e submeter-se às vontades dos patrões, dos contramestres, emancipar-se, aprendendo a autogovernar-se e a fazer valer seus próprios desejos (RAGO, 1987, p. 152).

Algumas dessas escolas chegaram a funcionar em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Belém, entre outras cidades, mas o Estado interrompeu o funcionamento de todas, sob a alegação de difundirem ideais anarquistas e representarem uma ameaça à organização social e política do país.

A escola do trabalho idealizada por Gramsci e a escola libertária dos anarquistas são exemplos de vozes discordantes no universo de expansão capitalista industrial em que a fábrica passou a ditar normas que transcendem o espaço fabril e chega até à escola, a casa e aos espaços de lazer.

O crescimento industrial, o aparecimento da classe trabalhadora livre e assalariada são exemplos das mudanças que ocorriam no país, e nesse contexto o discurso sobre o ensino profissional ganha novos contornos. De ensino voltado à infância desvalida ou como medida para conter a violência e desordem, cada vez mais a visão que irá prevalecer sobre o ensino profissional é o de formação profissional de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

1.4 O ensino profissional em um projeto de Brasil

Os anos de 1920 foi um período agitado no que diz respeito à discussão e tentativa de implementar mudanças na área da educação, haja vista as reformas que ocorriam nos estados, as críticas às mesmas e os grupos que se organizavam para debater e propor medidas com o objetivo de reestruturar e modernizar o país.

Em seu trabalho, Carmen Moraes (1990) ressalta que dissidentes do Partido Republicano Paulista se uniram em torno da criação da Liga Nacionalista e do Partido Democrático, quebrando a hegemonia da oligarquia no poder. Esse grupo se alinhou aos chamados “liberais reformadores,” que reunia intelectuais de prestígio e “educadores profissionais” como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Dória, entre outros, e encontrava no jornal “O Estado de São Paulo”, dirigido por Júlio de Mesquita Filho, um meio de divulgação de suas idéias.

No conteúdo ideológico defendido pela Liga Nacionalista, a educação aparece no centro das projeções mais otimistas para o futuro da nação e, portanto, cabia à escola a tarefa de erradicar o analfabetismo, nacionalizar a população imigrante e dotar de preparo técnico o operário da indústria em ascensão.

Em 1926, Fernando de Azevedo organizou no jornal “O Estado de São Paulo” um “inquérito” em que discutia os principais problemas da instrução pública em São Paulo em todos os níveis, ensino primário e normal, o ensino técnico-profissional, o ensino secundário e superior. Mais do que um questionário de perguntas e respostas, o inquérito representou a primeira idealização de um plano de educação completo para o país.

Sobre o ensino profissional, esse documento apontava a precariedade e a falta de organização proveniente do “desinteresse e ignorância” do governo em relação ao tema. Entre as falhas apontadas estão: as escolas funcionando com instalações rudimentares, o despreparo do professor que muitas vezes tinha formação apenas no curso normal e os próprios objetivos que deveriam ser alcançados pelo ensino de ofícios, carente de um sistema de ensino profissional que se organizasse desde o ensino elementar.

Uma análise mais cuidadosa desse documento, como demonstrou Cunha (2000), aponta alguns aspectos que torna mais clara a compreensão do mesmo. Em primeiro lugar, a própria formulação das questões já induzia a resposta desejada pelo entrevistador, o que faz pensar que Fernando de Azevedo apenas queria endossar soluções

que havia pensado para o ensino técnico e por isso a escolha estratégica dos entrevistados, como a de Roberto Mange, que, entre os seis convidados a falar sobre o ensino industrial, era o que tinha maior conhecimento sobre o assunto.

Restringindo-se a análise do ensino profissional mecânico, Mange reconhece o insuficiente desenvolvimento do ensino profissional para atender às necessidades da indústria, defende a sondagem de aptidões do educando através de testes psicotécnicos e com isso a formação de grupos homogêneos dentro de um ensino metódico e racional que alternasse conhecimentos teóricos com o trabalho prático. Mange reconhecia a função industrial da escola, mas rejeitava a industrialização completa (“*self-supporting*”) sob pena de prejudicar o desenvolvimento de aptidões, e dessa forma julgava necessário que a escola tivesse ajuda financeira. Assim como os outros entrevistados, defendia que desde a escola primária se incentivasse o educando ao gosto pelo trabalho manual e destacava a importância do desenho como elemento primordial do ensino profissional.

Tanto na introdução quanto na conclusão do inquérito sobre o ensino profissional, Fernando Azevedo só fez reforçar as principais linhas condutoras dos questionamentos, haja vista a alusão aos testes psicotécnicos, a função industrial da escola e a necessidade de instalação de órgãos anexos às escolas destinados a colocar em prática medidas racionalizadoras de acordo com os ensinamentos da doutrina Taylorista, como se vê a seguir:

Seção de higiene industrial, para as investigações sobre as moléstias profissionais, para o estudo e aplicação de processos adequados à eliminação da poeira, do gás e da fumaça, ou para determinar, em mensurações fotométricas, a claridade dos laboratórios e das oficinas (AZEVEDO, 1937, p. 129).

Alguns autores (MORAES,1990; CUNHA, 2000), ao analisarem o Inquérito, reconhecem que o documento elaborado inicialmente como repúdio à reforma paulista de 1925, acabou por traçar um panorama não muito animador mas eficaz nas considerações críticas sobre o ensino no estado e, porque não dizer, no país. Por outro lado, enfatizam como característica mais importante do documento o projeto educacional elaborado pelo setor liberal voltado para a reconstrução social com o objetivo de formação das “elites condutoras” pelo viés do ensino superior e homogeneização da classe operária através da valorização do ensino profissional. Nas palavras de Fernando Azevedo, “educação popular e preparo das elites são, em última análise, as duas faces de um único problema: a formação da cultura nacional” (AZEVEDO, 1937, p. 269). A preocupação com a

formação das elites presente no pensamento de Fernando de Azevedo consagra a dualidade na formulação do sistema de ensino e dessa forma:

Enquanto as universidades teriam o papel de formadoras das elites, ao ensino secundário caberia o preparo das classes médias, propiciando-lhes a aquisição das idéias gerais irradiadas daquelas, e condensadas numa cultura geral desinteressada (CUNHA, 2000, p. 217).

Além do Inquérito, Fernando de Azevedo se apresentava como redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, texto de produção coletiva elaborado em 1932, que englobava tanto posições liberais, quanto posições de cunho socialista. Entre os liberais de tendência elitista (a qual Azevedo estava ligado), o objetivo da educação nova era preparar as elites para atuar nos mais diversos setores da sociedade, por outro lado, os liberais de orientação igualitarista, inspirados no pensamento de John Dewey e cujo maior entusiasta era Anísio Teixeira, a finalidade da escola nova era formar indivíduos empenhados na democracia e dispostos a combater as injustiças e desigualdades sociais. O manifesto representou um marco na forma de pensar a educação no Brasil uma vez que a tratava como um “problema social”, como advertiu Romanelli (2000), e seus signatários propunham uma ruptura ao que chamavam de escola tradicional representada pelo grupo de católicos e conservadores.

Em suas linhas gerais, o Manifesto defendia a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação e, à exceção da laicidade, que despertou uma reação barulhenta por parte da Igreja, o movimento conseguiu emplacar suas reivindicações na Constituição de 1934, ainda que esta legislação tenha sido alterada com a instalação do Estado Novo.

Em relação ao ensino profissional, o manifesto defendia uma escola secundária que evitasse a separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, considerava este o ponto nevrálgico na estruturação de um plano educacional. Dessa forma, propunha uma escola secundária que teria uma base comum de cultura geral com duração de três anos que se bifurcaria em um eixo de preponderância intelectual (humanidades, ciências: física, matemática, química e biológica) e outro de preponderância manual com cursos voltados à preparação de atividades profissionais decorrentes da extração de matérias-primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca), da elaboração de matérias-primas (industriais e profissionais) e distribuição de produtos (transportes, comunicações e comércio).

A importância histórica do Manifesto se evidenciou na capacidade de captar os anseios que as reformas de ensino da década de 1920 tentavam implantar e na exposição clara do papel destinado à educação no projeto nacional que começava a tomar forma nos anos 30 com a política nacionalista de Vargas. Este período de grandes transformações é marcado pelo fim da hegemonia das oligarquias, do empenho no desenvolvimento industrial a partir do modelo de substituições das importações, do crescimento das classes médias urbanas e suas reivindicações.

Nesse processo de mudança, o ensino profissional deixa de ficar relegado ao segundo plano para ganhar “identidade própria” com direito a setores especializados no Ministério da Educação (Superintendência do Ensino Profissional) e na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Departamento do Ensino Profissional), bem como no aparecimento de profissionais especialistas em ensino profissional (CUNHA, 2000). A importância que havia adquirido essa modalidade de ensino pode ser notada no artigo 129 da Constituição do Estado Novo:

Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público

A Constituição do Estado Novo foi a primeira a tratar especificamente do ensino profissional e isto era um sinal de mudança no enfoque do tema, no entanto, com a referência ao ensino destinado às “classes desfavorecidas”, o Estado “estava instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola”, como observou Romanelli (2000, p.153), ou seja, a política educacional ainda legitimava a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Outro aspecto interessante do referido artigo é a menção à participação da indústria na formação de operários, tendência que se confirmaria mais tarde com a criação do sistema SENAI/ SENAC.

Gustavo Capanema, nomeado por Vargas para o Ministério da Educação e Saúde, cargo que ocupou entre 1934 e 1945, foi o principal articulador e responsável pela implementação do projeto educacional vislumbrado pelo governo federal. Segundo este projeto, garantia-se a formação das elites, “das individualidades condutoras” através da organização de uma rede secundária superior, sem deixar de lado a preocupação com a qualificação da força de trabalho.

A partir de 1942, Capanema dá início a uma ampla reforma dos vários ramos de ensino com a promulgação das Leis Orgânicas de Ensino: Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4073 de 30/01/1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4244 de 09/04/1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6141, de 28/12/1943); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530 de 2/02/1946); Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 9.613, de 20/08/1946).

De acordo com esta legislação, o ensino primário se organizava em quatro ou cinco anos e estava destinado a crianças de 7 a 12 anos ou mais, senso preparatório para os demais ramos de ensino. O ensino médio, destinado aos jovens de doze anos ou mais, subdividia-se em cinco ramos diferentes. O ensino secundário estava estruturado sob dois ciclos: o primeiro com duração de quatro anos era chamado ginásial, o segundo ciclo se bifurcava em clássico e científico e funcionavam como preparatório para o ingresso no ensino superior apresentando um conteúdo literário e acadêmico que convinha à formação da elite dirigente. O ensino secundário, seguido do ensino superior, era de fato a maior preocupação do plano de ensino elaborado por Capanema:

A reforma do ensino secundário de 1942 ficaria em síntese caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria. Através dela, também esperava-se produzir uma nova elite para o país. A ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional (SCHWARTZMAN, 1984, p. 2002).

Os demais ramos de ensino, citados no parágrafo anterior, preparavam para os diversos setores da produção, industrial, comercial e agrícola, e o ensino normal para a formação de professores do ensino primário.

Os cursos dos ramos profissionais também estavam divididos em dois ciclos, no entanto, enquanto o ensino secundário se articulava diretamente ao ensino superior, os alunos que concluíam o segundo ciclo do ensino profissional tinham acesso restrito ao

ensino superior, podendo candidatar-se apenas aos cursos ligados aos ramos profissionais que haviam cursado. Diferente da postura adotada por Capanema em relação ao ensino profissional foi a de Anísio Teixeira, que instituiu a reforma da instrução pública do Rio de Janeiro e introduziu no nível secundário o ensino profissional técnico, adotando a equivalência aos cursos secundários acadêmicos. Entretanto, por apresentar soluções diferentes das apontadas pelo governo federal, Anísio foi perdendo espaço para a política educacional conduzida por Capanema, conforme constata Nunes:

Se para Anísio Teixeira a reconstrução do país se daria pela disseminação da mentalidade científica e pelo estilo democrático de vida, para Gustavo Capanema, que representava posição do governo federal, tal reconstrução se faria pelos valores nacionais. Era mister que os valores nacionais fossem inculcados nas massas para facilitar o processo de aceitação da autoridade de seus líderes (NUNES, 2001, p. 111).

A Lei Orgânica do Ensino Industrial aprovada por Capanema estabelecia toda organização do ensino industrial, utilizando o termo indústria e industrial em sentido amplo para designar as atividades relativas ao trabalho na indústria, nas atividades artesanais, nos transportes, nas comunicações e na pesca. Segundo esta lei, o ensino industrial deveria atender aos interesses do trabalhador no que diz respeito a sua formação profissional e humana, bem como oferecer mão-de-obra eficiente e produtiva que pudesse atender aos interesses das empresas.

No artigo 5º da referida lei, apresentavam-se os princípios que deveriam conduzir o ensino industrial, em que se previa uma aproximação entre ensino prático e ensino teórico, ou seja, o ensino de todo processo prático de um ofício deveria ser acompanhado do conhecimento teórico relativo ao mesmo, bem como de disciplinas de cultura geral que colaborassem para a formação do trabalhador. Este artigo ainda adverte para que o ensino industrial evitasse a extrema especialização na formação profissional do trabalhador a fim de que este futuramente se adaptasse as mais diversas atividades.

O primeiro ciclo do ensino industrial abrangia o ensino industrial básico com duração de quatro anos, o ensino de mestria (depois do industrial básico, com duração de dois anos) e, além desses, cursos artesanais e aprendizagem de duração variável, enquanto o segundo ciclo compreendia o ensino técnico realizado em três ou quatro anos e o ensino pedagógico com duração de um ano.

Embora a legislação vetasse a articulação do ensino técnico ao ensino secundário e em parte para o ensino superior, trouxe inovações ao deslocar o ensino

profissional para o grau médio e organizar o ensino técnico, que passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Em tempos de guerra havia a necessidade de preparação de mão-de-obra nacional para suprir a dificuldade de importação de técnicos estrangeiros. Como salientou Cunha (2000), essas mudanças são provenientes de vários fatores:

Aumentou a procura por técnicos industriais em virtude da expansão da produção em certos setores da economia; cresceu a necessidade de racionalização do uso dos recursos energéticos e das matérias-primas; procedeu-se à substituição de pessoal estrangeiro de alta qualificação; impôs-se a necessidade de formação de docentes para os cursos de aprendizagem; e, finalmente, mas não secundariamente, alunos e ex-alunos pressionaram pelo reconhecimento dos cursos existentes de modo a terem assegurados privilégios ocupacionais (CUNHA, 2000, p. 39).

A preocupação com a qualificação da força de trabalho presente como vimos na constituição do Estado Novo revela o projeto de industrialização do país como o principal objetivo a ser alcançado pelo governo desse período. Juntamente com o projeto da lei orgânica do ensino industrial, a comissão organizada pelo Ministério da Educação criava o Senai, sistema de aprendizagem industrial mantido pelas indústrias. A iniciativa do Estado de delegar às indústrias o treinamento de sua força de trabalho provocou inicialmente reações por parte dos empresários, que temiam os custos que isto poderia acarretar e do próprio Capanema, que via com ressalvas as novas diretrizes que estavam sendo tomadas para o ensino profissional.

Posteriormente, os empresários liderados por Roberto Simonsen perceberam que diante da situação internacional e da vontade de Vargas em apoiar medidas para formação rápida de mão-de-obra poderiam se beneficiar politicamente ao assumir a responsabilidade pela formação da força de trabalho (WEINSTEIN, 2000). Por outro lado, Capanema propôs na lei orgânica de ensino industrial que os cursos de aprendizagem fossem tratados apenas como uma modalidade dentro do sistema mais amplo do ensino profissional, ministrados em escolas mantidas pelas indústrias e regulamentados por legislação específica e, dessa forma, distinguia claramente os cursos industriais como “destinados ao ensino de modo completo de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional” e os cursos de aprendizagem, destinados ao ensino metódico de um ofício aos “aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime do horário reduzido”.

Com o tempo, o Senai mostrou-se uma iniciativa bem sucedida na tarefa de fornecer cursos de aprendizagem industrial rápida que pudessem atender à expansão

econômica, diferenciando-se das escolas oficiais, que não apresentavam condições técnicas para acompanhar o constante desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, o Senai mostrou-se eficiente também na aplicação prática do discurso de racionalização e administração científica do trabalho, defendida pelos idealizadores do projeto, especialmente Roberto Simonsen e Roberto Mange.

Toda organização do sistema escolar realizada no governo Capanema somente sofreu modificações com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Lei 5692/71. O trabalho de Capanema frente ao Ministério recebeu tratamento diverso em diferentes autores, há aqueles que o criticam por só fazer reforçar uma educação elitista já existente e servir a um estado autoritário e corporativista, outros lhe atribuem a proeza de driblar o estado autoritário e imprimir caráter próprio às medidas ligadas à educação e saúde, e, por isso, contar com a simpatia de inúmeros intelectuais, favoráveis aos projetos de modernização do país. De qualquer forma, o que não se pode negar é que, com Capanema, a estrutura educacional adquire maior organização, como assevera Célio da Cunha:

[...] as reformas efetuadas desempenharam o papel de ordenação da área da educação, definindo competências, estabelecendo articulações entre os diversos ramos de ensino, além do relevo que deram ao ensino profissionalizante, cuja situação era de acentuado desprestígio [...] (CUNHA, 1981, p. 25).

Apesar da ênfase dada ao ensino profissional, Capanema não conseguiu implantar o amplo sistema de educação profissional que havia proposto e deixou escapar para o ministério do Trabalho e Federação das Indústrias o controle do sistema de aprendizagem profissional, como observou Schwartzman (1984), assim sendo, o Senai, que teria um papel secundário dentro do sistema de ensino pensado por ele, acabou por se firmar e se destacar como sistema paralelo de ensino profissional.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1961 trouxe como principal alteração ao plano de ensino profissional a equivalência dos diplomas de nível médio e secundário, possibilitando o ingresso ao ensino superior, muito embora esta medida na prática não resolvesse a questão da dualidade estrutural, o ensino profissional continuaria voltado às classes menos favorecidas. Por outro lado, o projeto de escola única ganha força na década de 1960, principalmente a partir dos governos militares que adotaram uma estratégia de desenvolvimento centrada na internacionalização da economia e na realização de grandes projetos nacionais (siderúrgicas, companhias petrolíferas, etc.) que necessitavam de extensa formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

A visão tecnicista que se apoderou do discurso sobre o ensino profissional nesse período culminou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus- 5.692/1971, que instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”, ou seja, todo aluno concluinte do segundo grau deveria ter passado por algum tipo de profissionalização. O caráter de terminalidade do ensino secundário (garantir que todo aluno tivesse oportunidade no mercado de trabalho somente com o ensino de 2º grau) que essa lei proporcionava foi pensado para resolver alguns problemas ligados a expansão do ensino superior como salientou Cunha:

Isto resolveria ou atenuaria, de imediato, três problemas: um, político, o do protesto por vagas; outro social e talvez passível de expressão política, a frustração de profissionais de nível superior com dificuldades de conseguir emprego nos moldes esperados; e outro ainda de caráter financeiro, a diminuição (ou, pelo menos, a atenuação do ritmo de crescimento) dos gastos públicos em ensino superior (CUNHA, 2000, p. 186).

A falta de equipamentos adequados, de professores capacitados e verbas necessárias para oferecer um ensino técnico de qualidade tornou inviável a profissionalização universal no ensino de 2º grau e provocou uma revisão rápida na legislação. Desde o princípio, o projeto de profissionalização do ensino mostrou que não vingaria, mas foi suficiente para colaborar com a decadência do ensino técnico oferecido pelas escolas estaduais, para afastar a esperança de colocar em prática o ideal de escola única e de por fim com a antiga dualidade do sistema de ensino.

CAPÍTULO 2 A ESCOLA PROFISSIONAL DOUTOR JÚLIO CARDOSO

2.1 Instalação e estrutura

O Jornal Tribuna da Franca em meados de 1901, publicou um artigo intitulado *Instrução Profissional*” atribuído à educadora paulista Anália Franco, no qual defendia um maior empenho do estado na destinação de verbas para a educação, que seria garantia de retorno e “acréscimo da riqueza nacional”, e sobre o ensino profissional ressaltava:

Um dos pontos desta questão, ainda desprezado pelo nosso insuficiente plano de ensino é a instrução profissional [...]. Cumpre pois que se ensine a mocidade a trocar hábitos d’uma existência ociosa ou egoísta, pelos gozos do espírito, do saber e das afeições liberaes, proporcionando uma educação que os acostume ao trabalho e a serem membros úteis da sociedade humana [...]. E, por isso, é urgente a criação das escolas profissionaes e escolas de aprendisado em todos os centros de indústrias (TRIBUNA DA FRANCA, 15/06/1901).

A disponibilidade do jornal local em publicar um artigo com essa temática demonstra que, muito antes da criação da escola profissional, a imprensa já se mostrava receptiva à idéia de apoiar iniciativas no sentido de melhorar a educação em geral, bem como a implantação de um sistema de educação profissional na cidade. Em todo período estudado, a escola soube utilizar a imprensa como canal de divulgação de suas atividades junto à comunidade, chegando até a publicar a ‘coluna da escola industrial’ em um dos jornais da cidade.

Em uma pequena nota, o jornal “Comércio da Franca”, de 6 novembro de 1919, registrava a aprovação pelo governo paulista do decreto de outubro do mesmo ano, autorizando à secretaria do interior o crédito de 300 contos destinado às obras de instalação das escolas profissionais de Franca e Rio Claro. Obtivera êxito a campanha do PRP (Partido Republicano Paulista) local para que a cidade recebesse uma unidade deste tipo de ensino desde que teve início a expansão da rede de ensino profissional promovida pelo Governo de São Paulo a partir de 1910. Na verdade, a conquista do partido abrandava o ressentimento contra o governo de São Paulo por não ter reconhecido a Escola de Farmácia e Odontologia organizada em 1916 na cidade, sendo que na mesma época, o governo paulista havia aprovado uma escola semelhante em Pindamonhangaba por força

de deputados da região. Daí se depreende que a criação e instalação das escolas profissionais em determinadas cidades do estado dependeram muito mais da força dos políticos da região do que de um projeto planejado de expansão da rede estadual. Em artigo publicado em 1953, como parte das comemorações de 29 anos da escola, escreve Jonas Ribeiro, que havia sido vereador na época da inauguração da escola:

O Dr. Altino Arantes tinha para com Franca uma grande dívida a saldar, ou uma grande injustiça a ser reparada: O não reconhecimento da Escola de Farmácia e Odontologia de Franca. O presidente Altino Arantes tinha que penitenciar-se do grande erro do passado e trabalhar pelo projeto de lei Julio Cardoso. Foi assim que em 31 de Dezembro de 1918, foi sancionada a lei criando em Franca uma escola profissional (O FRANCANO, 10/05/1953).

À frente do projeto de instalação da escola estava o deputado estadual Doutor Júlio Cardoso, substituto na cadeira do coronel Francisco Martins Ferreira Costa, a quem coube a elaboração e defesa do projeto junto à Câmara dos Deputados. Diferente do que ocorreu em outras escolas profissionais, como mostra Nosella (1998) sobre a escola profissional de São Carlos, que recebeu várias denominações ao longo do tempo, o nome de Júlio Cardoso¹⁰ esteve desde o princípio associado ao de patrono da escola.

Embora tenha sido criada pelo mesmo decreto, a escola de Rio Claro começou a funcionar imediatamente em função de já ter um prédio que pudesse receber as instalações da escola. Em Franca o contrato para a construção do prédio deu-se em junho de 1920, e a Câmara Municipal se prontificou a doar ao Estado o terreno para a execução da obra. A construção do edifício da escola ficou sob a supervisão dos engenheiros Afonso Geribello e Antonio Quevedo, e o empreiteiro designado em Franca para acompanhar a obra foi o Sr. José Ponton (O FRANCANO, 1953).

É pertinente observar que, tendo sido o prédio construído especialmente para abrigar a escola profissional, o projeto arquitetônico obedece a uma tendência das edificações do período de um modo geral influenciadas pela proposta urbanística desenvolvida por Haussman para a reurbanização de Paris, em que ruas e vielas tortas

¹⁰ Júlio César Cardoso nasceu em 1869, no Recife, veio para São Paulo cursar Direito, formando-se advogado aos 25 anos. Trabalhou como redator no jornal “O Estado de São Paulo”, mudou-se para Franca para atuar como promotor público da comarca. Entre 1898 e 1906, foi vereador e em 1908 tornou-se juiz de paz em Franca, nessa época também redigiu para vários jornais da cidade. Elegeu-se deputado estadual pela cidade em 1910, cargo que exerceu até sua morte em 1920, vítima de derrame cerebral. Embora tenha trabalhado no projeto de criação da escola, faleceu antes que o projeto se concretizasse. TOMAZINI, Maria Lúcia; ADIB, Mauriel Arley. **História e memória da ETESG “Dr. Júlio Cardoso”**. Franca, 1991 (mimeo).

davam lugar a um traçado geométrico. Enquanto escola voltada para o mundo do trabalho, o projeto arquitetônico da escola profissional guarda algumas especificidades, como veremos a seguir:

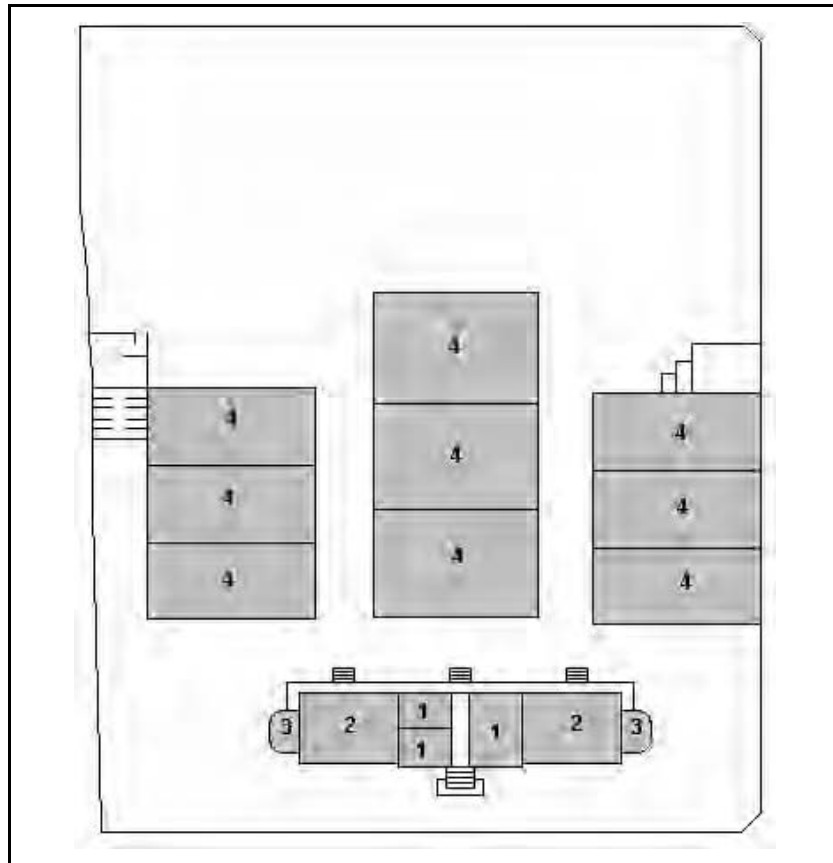


Figura 1: Área construída para inauguração da escola em 1924, onde (1) Administração, (2) Salas de aulas, (3) Sanitários e (4) Oficinas.

Fonte: CASTRO, Sylvio Luz de. Análise espacial da escola profissional Dr. Júlio Cardoso Franca. 2001. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura)-Unifran, Franca, 2001.

A análise da planta da escola revela características que condizem com um projeto mais amplo de racionalização que tomou conta de diversos setores da sociedade no início do século XX. As partes numeradas da planta representam a área construída para a inauguração da escola em 1924, o edifício frontal em altura superior às demais dependências abrigavam as salas da administração, sanitários e salas de aula para as disciplinas de cultura geral (instalações correspondentes aos números 1, 2 e 3). Esse prédio localizado defronte para a rua, correspondia à entrada da escola, na parte interior era margeado por um alpendre na qual se avistavam os três galpões onde funcionavam as oficinas.

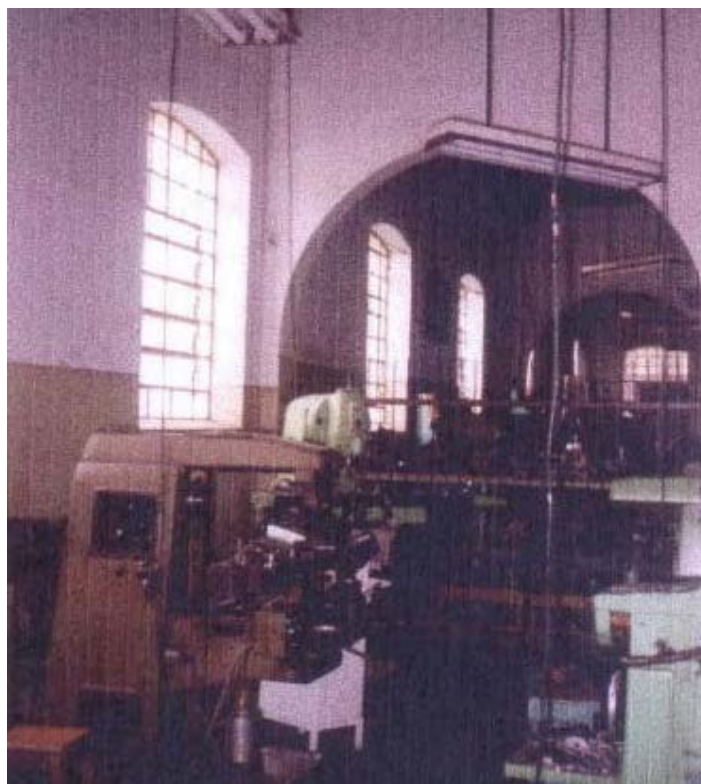


Figura 2: Janelas na parte interna da oficina.

Fonte: Acervo da escola

O traçado geométrico facilitava o transporte de máquinas e materiais e por outro lado condicionava a circulação das pessoas possibilitando o controle das atividades diárias dos alunos, recriando no ambiente escolar o cotidiano enfrentado por operários em uma fábrica. Procurava-se familiarizar o aluno a uma rotina rígida de obediência e trabalho. O interior das oficinas também apresenta semelhanças com o espaço fabril, apresentando janelas altas que impediam a vista do exterior que pudesse dispersar olhares e desviar a atenção das máquinas. Para compor a idéia de ordem e disciplina aliada a um ambiente calmo e agradável, na frente da escola e no espaço entre as oficinas, floreiras foram estrategicamente colocadas como que para amenizar a rigidez e mais uma vez atender aos critérios de racionalidade que preconizam criar um ambiente harmonioso e tranqüilo aos olhos do operário. Ao analisar as floreiras presentes na fachada e interior da escola, observa Castro (2001) que estes jardins seguem uma concepção geométrica muito usada nos jardins franceses que os torna artificiais e são exemplos do racionalismo:

Essa tipologia de jardim encontrada na escola, visava destacar, assim como os franceses, o objeto arquitetônico e, em especial, o acesso principal do edifício, no sentido de ornamentação e embelezamento, constituindo assim um espaço para ser contemplado e não vivenciado. Da mesma forma, nos espaços interiores a vegetação existente encontrava-se condicionada em canteiros rígidos, geométricos, não com a mesma concepção do jardim da entrada, mas com um mesmo caráter de ornamentação, ou seja, da representação artificial do natural (CASTRO, 2001, p. 59).



Figura 3: Floreira na parte interna da escola.

Fonte: Acervo da escola.

Quanto à localização, enquanto em São Paulo as duas primeiras escolas profissionais da rede estadual foram instaladas em bairros operários para atenderem prioritariamente os filhos de operários, no interior, na ausência de centros industriais solidificados como o caso de Franca, a escola foi instalada no centro da cidade ao lado da Câmara Municipal (atual Museu Histórico), adquirindo um status de maior relevância que suas congêneres na capital.

A inauguração da escola em 25 de abril de 1924 contou com a presença do então presidente do estado, Washington Luís e sua comitiva formada pelo Secretário do Interior, Alarico Silveira e Guilherme Kullman, diretor-geral de Instrução Pública. O jornal Tribuna da Franca na edição da semana seguinte à inauguração destacou na primeira página todos os passos da extensa agenda cumprida pelo governador em dia de festa na cidade em que foi decretado feriado municipal. Em sua passagem por Franca, o então presidente do Estado foi recebido por políticos e empresários, visitou a Santa Casa

de Misericórdia, os Colégios particulares Nossa Senhora de Lourdes e Instituto Champagnat e a cidade vizinha de Patrocino Paulista, participou de almoço, baile e desfiles preparados em sua homenagem e em seu discurso para a inauguração da escola ressaltou “que a Escola Profissional que se inaugurava era devida a Julio Cardoso. Foi seu esforço tenaz, o seu trabalho incansável que a trouxe para Franca” (TRIBUNA DA FRANCA, 4/5/1924).



Figura 4: Inauguração da escola, 25/04/1924.

Fonte: Acervo da escola.

A grande importância dada à inauguração da escola pela imprensa e alardeada pelo PRP e administração municipal deve-se, em parte, pelo fato de, apesar de oferecer cursos que não correspondiam ao ginásio, a escola representava um avanço em termos de educação na cidade, que registrava cerca de 80% de analfabetismo reiterando os índices válidos para o país no período. O sistema educacional em Franca espelhava a situação de abandono da instrução pública vigente no Brasil, em que poucos grupos escolares

municipais atendiam à população em geral, e colégios religiosos particulares estavam voltados à educação dos filhos das classes mais abastadas da sociedade.

A Escola profissional passou por várias denominações ao longo do período estudado, embora tenha mantido o nome do patrono Dr. Júlio Cardoso; foi inicialmente denominada Escola Profissional de Franca e após passar a admitir cursos femininos foi declarada Escola Profissional Mista em 1929. Com o decreto-lei de 1933, o ensino profissional passou a ter duração de quatro anos e a escola passou a denominar-se Escola Profissional Secundária Mista. Com a Lei Orgânica do ensino, que equiparou os cursos do ensino profissional ao ginasial, a denominação mudou para Escola Industrial. A lei de diretrizes e Bases de 1961 transformou a escola industrial em Ginásio Industrial, e o decreto 62499 de 1970 criou o Colégio Técnico Industrial passando a coexistir com o ginásio, transformando a escola profissional em Centro Interescolar.

Para atender às mudanças no ensino profissional, a escola passou por algumas reformas. A primeira ocorreu em 1940 em que dois novos blocos foram construídos para abrigar oficinas (ver figuras 5 e 6). Em 1953, a Secretaria de Viação e Obras Públicas de São Paulo anunciava concorrência pública para as obras de ampliação do prédio visando à instalação do Colégio Técnico previsto após aprovação de lei do ano anterior. No entanto, o projeto de ampliação da escola se arrastou por anos, em fevereiro de 1960 a imprensa local noticiava uma pendência entre a Prefeitura e o Estado motivada pelo fato de a Prefeitura negar-se a entregar ao Estado o terreno que havia sido doado pela Câmara Municipal ainda nos primórdios de instalação da escola:

A escola Industrial Dr. Júlio Cardoso de Franca defronta presentemente sério problema para o prosseguimento da ampliação de suas instalações, eis que a prefeitura desde a gestão do ex-prefeito Onofre Sebastião se nega a ceder-lhe o terreno das duas praças (Ruas General Osório com Campos Salles e General Carneiro com Campos Salles). Por escritura pública tomada em notas do 11º Tabelionato da Capital a 6 de março de 1920 [...] a Fazenda do Estado houve em doação da Câmara Municipal de Franca, um terreno que constitui a Praça “Coronel Francisco Martins”, formada pelas Ruas da Misericórdia (atual Júlio Cardoso), General Osório e General Carneiro e Campos Salles, medindo 91,30 metros por 77,30 metros. Do documento conforme planta que se acha arquivada em anexo, se excluía apenas o terreno ocupado pelo Paço Municipal, (hoje Paço Rui Barbosa) com 30 metros de frente para a Rua Campos Salles (COMÉRCIO DA FRANCA, 20/02/1960).

O projeto de ampliação à época orçado em 50 milhões de cruzeiros previa a edificação de três pavimentos onde, além das salas de aula, seria construída uma área para abrigar salão de festas, internato com capacidade para 140 alunos e praça para esportes. O

litígio com a Prefeitura, a falta de verbas atrasaram a construção que somente foi concluída em 1971. Durante toda a década de 1960, o jornal “Trabalho e Cultura”, editado pelo grêmio estudantil da escola profissional abordou o assunto advertindo sobre a necessidade de conclusão das obras para que novas vagas pudessem ser oferecidas à população. Diante do impasse que já se arrastava, havia anos o jornal estudantil referia-se às obras como “Sinfonia Inacabada”, acrescentando um toque de humor e ironia ao impasse:

“As obras da Industrial
Parecem Conto de Fada.
É nova versão magistral
Da ‘Sinfonia Inacabada’.
Governo dá jeito em tudo,
Faz até ‘Revolução’
Só não acaba o sanhudo,
Com a bendita “ampliação” (TRABALHO E CULTURA, 11/1965).



Figura 5: Obras de ampliação, 1959.

Fonte: Acervo da Escola

Do projeto inicial, apenas o Internato não chegou a ser construído, ao final das obras, concluídas somente em 1971, este benefício já não era concedido aos alunos.

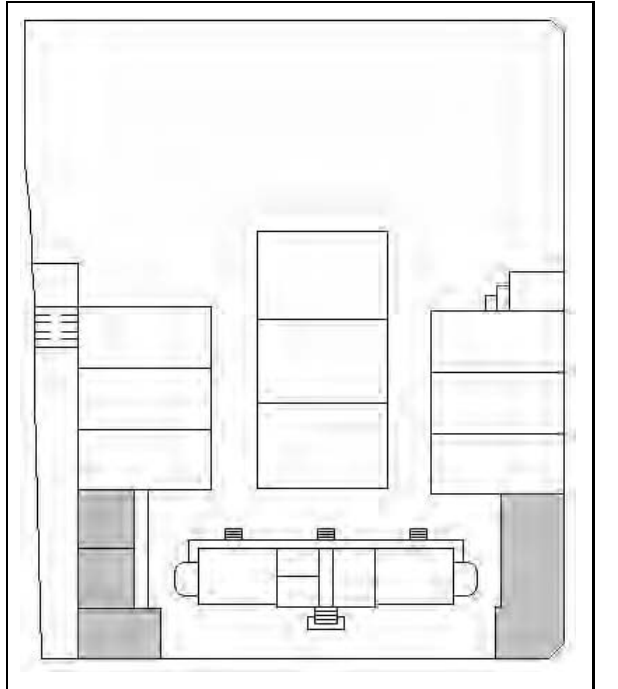


Figura 6: Ampliação feita em 1940

Fonte: Acervo da escola

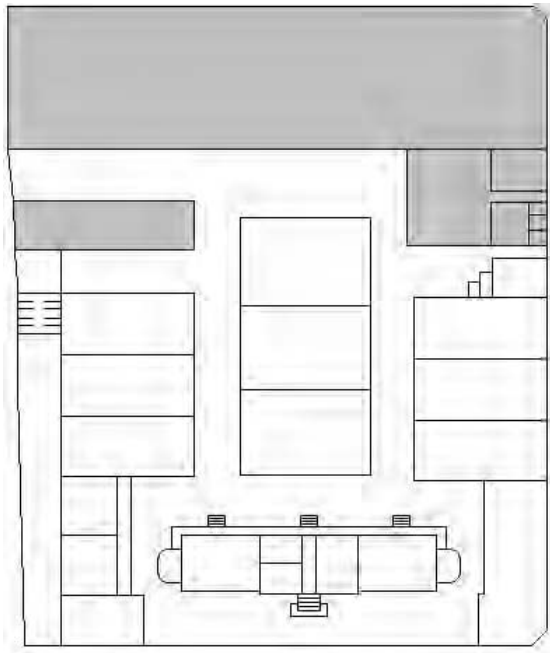


Figura 7: Ampliações para abrigar o Colégio Técnico em 1971.

Fonte: Acervo da escola.

2.1.1 O funcionamento dos cursos

A Escola enviava anualmente relatórios sobre o funcionamento dos cursos à Superintendência do ensino profissional e, baseado nesses relatórios foi elaborado um quadro geral de movimento de matrícula dos cursos, conforme tabela 1.

Tabela 1: Relação completa de alunos matriculados na Escola Industrial “Dr. Júlio Cardoso”. Período de 1924 a 1970.

Décadas	Masculino	Feminino	Total
1930	124	103	227
1940	2.062	2.297	4.359
1950	3.025	3.414	6.439
1960	3.695	2.338	6.033
Total	8.906	8.137	17.058

Fonte: Relatórios anuais: Escola Profissional de Franca.

De acordo com os mesmos Relatórios a seguinte tabela mostra a movimentação de alunos pelos diversos cursos:

Tabela 2: Número de alunos que concluíram e dos desistentes nos cursos oferecidos preferencialmente ao sexo masculino nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

Cursos	1930			1940			1950*			1960		
	Concluinte	Desistentes	Total	Concluinte	Desistentes	Total	Concluinte	Desistente	Total	Concluinte	Desistente	Total
Artes Industriais							-	-	-	591	63	654
Ajustagem	-	-	-	67	43	110	-	-	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	3	2	5	-	-	-	-	-	-
Desenho Arquitetônico	-	-	-	7	2	9	-	-	-	36	19	55
Desenho de móveis	20	62	82	44	23	67	-	-	-	3	22	25
Desenho de plantas	-	-	-	29	20	49	-	-	-	17	7	24
Desenho p/ pintores	1	-	1	81	63	144	-	-	-	-	-	-
Desenho mecânico	-	-	-	106	129	235	-	-	-	35	25	60
Entalhação	-	-	-	1	-	1	-	-	-	15	13	28
Fundição	-	-	-	60	35	95	-	-	-	37	17	54
Marcenaria	20	22	42	131	60	191	-	-	-	63	32	95
Mecânica	51	31	82	411	113	524	-	-	-	443	268	711
Plástica	14	3	17	17	12	29	-	-	-	-	-	-
Sapataria	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Selaria	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Torneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	8	11
Total	110	118	128	957	502	1459	0	0	0	1243	464	1717

Fonte: Relatórios Anuais da Escola Profissional de Franca.

* A década de 1950 não pode ser analisada segundo as mesmas fontes, não foi localizada.

É possível observar na tabela que o curso de Mecânica se firmou através das décadas como o mais procurado pelos alunos. O curso de mecânica proporcionava um amplo mercado de trabalho, desde oficinas de pequenos consertos e assistência técnica, fábrica de calçados até indústrias do ramo metal-mecânico.

Outro aspecto revelado na tabela é o grande número de desistências dos alunos. Segundo os entrevistados, muitos alunos abandonavam o curso assim que conseguiam um emprego, boa parte dos alunos constituía-se de alunos carentes, e a oferta de emprego era praticamente irrecusável, até porque não era necessária a apresentação de um diploma para conseguir uma vaga. Esta tendência foi também confirmada em outro estudo sobre outras escolas da rede estadual (RIBEIRO, 1986).

Nos livros de registros da escola aparecem dados imprecisos sobre cursos de sapataria (Figura 1), selaria, desenho, plástica, eram os chamados cursos extraordinários e não apresentavam a mesma estrutura que os cursos de Mecânica e Marcenaria.



Figura 8: Oficina de sapataria [s/d].

Fonte: Acervo da escola.

A existência de cursos como sapataria e selaria na década de 1920 sugere uma preocupação em instalar cursos voltados para o potencial industrial que a cidade já demonstrava; no entanto, este curso deixou de ser oferecido.

Na década de 1950, a imprensa noticiava novamente a instalação do curso de Artes do Couro¹¹, lembrando que o curso já havia sido oferecido nos primórdios da escola e, desta vez, a proposta era apoiada por particulares e industriais como Miguel Sábio de Mello, Silvio Pucci, Antônio Maniglia, entre outros, que se comprometeram a contribuir com a aquisição de materiais a serem utilizados no curso. Esta iniciativa demonstra que a escola profissional estava sintonizada com as necessidades da indústria local e, segundo o jornal o curso tinha por finalidade:

[...] Instruir o jovem no mister das artes do couro, tornando o mais apegado à atividade e capaz de produzir mais, melhor e com proveitos compensadores. É justo que o aluno demonstre pendores para o trabalho mencionado, facilitando a obra do mestre que, atendendo às inclinações dos discípulos, aprofundará nos conhecimentos básicos que hão de dar origem a empregados conscientes e preparados para a indústria francana (COMÉRCIO DA FRANCA, 3 de junho de 1950).

É interessante observar que, como curso voltado a atender mais diretamente à indústria local, o curso de Artes do Couro é criado com uma expectativa diferente em relação aos outros cursos da escola, era um curso incentivado e patrocinado por empresários interessados na formação de “empregados conscientes” e capazes de “produzir mais e melhor”. Muitos desses empresários já haviam tomado conhecimento dos princípios de administração científica, como é o caso da família Sábio de Melo, cujos membros foram pioneiros em Franca no uso de técnicas de racionalização da produção.

Apesar do empenho por parte da escola e de empresários ligados ao setor calçadista, o curso não se desenvolveu, pois na década de 1960 ainda havia o apelo à secretaria da educação de que os cursos profissionais pudessem “refletir as características da economia local”. Quando esteve em Franca, o secretário da educação Dr. Chopin Tavares de Lima visitou algumas fábricas e reconheceu a necessidade de especialização da mão-de-obra na fabricação de calçados:

Urge reformar o ensino industrial de modo que, em cada cidade ou região, os programas se atenham às atividades fabris, aí dominantes. Em Franca, deve o governo dedicar atenção especial ao aprendizado de ofícios ligados à industrialização de couros e artefatos (COMÉRCIO DA FRANCA, 20/10/1960).

¹¹ A imprensa já havia anunciado a criação de três novos cursos na Escola Industrial pela lei nº 373 de 25 de julho de 1949 (Alvenarias e revestimentos, Pintura e Artes e Couro)mas a escola aguardava verbas para a instalação. O curso de Artes e Couro teria duração de quatro anos, além das disciplinas de Cultura Geral, o aluno cursaria as disciplinas de Cultura Técnica: Tecnologia, Desenho Técnico, Sapataria, Selaria e Correaria, Malaria, Luvaria e Capotaria. Os empresários já haviam enviado à Superintendência do Ensino Profissional um abaixo-assinado reivindicando o curso, argumentando que o ramo do couro representava a maior parte do parque industrial francano. (COMÉRCIO DA FRANCA, 9/3/1950)

Nas oficinas femininas, ao contrário do que ocorria nas oficinas masculinas, não havia preocupação com cursos voltados à aprendizagem industrial como veremos mais adiante. Os cursos mais procurados eram os de corte-costura e rendas e bordados e registrava-se também um grande número de desistências.

Tabela 3: Número de alunos que concluíram e dos desistentes nos cursos oferecidos preferencialmente ao sexo feminino nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

Década	1930			1940			1950			1960		
	Concluinte	Desistentes	Total	Concluinte	Desistente	Total	Concluinte	Desistente	Total	Concluinte	Desistentes	Total
Confeções e Corte	182	178	360	366	161	527	-	-	-	290	59	349
Costura	1	4	5	557	362	939	-	-	-	228	117	345
Flores e Chapéus	37	22	59	8	2	10	-	-	-	147	56	203
Rendas e Bordados	66	23	89	171	104	275	-	-	-	154	25	179
Roupas Brancas	53	21	61	49	29	78	-	-	-	77	94	171
Flores e Chapéus	6	3	9	83	59	142	-	-	-	67	84	151
Total	241	231	472	1.234	717	1.951	-	-	-	963	435	1.398

Fonte: Escola Profissional de Franca. Livro de Registro de Notas de Alunos dos anos indicados. Relatórios Anuais da Escola Profissional de Franca.

* A década de 1950 não pode ser analisada segundo as mesmas fontes, não foi localizada.

Para se matricular na escola era necessário ter concluído o curso primário, possuir idade mínima de 12 anos e máxima de 16 anos, e passar por exames de admissão com provas de Português e Matemática. Os cursos eram ministrados em período integral, em geral pela manhã os alunos tinham aulas de disciplinas de cultura geral, como Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Música, Educação Física e religiosa, e à tarde tinham aulas práticas nas oficinas. No período noturno a escola oferecia ainda cursos profissionais e o curso popular de alfabetização que eram dirigidos preferencialmente a operários que apresentassem “cadernetas” de trabalho. Os cursos eram gratuitos e os alunos apenas pagavam uma taxa anual no momento da matrícula.

As escolas da rede estadual de ensino profissional surgiram num momento de transição entre o antigo ensino de ofícios e a discussão a respeito dos novos métodos de ensino a serem adotados para o ensino profissional. Nessas escolas prevaleciam um misto

de técnicas de racionalização do ensino com formação integral do aluno¹², que resultou num aprendizado que proporcionava maior desenvolvimento das potencialidades do educando. Os quatro anos de duração do curso habituavam o aluno a uma rotina de conhecimentos teóricos que se intercalavam com a aplicação prática. Algumas disciplinas eram de fundamental importância para essa “alfabetização técnica” do aluno, como explica o professor Geraldo Foroni, responsável na década de 1940 pela cadeira de Desenho, considerada uma disciplina primordial em qualquer que fosse o curso profissional:

Dos seus rascunhos mais ou menos livres, já vem ele aplicando raciocínio, cálculo e imaginação construtiva; e dessa forma consorciavam-se, Desenho, Matemática e Tecnologia, para não mais se divorciarem até a conclusão do curso artesão. Já na segunda série está ele desenhando e calculando pequenas peças e ferramentas, levando depois suas realizações à prática construtiva, numa feliz concretização das finalidades de Ensino [...]. Nas terceiras e quartas séries, entramos pois no aprimoramento e aperfeiçoamento do artífice, aplicando-se a conjunções e composições onde entram em estudo, cálculo: Máquinas e Mobiliários, sendo tudo desenvolvido dentro de um método racional e progressivo [...] (DIÁRIO DA TARDE, 1946).

Ao comentar o desenvolvimento do método de ensino no Liceu de Artes e Ofícios no decorrer dos anos, Carmen Moraes vê na ênfase do ensino de desenho um avanço no processo de sistematização dos conhecimentos práticos, que ocorrem simultaneamente à desapropriação do saber do trabalhador:

Cada vez mais o desenho, enquanto saber convencional representa uma ordem codificada, simbologia da violência expressa no trabalho dividido e hierarquizado, isto é, no trabalho alienado. Por isso, seu uso como instrumento disciplinar instituidor da ordem no pensamento e nas mãos do trabalhador (MORAES, 1990, p. 207).

No entanto, no relato dos ex-alunos a visão que sobressai a respeito das aulas de desenho está mais de acordo com a fala do professor uma vez que esse aprendizado os habilitava a oferecer mais do que exercícios de repetição dentro de uma fábrica, como se vê no depoimento a seguir:

“No Amazonas (sic) projetei máquinas de aparar salto e sola e desenvolvi também um projeto de automação de prensas de saltos e solados de borracha. Quem pedia os projetos era o diretor

¹² A orientação metodológica defendida por Aprígio Gonzaga baseava-se no Slodj, sistema de ensino baseado em técnicas artesanais, valorizava-se o ensino sem especialização com o objetivo de fazer o aluno dominar o ofício, com a criação da Superintendência do Ensino Profissional em 1934, cada vez mais as escolas do estado passam a absorver técnicas de racionalização do ensino, baseada na metodologia das séries metódicas defendidas por Roberto Mange.

superintendente, mas nunca recebi remuneração extra por isso. A diretoria achava que era obrigação do funcionário no cumprimento da função. Na época, eu era chefe de mecânica e manutenção do Amazonas. Trabalhei lá de 1956 a 1969 [...] 14 anos” (Depoimento do Sr. Jorge Elias Borges).

A rotina de aprendizagem na oficina proporcionava ao aluno familiaridade com todas as fases de produção de forma planejada, condição que os tornava aptos a trabalhar em oficinas próprias futuramente.

“[...] tudo tinha um plano, era uma ficha de projeto, você primeiro estudava, fazia desenho do projeto, depois colocava o material, as operações, aprendia a conhecer o material, por exemplo, a madeira, era por placa vendida por metro quadrado, a outra é vendida por metro linear, a outra por metro cúbico [...] era ele que terminava o orçamento dele [...] ele fazia você tem que gastar em compensado, tanto em madeira maciça, quantos metros cúbicos [...] depois fazia as contas em metros cúbicos etc.”(depoimento do Sr. Sétimo).



Figura 9: Oficina de marcenaria [s/d].

Fonte: Acervo da Escola.

“[...] na Mecânica eu tive que passar por todo aquele processo de mecânica, na ajustagem, na tornearia, na serralheria, então no decorrer de quatro anos a gente ia ampliando, ia avançando mais profundo naquilo que a gente escolheu” (depoimento do Sr. José Luis Chavier)



Figura 10: Oficina de mecânica, 1945.

Fonte: Acervo da Escola.

Algumas disciplinas eram introduzidas ao curso com a finalidade de transpor para a oficina da escola tarefas semelhantes a da grande indústria, fazendo com que o aluno se habituasse aos termos técnicos e tarefas a serem executadas passo a passo:

“A peça tinha determinadas operações, então a gente nomeava, por exemplo, torneamento inclinado, sangrado, esses são os nomes técnicos das operações que existem dentro da mecânica, e, cada um tinha uma numeração. E era feita uma folha de avaliação, então eu errei, tantos décimos, eu perdi tantos pontos; tinha que fazer um desenho da peça, esse era o processo de avaliação, tinha nota na execução daquele trabalho, no meu tempo tinha prova escrita e oral no meio e no fim do ano” (depoimento do Sr. José Luis Chavier).

A disciplina Tecnologia que compunha o currículo na década de 1950 procurava difundir entre os aprendizes do ensino profissional os termos técnicos, as técnicas e processos técnicos da produção industrial. Segundo Rui Gama, somente a partir da segunda metade do século XIX é que se pode falar em tecnologia no Brasil, que é quando “organizam-se os cursos e começam a aparecer obras escritas para orientá-los e são introduzidas obras estrangeiras” (GAMA apud VARGAS, 1994, p. 56), e já se constatava a coexistência da formação teórica das escolas de Engenharia com a formação prática e profissional oferecida nos Liceus de Artes e Ofício.

No início da escola, os instrutores das oficinas eram selecionados entre os profissionais da cidade que já trabalhassem com a atividade a ser ensinada, exigia-se formação específica apenas para as disciplinas de cultura geral. Com o tempo, passou-se a

exigir o curso de mestría aos professores das oficinas, e os alunos interessados tinham que ir a São Paulo em busca desse aperfeiçoamento. Em 1953, começou a funcionar na escola cursos de mestría nas áreas de Fundição, Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Corte e Costura, estes cursos tinham a duração de dois anos, dos quais um era dedicado ao estágio na indústria, e a habilitação que recebiam era a de mestres para a indústria.

O curso de mestría não correspondia a um curso técnico, e os vencimentos dos mestres de oficina seguiam uma escala própria diferente dos professores das disciplinas de cultura geral. Muitos professores lecionaram apenas com o curso de mestría e a exigência de obtenção de um título de técnico só ocorreu com as modificações na legislação do ensino profissional na década de 1970. A exigência de titulação não influenciava em nada as aulas práticas da oficina, mas, para atender às normas previstas na mudança da legislação, muitos professores que tinham apenas o curso de mestría vivenciaram situações enfadonhas, como se vê no relato a seguir:

“Aí surgiu o problema: tinha que acertar a situação. A gente teve que fazer um tipo de supletivo para completar a carga horária de um curso técnico. Eles faziam um exame na escola, vinha um pessoal lá de São Carlos como banca examinadora, e, nós tínhamos que fazer uma tarefa para completar a parte técnica, era um supletivo técnico [...]. Aí igualou, sabe o resultado disso tudo? Eu fiquei com dois diplomas de segundo grau [...]. Então eu tinha o segundo grau comum e o profissional para poder lecionar. Aí veio outro problema: precisava ter um esquema dois é um curso que fica entre a Engenharia e o curso técnico tivemos que fazer no final de semana... só que o resultado, eu fui tirar um diploma considerado de nível superior de esquema dois em Mecânica, mas eu fui receber o diploma quando eu já tinha aposentado [...]” (depoimento do Sr. José Luis Chavier).

Os cursos de mestría funcionaram até 1958 e constituíram-se em mais uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho para os alunos da instituição.

2.2 Perfil Social de Alunos

Quando ocorreu a instalação da escola Profissional em Franca, a atividade econômica predominante ainda era a agricultura, embora já houvesse significativa atividade urbana e o desenvolvimento da indústria de calçados ensaiasse seus primeiros passos com o aparecimento da primeira indústria mecanizada na década de 1920. O setor

que regulamentava o ensino profissional no estado orientava que fossem criados cursos que pudessem atender ao desenvolvimento industrial da região. No caso de Franca, como foi visto, existem registros da existência de cursos de sapataria e selaria, voltados mais especificamente à atividade coureira, mas estes aparecem em períodos descontínuos e com pequeno número de alunos. Por outro lado, os cursos de Marcenaria, Mecânica e Fundição mantiveram bons índices de procura, talvez porque preparassem para diversos setores de produção, como observou Maria Alice Ribeiro, ao perceber a predominância destes cursos em outras unidades de ensino da rede estadual:

A mecânica e a marcenaria eram cursos amplos e que formavam um trabalhador capaz de ser absorvido por um amplo espectro de ramos industriais, não em suas atividades principais, mas naquelas que lhes eram acessórias, como ocorre com a mecânica em relação à fiação e tecelagem de tecidos (RIBEIRO, 1986, p.142).

A seguir, apresenta-se uma tabela relativa à profissão de pais dos alunos que buscavam qualificação profissional na escola “Doutor Júlio Cardoso”, com a finalidade de traçar um perfil desse aluno:

Tabela 4: Número e porcentagem das profissões de pais de alunos nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

Décadas	1930		1940		1950		1960	
	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%
Açougueiro	-	-	-	-	-	-	3	0.2
Administrador	-	-	-	-	2	0.4	1	0.08
Agricultor	5	1.0	1	0.2	9	1.9	15	1.3
Alfaiate	9	1.8	3	0.7	13	2.8	8	0.7
Aposentado	-	-	-	-	-	-	2	0.1
Aviador	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Bancário	1	0.2	0	0	-	-	2	0.1
Barbeiro	3	0.4	1	0.2	7	1.5	16	1.4
Boiadeiro	0	0	1	0.2	1	0.2	-	-
Cabeleireiro	2	4.4	1	0.2	-	-	-	-
Capataz	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Chapeleiro	-	-	-	-	1	0.2	-	-
Carroceiro	-	-	-	-	4	0.8	2	0.1

continuação

Décadas	1930		1940		1950		1960	
Profissões	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%
Carteiro	-	-	-	-	1	0.2	-	-
Carpinteiro	7	4.4	6	1.6	14	3.0	12	1.0
Comerciante	106	21.9	64	17.3	71	15.6	237	20.7
Condutor	12	2.4	14	4.0	-	-	-	-
Contador	0	0	4	1	-	-	2	0.1
Confeiteiro	1	0.2	0	0	1	0.2	-	-
Construtor	9	1.8	11	2.9	8	1.7	-	-
Corretor	0	0	2	0.5	4	0.8	1	0.08
Curtidor	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Dentista	3	0.6	2	0.5	1	0.2	3	0.2
Doméstica	10	2.0	8	2	5	1.1	10	0.8
Eletricista	6	1.2	9	2.4	5	1.103	2	0.1
Encanador	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Enfermeiro	1	0.2	0	0	-	-	-	-
Engenheiro	1	0.2	0	0	-	-	-	-
Escriturário	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Falecido	-	-	-	-	-	-	38	3.3
Farmacêutico	2	0.4	3	0.8	-	-	1	0.08
Fazendeiro	0	0	4	1	4	0.8	2	0.1
Fiscal	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Ferreiro	2	0.4	3	0.8	-	-	1	0.08
Ferrovário	10	2.0	8	2	25	5.5	11	0.9
Fotógrafo	2	0.4	0	0	2	0.4	-	-
Funcionário Público	18	3.7	7	1.8	41	9.0	86	7.5
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Guarda-civil	1	0.2	0	0	6	1.3	1	0.08
Guarda-livros	8	1.6	4	1	-	-	-	-
Guarda-noturno	2	0.4	0	0	1	0.2	3	0.2
Industrial	12	2.4	10	2.7	7	1.5	28	2.4

continuação

Décadas	1930		1940		1950		1960	
Profissões	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%
Inspetor de escola	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Jardineiro	-	-	-	-	2	0.4	2	0.1
Jornaleiro	6	1.2	4	1	-	-	-	-
Lavrador	137	28.3	100	27.1	115	25.3	391	34.4
Marceneiro	13	2.6	3	0.8	11	2.42	27	2.3
Maquinista	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Mecânico	10	2.0	16	4.3	14	3.0	15	1.3
Médico	1	0.2	0	0	-	-	4	0.3
Militar	1	0.2	0	0	3	0.6	3	0.2
Motorista	12	2.4	6	1.6	26	5.7	58	5.1
Músico	-	-	-	-	1	0.2	1	0.08
Oleiro	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Operário	22	4.5	25	6.7	5	1.1	33	2.9
Padeiro	0	0	3	0.8	-	-	3	0.2
Pedreiro	26	5.3	16	4.3	27	5.9	39	3.4
Pescador	-	-	-	-	-	-	1	0.08
Pintor	2	0.4	4	1	1	0.2	1	0.08
Professor	4	0.8	2	1	-	-	2	0.1
Relojoeiro	1	0.2		0	-	-	-	-
Sapateiro	6	1.2	11	2.9	4	0.8	33	2.9
Seleiro	3	0.6	7	1.8	5	1.1	-	-
Serrador	-	-	-	-	2	0.4	3	0.2
Soldado	-	-	-	-	-	-	2	0.1
Tintureiro	-	-	-	-	2	0.4	1	0.08
Tipógrafo	2	0.4	1	0.2	-	-	1	0.08
Viajante	5	1.0	2	0.5	-	-	2	0.1
Vedureiro	-	-	-	-	2	0.4	7	0.6
Zelador	0	0	1	0.2	-	-	-	-
Total	484	100	369	100	453	100	1.135	100

Fonte: Escola Profissional de Franca. Livro de Registro de Notas de Alunos dos anos indicados
Relatórios Anuais da escola Profissional de Franca.

A tabela mostra que entre as profissões de pais de alunos matriculados na escola profissional durante todo período estudado, a maior porcentagem é de lavradores. De fato, a escola recebia grande contingente de alunos que moravam nas áreas rurais da região de Franca e utilizavam o transporte de trens da Companhia Mogiana para estudar na escola. Para estes filhos de lavradores a escola representava a possibilidade de adquirir uma profissão como alternativa ao trabalho na lavoura.

Em segundo lugar na tabela aparecem filhos de comerciantes. Como foi salientado, com a chegada da estrada de ferro em Franca em fins do século XIX houve desenvolvimento do setor urbano, com o aparecimento de várias casas de comércio e o aumento na procura por serviços dando origem a muitas oficinas que absorviam o trabalho de mecânicos, marceneiros, entre outros. Entre as profissões de pais, ligadas diretamente aos cursos oferecidos pela escola, mecânicos, marceneiros, ferroviários e carpinteiros representam juntos entre 5 e 10% do total em todas as décadas. Na década de 1950, cerca de 5% de alunos eram filhos de ferroviários que, na falta de cursos específicos nessa área, optavam pelo curso de mecânica.

O crescimento da indústria de calçados não alterou a tabela em termos de profissões de pais, o número de lavradores e comerciantes continuou a representar a maior porcentagem em todas as décadas e filhos de operários, sapateiros continuaram estáveis. Este aspecto pode ser atribuído ao fato de a fabricação do calçado não requerer mão-de-obra especializada e, nesse caso, a escola atendeu ao crescimento da indústria por vias paralelas formando profissionais habilitados para a fabricação de móveis para as fábricas, formas para a fabricação de sapato, assistência técnica para as máquinas, fabricação de verrumas utilizadas para lixar as facas que cortavam o couro, entre outros. A organização sistemática de cursos para a especialização de mão-de-obra para indústria de calçados somente irá ocorrer a partir da chegada do Senai em Franca, na década de 1970.

Enquanto na capital as duas primeiras escolas profissionais instaladas no Brás, tradicional bairro operário e de população imigrante, atendiam prioritariamente filhos de operários que posteriormente ocupariam cargos nas fábricas da região, nas escolas criadas no interior, como em Franca, houve maior diversidade na clientela e a escola procurou se adaptar as necessidades do desenvolvimento local. Embora a escola estivesse voltada ao atendimento da população pobre, havia um percentual de alunos oriundos das camadas médias urbanas que eram encaminhados para aprender ou aprimorar uma atividade que muitas vezes já era desempenhada pelos pais.

Quanto à origem, a escola de Franca desde a década de 1930 atendeu a filhos de brasileiros, com cerca de 80% das matrículas chegando a 95% na década de 1960, seguidos num percentual bem menor por filhos de italianos, espanhóis e portugueses, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 5: Número e porcentagem da nacionalidade de pais dos alunos nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

Décadas	1930		1940		1950		1960	
	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%	Nº Pais	%
Alemã	-	-	-	-	3	0.4	4	0.3
Argentina	0	0	3	0.7	-	-	5	0.3
Armênia	-	-	-	-	1	0.1	-	-
Brasileira	263	80.6	303	7.7	534	86.8	1.213	96
Espanhola	12	3.6	18	4.5	31	5.0	26	2
Francesa	0	0	1	0.2	-	-	-	-
Japonesa	0	0	1	0.2	15	2.4	3	0.2
Portuguesa	9	2.7	9	2.2	4	0.6	-	-
Síria	6	1.8	12	3	11	1.7	1	0.07
Italiana	36	11	46	11.7	16	2.6	3	0.2
Total	326	100	393	100	615	100	1.255	100

Fonte: Escola Profissional de Franca. Livro de Registro de Notas de Alunos dos anos indicados. Relatórios Anuais da Escola Profissional de Franca.

Os dados das tabelas ajudam a traçar um perfil do aluno da escola profissional.

Nos depoimentos de ex-alunos encontramos muitas referências às condições precárias dos alunos:

“[...] lá todo aluno tinha muita dificuldade. Tinha um colega meu que ia descalço pra escola, quando não tinha chinelo ia descalço... um colega meu chamado Nelson recebeu o primeiro prêmio de Cultura Geral e foi receber o prêmio descalço...” (depoimento do Sr. Sétimo Bolela).

“[...] na escola minha vida de estudante foi difícil. Pobre, muito pobre, morava em Cristais, vinha de ônibus, meu pai carpinteiro, ganhava pouco, muitas vezes em troca de favores. Eu não tinha dinheiro para comer em restaurante a escola era em período integral então trazia de casa pão com batata frita. Um dia, um servente me viu comendo o lanche e a coordenadora, Emília Caleiro, percebeu que eu ficava dentro da escola na hora do almoço. No outro dia, o diretor queria falar

comigo... perguntou se eu não estava fazendo as refeições... então me disse que no almoço todos os dias , ia deixar um prato de sopa e um pedaço de bolo”(depoimento do Sr. Jorge Elias Borges).

Para auxiliar os alunos mais carentes, a escola criou em 1940 a “Caixa Escolar” denominada Horácio da Silveira, em homenagem ao então Superintendente do Ensino Industrial de São Paulo. Segundo o Jornal “A Forja”, publicação do Grêmio Estudantil da Escola, para ajudar os alunos “menos favorecidos da sorte”, a Caixa escolar recebia verbas do Estado, da Prefeitura e até mesmo contribuições de funcionários para compra de uniformes, macacões, material escolar e didático (A Forja, 1952). Na edição comemorativa do 22º aniversário da escola, a imprensa anunciava que a caixa escolar oferecia aos alunos mais necessitados refeições que eram preparadas pelas professoras de economia doméstica daquele estabelecimento. Nos folhetos de divulgação da escola ressaltava-se, além da gratuidade dos cursos, assistência médica e dentária e o auxílio da Caixa escolar para os alunos mais necessitados.

Em um projeto de lei (nº 73, de 05/10/49), apresentado à Câmara Municipal, o vereador Granduque José pleiteava 12 bolsas de estudo que seriam destinadas a filhos de trabalhadores residentes nos distritos de Franca. No entanto, a escola usou o dinheiro dessas bolsas no aluguel de uma casa que serviria de Internato para cerca de 50 alunos. O Internato funcionou precariamente enquanto a escola buscava apoio do estado para oficializar a iniciativa. A criação oficial do Internato só foi possível após a doação de um imóvel feita pelo Dr. Antônio Petraglia, médico da cidade, que ficou conhecido por suas ações filantrópicas. A imprensa anunciava, para o ano letivo de 1951, o recebimento de verbas próprias para o Internato conforme anúncio do então Superintendente do Ensino Profissional, Professor Arnaldo Laurindo, numa tentativa do estado de ampliar o número de internatos, visto que até aquela presente data, somente a Escola Técnica “Getúlio Vargas”, na capital, a Escola Industrial “Escolástica Rosa” de Santos, a Escola Industrial de Lins e a Escola de Franca possuíam Internato. O referido artigo elogiava a posição de vanguarda de Franca na criação do Internato, permitindo o acesso de alunos carentes à escola e tornando possível a ascensão social.

Medidas que procuravam auxiliar o aluno carente e a própria escola estavam presentes no dia-a-dia da escola e mobilizavam a ajuda de funcionários, de políticos interessados no prestígio que tais ações podiam refletir e da comunidade em geral. Em 1950, foi criada a Associação dos Amigos da Escola Industrial, entidade que recebeu a doação de Antônio Petraglia para o Internato e que buscava na indústria e comércio local

colaboração efetiva ou ocasional à escola. Em momentos de dificuldades econômicas, as casas comerciais doavam caixotes que poderiam ser utilizados nas aulas de marcenaria, a Companhia Ferroviária Mogiana doava trilhos para serem fundidos e reutilizados (TOMAZINI, ADIB, 1991), além de quantias em dinheiro.

2.2.1 O Internato



Figura 11: Internato no ano de 1958.

Fonte: Acervo da Escola.



Figura 12: Cozinha do Internato no ano de 1958.

Fonte: Acervo da Escola.

Para uma grande quantidade de ex-alunos da escola profissional que foram internos o nome José Garcia Peres passou a ser sinônimo de Internato. O Sr. José Garcia foi durante 12 anos o responsável pela casa onde funcionava o internato. Assim que o internato foi inaugurado, Sr. José foi trabalhar de Vigilante por indicação de um professor da escola. Trabalhava todas as noites e tinha apenas uma folga semanal. Em seu depoimento, Sr. José relatou que seu relacionamento com os alunos era “firme”, “rígido” e ao mesmo tempo paternal, muitos meninos chegavam com 12, 13 anos e choravam a ausência dos pais. A rotina do Sr. José começava pela manhã, recolhendo as crianças e jovens que em fila, dois a dois e de mãos dadas, ouviam seu apito, sinal para que

seguissem até a escola distante três quadras. A princípio as crianças almoçavam na própria escola e posteriormente passaram a fazer refeições no internato.

Dentro do Internato as crianças seguiam normas disciplinares severas com horário para acordar e dormir, arrumavam as próprias camas e tinham direito a uma folga no domingo, dia em que era permitido se ausentar para ir ao cinema, à missa ou a qualquer outro passeio. Não raro essas normas eram desrespeitadas, alunos pulavam as janelas e, como punição, ficavam sem a folga do domingo. Todas as ocorrências eram anotadas e comunicadas ao diretor.

O aluno somente perdia o direito ao internato quando fosse reprovado nos exames da escola. Sr. José acompanhava a vida desses alunos durante todo o tempo em que permaneciam na escola. Aconselhava, guardava pertences e dinheiro, alugava caminhão para passear no domingo e chegou a abrigar em sua própria casa alunos que perderam o direito ao internato até que terminassem o curso e, por isso, acabava criando um vínculo afetivo muito forte com eles.

Os alunos eram provenientes de cidades próximas como Morro Agudo, Orlandia, Batatais, entre outras, e somente retornavam às suas cidades em julho e em férias de final de ano. A escola de Franca era muito procurada porque era a única da região a oferecer internato. Sr. José Garcia trabalhou até se aposentar na Escola Industrial.

O Internato foi de fundamental importância para alunos que vinham não só de cidades da região como de outras localidades. Na década de 1970, quando havia sido desativado, era comum encontrar nos jornais da cidade notas com os dizeres “Estudantes estão à procura de quartos”, como a que foi publicada no Comércio da Franca em 27/02/1971, em que a direção solicitava a quem tivesse quartos disponíveis para serem alugados a cerca de 30 jovens que desejavam “organizar pequenas repúblicas para cursar o Colégio Técnico Industrial”, que entrassem em contato com a escola, observando que as refeições seriam fornecidas na própria escola.

2.3 A Imprensa na construção da identidade da escola

Desde a inauguração, a escola profissional sempre procurou estar próxima da imprensa não só para divulgar os cursos oferecidos, as exposições, comemorações, mas

também para divulgar a própria ideologia da qual se revestiu o ensino profissional no processo de transformações que ocorreram no país em meados do século XX. Para igualar o Brasil aos países mais desenvolvidos, era preciso investir no crescimento industrial e daí a necessidade de explicitar a importância do ensino profissional, a urgência em formar mão-de-obra qualificada, de assegurar aos jovens “um futuro mais promissor”. Nos artigos sobre a escola publicados na imprensa em Franca, era comum aparecer junto ao tema do artigo alguma chamada com dizeres do tipo, “o nosso futuro industrial”, “A Escola e a Realidade Nacional”, “Um centro de formação profissional”, entre outros.

O empenho em focar esta “nova” finalidade do ensino profissional parece demonstrar que ainda se fazia um esforço para apagar a idéia de que o ensino de ofícios era aquele voltado aos pobres, desfavorecidos e do preconceito em relação às atividades manuais.

O jornal do grêmio estudantil realizava a tarefa de informar aos alunos a carência de técnicos de nível médio no Brasil ao divulgar dados da Revista IDORT sobre o “Alarmante <Déficit> de operários e Técnicos no Brasil”. Segundo a Revista na década de 1960, o ensino profissional formava apenas 20% da necessidade da indústria. Em outro artigo do mesmo jornal colocava-se aos alunos a reflexão sobre a necessidade de combater o bacharelismo presente na cultura brasileira desde o período colonial e que, mesmo com o desenvolvimento da indústria nacional, não havia uma ação por parte da elite para incentivar o ensino técnico:

Há mais de trinta anos há um surto de nacionalismo voltado para as riquezas do Brasil, para a solução dos problemas nacionais à base da realidade. Entretanto o bacharelismo foi vencido mas não rendido. Após tantos anos de combate o bacharelismo ele perdura ainda na mentalidade da maioria de nossas famílias. As diversas escolas técnicas, onde o aluno, ao lado de conhecimentos gerais de nível secundário, recebe ensino industrial, ainda não conseguiram despertar o interesse de nossas elites (TRABALHO E CULTURA, 4/10/1966).

Em um panfleto datado de 1940, distribuído aos pais dos alunos prestes a concluir o curso primário, o então diretor da escola Alcides do Nascimento orienta os pais sobre o longo tempo e a “pesada despesa” para formar o filho professor, médico, do excesso de gente nessas profissões e das dificuldades de vencer na vida prática. Por outro lado, ressalta a grande procura de operários especializados e as vantagens do ensino profissional.

Saberão por acaso esses pais que no Brasil o número desses obreiros especializados é tão diminuto a ponto das indústrias e oficinas

solicitarem com insistência às escolas profissionais o encaminhamento dos alunos diplomados e mesmo até dos que, embora não hajam completado o curso, já estejam bem adeantados proporcionando-lhes colocação imediata e bem remunerada? Mas os técnicos de que as indústrias e oficinas tanto precisam, não se improvisam. Precisam ser preparados devidamente. E esse preparo é dado pelas escolas profissionais do Estado mediante um aprendizado metódico, seriado e eficiente. Já se passaram felizmente os tempos em que o mecânico e o marceneiro levavam pelas ruas os sinais ineludíveis da sua ocupação manual. Hoje o operário especializado ganha bem, veste-se com apuro, goza de conforto, vive em condições higiênicas em igualdade de condições aos trabalhadores intelectuais (RELATÓRIO ALCIDES NASCIMENTO).

Ao referir-se ao ensino feminino, o apelo reflete o conservadorismo da época em que as mulheres deveriam se preparar para serem mães e donas de casa e não operárias:

E para as meninas que não vão seguir o curso ginásial, a escola profissional oferece o que mais necessita a mulher, isto é, o aprendizado de costura, bordados e flores, aliado a um ensino completo de educação doméstica que as habilita a se tornarem perfeitas mães de família (RELATÓRIO ALCIDES NASCIMENTO).

O esforço de valorização do ensino profissional partia às vezes espontaneamente de ex-alunos que haviam vivenciado aquele ambiente escolar. Em artigo publicado no Jornal Diário da Manhã, de Ribeirão Preto, em 1949, João Nunes da Silva, mecânico diplomado pela escola de Franca, torna pública uma sugestão que havia apresentado à Assembléia do Estado como sendo de “necessidade pública”. Nesta sugestão propunha que as escolas profissionais passassem a trabalhar para o governo, os alunos aprendizes receberiam um salário para fazerem máquinas, móveis e até fardamentos e calçados para serem utilizados pelo exército, economizando dessa forma para os cofres do estado.

Estas conclusões que acima cito, são tiradas por m.m com experiência própria uma porque estudei num destes departamentos de ensino e a outra porque trabalhei em tempo de guerra em oficinas requisitadas pelo governo porquanto não as tinha para trabalhar suas oficinas próprias” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17/09/1949)

É interessante observar que em meios aos apelos e sugestões que apontavam a educação para o trabalho como uma fórmula para a solução de muitos problemas do país, havia a consciência da escravidão como herança do preconceito ao trabalho manual e do descaso do governo em relação ao ensino profissional.

A escravidão deu uma significação abjeta ao trabalho manual... os homens do governo preocupam-se em demasia com o ensino secundário ou superior, deixando para plano inferior o ensino profissional... Para combater a idéia errônea sobre o trabalho manual, não seria útil que os moços recebessem uma boa preparação profissional? Se maior fosse o número de mecânicos, marceneiros ou fundidores, não seria mais fácil a luta pela vida ?Não seria bom que os intelectuais conhecessem as profissões manuais? Do conceito que formamos do trabalho manual, depende o futuro da Pátria. É preciso pensar na educação profissional da mocidade brasileira (O FRANCANO, 11/3/1951).

O discurso que visava redirecionar o olhar sobre o ensino profissional, embora já apresentasse questionamentos mais condizentes com a formação de mão-de-obra especializada para o desenvolvimento industrial, muitas vezes ainda estava às voltas com a associação da educação pelo trabalho como forma de manter a ordem e moralizar o indivíduo, como se vê nessa fala do mesmo autor do artigo anterior, Antonio Queiroz, que foi diretor da escola profissional, em artigo publicado por ocasião do aniversário de vinte e dois anos da escola:

As escolas agrícolas e industriais têm a grande tarefa de integrar o homem à sociedade. A velha frase de Victor Hugo *<abre-se uma escola e fecha-se uma cadeia>* tem significação quando essa escola ausculta a vocação do educando e o encaminhar para a profissão, onde possa ser o motivo de progresso e de paz à sociedade (DIÁRIO DA TARDE, Abril de 1946).

Apesar do discurso de valorização do ensino profissional ainda oscilar entre um argumento moralizador e assistencialista e outro mais preocupado com a qualificação da força de trabalho no processo de industrialização, havia de qualquer forma um esforço de construção da imagem da escola profissional de Franca como centro de referência técnica da região e não como instituição voltada a combater a vadiagem. A imprensa era o meio mais eficaz de propaganda para construção dessa imagem, como se vê no exemplo a seguir em que a escola torna público o agradecimento de um empresário de Uberlândia por serviços feitos pela escola:

Illmo Snr. Director da Escola Profissional de Franca. Comunicamos-lhe que acabamos de receber o engenho de sua mui pesada remessa, o qual chegou ao nosso inteiro contento. O engenho é óptimo e muito está agradando os clientes. Por esse motivo queira aceitar os nossos parabéns. Aproveitamos a oportunidade para solicitar-lhe remessa urgente de outro igual (COMÉRCIO DA FRANCA, 9/6/1935).

Além da imprensa, a escola mantinha-se próxima de políticos e pessoas influentes que pudessem apoiá-la e usar de seu prestígio político em benefício do projeto da escola, como se vê na recepção a um político em visita a cidade:

Conforme havia prometido ao sr. Diretor da Escola Industrial Dr. Júlio Cardoso, o Deputado Osvaldo Ribeiro Junqueira, acompanhado de luzida comitiva de Orlândia, visitou segunda-feira última o referido estabelecimento de ensino profissional, onde lhe foi proporcionada significativa e singular recepção ...Em seguida o Deputado Osvaldo Junqueira, sob aplausos dos presentes, pronunciou importantíssimo discurso tecendo considerações sobre o ensino industrial, sobre a formação de técnicos. Terminou por dizer que já havia recebido muitas homenagens, mas igual aquela que recebia da escola nunca havia recebido, recepção que lhe tocava fundo n'alma e que tudo faria para que pudesse dar uma parcela de seu esforço em benefício do estabelecimento (DIÁRIO DA TARDE, 27/11/1952).

Como se verá a seguir, nesse intuito de se firmar como instituição respeitada e de valor na cidade, a escola promove seu nome sob vários aspectos, seja nas exposições de trabalhos de alunos, nas competições esportivas e atividades culturais ou mesmo na aplicação prática das mais novas tendências de alcance social propostas pela Superintendência do ensino profissional do Estado.

2.3.1 As exposições

A escola organizava anualmente a exposição de trabalhos feitos pelos alunos durante o ano letivo. O evento significava a coroação de êxito do ensino profissional na cidade, geralmente a exposição era feita no final do ano aproveitando o clima de festa de formatura dos alunos. A direção convidava a imprensa, políticos, empresários para que visitassem a exposição, uma vez que os trabalhos representavam uma vitrine que reafirmava a posição de importância da escola na cidade. Em todo período estudado os jornais divulgaram plenamente o evento:

Após a abertura oficial em que foi oferecida uma lauta mesa de chá as autoridades e à imprensa, esteve patenteada ao público a belíssima exposição de trabalhos dessa escola em que se poderia notar o grande desenvolvimento adquiridos pelos alunos deste novo e já tão acreditado estabelecimento de ensino competentemente dirigido pelo professor Paschoal Salgado. Ali se viam esplendidos trabalhos de marcenaria, carpintaria, de sellaria, de pintura de talhe, de ferraria e de plástica que

muito acreditam os dignos professores do grande estabelecimento (O AVISO DA FRANCA, 29/11/1925).

Como estava anunciado, realizou-se às 13 horas de domingo último a cerimônia inaugural da exposição de trabalhos dos alunos da escola profissional 'Dr. Júlio Cardoso', com a presença das altas autoridades, representantes da imprensa e outras pessoas especialmente convidadas (COMÉRCIO DA FRANCA, 27/11/1938).

Com a solenidade de todos os anos para cujo brilho nunca faltam o entusiasmo e a admiração do povo da Franca, teve lugar no dia 26 do mês findante a abertura da exposição dos trabalhos pedagógicos e confeccionados pelos alunos dos diversos cursos da escola profissional (COMÉRCIO DA FRANCA, 30/11/1939).

Nos depoimentos dos ex-alunos não faltam referências ao sucesso das exposições e de como encontravam objetivo nos cursos que faziam ao realizarem todo processo de transformação da matéria-prima:

“Eles davam um pedaço de madeira, a gente tinha que transformar numa peça, num móvel, e esse móvel era vendido no final do ano. Tinha fila, filas quilométricas, pra você comprar, e os móveis, as peças eram muito boas [...] (depoimento do Sr. Sétimo).

As exposições duravam de três a quatro dias, os alunos não tinham privilégios na compra dos produtos que eram vendidos a preço de custo. Em geral todas as peças eram liquidadas e o dinheiro arrecadado era repassado ao estado, que enviava novamente matéria-prima para serem trabalhadas no ano letivo seguinte.

Em todo período estudado a imprensa não economizou elogios às exposições, única exceção se deu quando um visitante manifestou publicamente seu desagrado ao ver exposta peças ditas imorais para os rígidos padrões de conduta da época:

Entre trabalhos de plástica, vimos umas estatuetas bem immoraes, que de modo algum poderão servir de modelo para os velhos barbados, experientes da vida, que se dirá para meninos estudantes (...) Certamente não cogitou da responsabilidade moral, que tem o professor o mestre que deu a seus alunnos modelos tão canalhas; pensasse elle nisto e não veríamos na exposição ao lado de estatuetas da Donzella pura de Lízilux, estatuetas immoraes, só dignas de figurar em prostíbulos e mesmo assim em logares excusos (O AVISO DA FRANCA, 4/12/1927).

Além de terem grande repercussão local, a imprensa noticiava em 1935 o empenho do governo do Estado em realizar no ano seguinte uma grande exposição de trabalhos de todas as escolas profissionais do Estado no Parque da Água Branca, em São Paulo. Com um evento desse porte o governo procurava chamar a atenção para a força do

ensino profissional, o que justificaria maior incentivo a esta modalidade de ensino. Como parte desta divulgação do ensino oferecido no estado de São Paulo, a escola também enviava amostra de trabalhos, dados estatísticos e gráficos a congressos de ensino realizados em outros estados (COMÉRCIO DA FRANCA, 2/12/1934).



Figura 13: Exposição de Entalharia, Tornearia [s/d].

Fonte: Acervo da Escola.



Figura 14: Exposição - 1940.

Fonte: Acervo da Escola.



Figura 15: Exposição - 1940.

Fonte: Acervo da Escola



Figura 16: Exposição - 1940.

Fonte: Acervo da Escola



Figura 17: Exposição - 1940.

Fonte: Acervo da Escola



Figura 18: Exposição - 1940.

Fonte: Acervo da Escola.

2.3.2 Cursos femininos e o papel da mulher

“Tínhamos uma aula maravilhosa com a Dna. Yarami Pires de Moura, era a aula de Educação Doméstica. Aprendemos noções de culinária, de como administrar o lar, puericultura para educar nossos filhos e esta mestra, nos passou tudo o que sabia e muito mais. Havia uma horta cuidada pelos funcionários e alunos. Desta horta saíam verduras e legumes para a cozinha da Dna. Yarami e para o internato que abrigava os alunos de outras cidades, o qual ficava sob a guarda do Sr. Garcia. Todas as receitas elaboradas eram experimentadas pelas próprias alunas. Levávamos também ingredientes para a preparação dos pratos.” (depoimento Sr. Maria de Lourdes Faleiros Lopes)

Relatos como esse de uma aluna do curso de corte e costura da década de 1950 revelam os valores presentes no universo feminino da época. Na escola profissional de Franca, os cursos femininos não formavam mão-de-obra para a indústria, preparavam as alunas para serem mães, donas de casa, o que de certa forma atendia às expectativas dos pais que não queriam que as filhas trabalhassem fora de casa e das próprias alunas que, educadas segundo o padrão conservador da sociedade da época, viam no casamento um objetivo para suas vidas.



Figura 19: Oficina Feminina [s/d].

Fonte: Acervo da Escola

No entanto, para a Superintendência do Ensino Profissional, os cursos femininos passaram a ser vistos como um meio para divulgar as novas propostas de reforma da sociedade surgidas na esteira do movimento de racionalização. Com este objetivo, foi incorporado às escolas profissionais o setor de economia doméstica responsável pelos Dispensários de Puericultura e por agregar aos cursos as disciplinas de higiene e dietética. Dessa forma, caberia à mulher o papel de disseminar mudanças de comportamento a partir do próprio lar.



Figura 20: Dispensário de Puericultura [s/d].

Fonte: Acervo da Escola.

Para alcançar estes objetivos, cada curso tinha uma especificidade, os cursos de alimentação, por exemplo, visavam difundir fundamentos de uma alimentação racional que proporcionassem uma “melhoria da raça”, como se vê a seguir:

Em inquérito organizado pelas alunas do curso de Formação de ‘Auxiliares em Alimentação’ concluiu-se que a população brasileira é formada por desnutridos. Não só porque a quantidade de alimentos que consome é escassa, mas principalmente, porque a qualidade deles é pouco satisfatória. ‘Não basta ter em vista que da qualidade e quantidade dos alimentos dependem o bom desenvolvimento individual e a melhora das condições raciais’ (do opúsculo ‘Aprenda a alimentar-se’ do Departamento do Ensino Profissional). O Departamento de Ensino Profissional, cooperando na solução do magno problema nacional resolveu instituir os Cursos de ‘Auxiliares em Alimentação’ que empreendem o planejamento de rações adequadas a satisfação das exigências fisiológicas de indivíduos e coletividades entregues às mais variadas atividades (O FRANCANO, 6/9/1953).

Este texto é parte de um artigo publicado no jornal local para divulgar o início do curso de auxiliar de alimentação que a escola industrial passaria a oferecer. Eram cursos rápidos oferecidos gratuitamente com duração de quinze aulas práticas e quinze aulas teóricas e tinham como objetivo a divulgação de conhecimentos de alimentação.

Antes mesmo de terem início os cursos de alimentação, já funcionava, desde a década de 1930, o Dispensário de Puericultura, que prestava assistência médica, orientava e distribuía às crianças carentes alimentos que complementassem sua alimentação. O Almanaque de Franca correspondente ao ano de 1943, elogiava o Dispensário como “uma instituição de altos fins eugênicos” e de grande alcance social:

Se é, em verdade, mal conhecida da maioria, isso não se dá com as mães pobres que alí vão buscar alimento e instrução para seus filhinhos. Nesse trabalho a Franca muito deve á abnegação do Dr. Chafi Facuri, que chefia aquele serviço de alto valor social (NASCIMENTO; MOREIRA, 1943).

A organização de cursos dessa natureza e atendimento à população, como o que era feito no dispensário em algumas unidades da rede estadual de ensino profissional, são exemplos da utilização do ensino profissional na propagação e valores contidos em movimentos como o eugenista, consagrado nos meios intelectuais da época. Nesta mesma categoria está o curso de higiene, que era inspirado nos preceitos de medicina social disseminados nos Estados Unidos e que ganhou força no Brasil a partir do início do século XX em função do desenvolvimento urbano-industrial e crescimento demográfico.

O médico Geraldo de Paula Souza assumiu a direção do Serviço Sanitário de São Paulo em 1922 e passou a implementar um modelo de administração sanitária veiculados pela Fundação Rockfeller, instituição norte-americana onde havia sido bolsista e, juntamente com Pompeu do Amaral, médico-chefe da Superintendência, empenhou-se em programas que divulgassem uma “consciência sanitária” com a finalidade de popularizar práticas de higiene no combate a doenças infecciosas (RIBEIRO, 1986). Em Franca, o curso de Higiene estava incorporado ao setor de economia doméstica e era ministrado pelo médico Newton Novato.

Além dos cursos, a escola profissional submetia os alunos a exames médicos periódicos visando detectar doenças contagiosas para que fossem encaminhados para tratamento. No relatório do diretor da escola profissional para o ano de 1938, há uma referência a envio de alunos para colônias climatéricas destinadas a “zelar das condições do estado orgânico dos profissionalinos”:

[...] foram encaminhados ao Posto de Higiene local, onde após o indispensável exame médico, preencheram-se as fichas individuais destinadas a um controle exato dos sintomas característicos dos organismos enfermos, a fim de serem processados os seus respectivos tratamentos. Cumpridos os requisitos essenciais, enviamos às colônias climatéricas de Santos, de acordo com as vagas existentes, três alunos que ali permaneceram durante todo trimestre, recebendo tratamento adequados aos seus casos mórbidos (RELATÓRIO DE DIRETOR, 1938).

Todo esse conjunto de atividades representa a contribuição da escola profissional para colocar em prática alguns ideais de um grupo de profissionais de várias áreas que, desde o início do século XX, passaram a discutir os principais problemas que contribuía com o atraso do país. Baseado nos princípios de racionalização, esse movimento de disciplinarização social propunha mudanças no espaço urbano, na fábrica, na casa, nos costumes.

2.3.3 A disciplina e ordem na formação do aluno-operário

“A escola não era muito severa, mas os professores eram exigentes [...] o professor de português, Antônio Baldijão Seixas, era enérgico, na classe dele ouvíamos mosquito voar” (Depoimento do Sr. Jorge Elias Borges)

No depoimento dos ex-alunos, são inúmeras as alusões às regras de comportamento na escola. Os cursos femininos, por exemplo, embora funcionassem no mesmo horário que os masculinos eram separados por uma parede que impedia o convívio de meninos e meninas:

“[...] O diretor era muito rígido, eu vou até tomar a liberdade de falar, que as meninas prá fazer educação física tinha que por short, né? E os meninos ficavam olhando pelo buraco da fechadura, porque era tudo separado, a ala feminina da masculina” (depoimento do S. Chavier).

A rigidez com que era cobrada a disciplina na escola estava presente em toda organização escolar do período e, portanto, não se aplicava apenas à escola do trabalho, muito embora, como acentuou Ribeiro (1987), estas escolas tinham como tarefa, além de passar os valores morais na formação do cidadão segundo o padrão da época, também “disciplinar o aprendiz para as condições de trabalho”. Presentes desde a arquitetura do prédio da escola, como foi visto, essas normas disciplinares eram incorporadas aos poucos nas ações cotidianas:

“[...] E quando dava a hora da limpeza, cada um ia guardar suas ferramentas, pegar suas fichas de volta, aí limpava a sua máquina, e junta todo mundo e varre a oficina... hoje não tem mais responsabilidade [...] agora no meu tempo... eu não quero me vangloriar, mas eu sou muito exigente com isso aí, menino tinha que entregar no final da aula, eu punha em cima de uma mesa, tem tantas dessa e tantas dessa, no final da aula tem estar tudo aqui! Senão não vai ninguém embora, não quero nem saber! Vai ter que deixar em ordem!” (depoimento do Sr. Chavier).

Segundo o relato dos alunos, eram raros os casos de desrespeito às normas impostas pela escola, até porque havia o temor de uma expulsão. Registros de ocorrências envolvendo alunos não foram encontrados nos arquivos da escola. Por outro lado, a escola mantinha, na década de 1940, um “Livro de Investigação” reservado para registro de queixas de alunos contra professores. Foi encontrado apenas um livro dessa natureza com poucos registros e as reclamações recaíam sobre apenas dois professores, como o que se vê a seguir:

Compareceu à diretoria da escola, a sr^a Maria Rita Silva, acompanhada de sua filha, a fim de apresentar reclamação contra a mestra D. Maria Marcondes e também comunicar que sua filha não irá mais à escola, devido os maus tratos recebidos da mestra D. Maria Marcondes. A aluna Maria Aparecida estava matriculada no Vocacional e afirma, de fato que sua mestra a maltratou com expressões fortíssimas como sejam imunda, suja, etc., dizendo-lhe sempre que, de nada adiantava estar na escola pois aqui ela nada aprenderia, porque não lhe ensinaria mesmo, e que devia

deixar a escola, como outras suas colegas (LIVRO DE INVESTIGAÇÃO, 20/05/1940).

Para se defender das acusações, a professora negava que tivesse maltratado alunas em sua oficina, no entanto o guarda-livros responsável pela notificação observava que as “queixas e reclamações continuam infelizmente”. Na oficina masculina as reclamações recaíam sobre o professor de marcenaria Sr. Vicente Giudice. Um aluno do curso de marcenaria registrou queixa alegando que o professor “puxava-lhe as orelhas quando pedia taboa para trabalhar”. Embora apenas dois nomes figurem no livro de investigação, isto não significa dizer que os demais professores não tivessem uma postura autoritária em sua relação com o aluno.

O processo de disciplinarização do aprendiz não se dava apenas na relação professor-aluno e no cumprimento de regras na convivência escolar, a Superintendência do Ensino Profissional tinha um projeto mais amplo na formação do operário-cidadão e que a unidade escolar de Franca chegou a pôr em prática. Nas décadas iniciais do século XX, com o crescimento dos movimentos fascista e nazista na Europa, sentimentos exacerbados de amor à pátria ecoaram pelo mundo todo, e a escola transformou-se no veículo eficiente para propagação dessas idéias. A escola profissional de Franca adotou ao programa de educação militar baseada no escotismo, que recebeu o nome de Organização dos Bandeirantes, como se vê a seguir:

[...] fez sciente ao director da escola, Prof. Celso Camargo, do grande empenho que a Superintendência do Ensino Profissional tem na novel Corporação dos Bandeirantes. Por esse motivo a nossa Corporação foi muito augmentada, tendo sido preciso requisitar mais fardamento. O movimento bandeirístico foi grandemente ampliado pois que já estão em pleno funcionamento as aulas de radio-thelegrafia. O Bandeirismo, como já tivemos ocasião de frizar nestas colunas, é uma verdadeira corporação, que trará futuramente muitos benefícios ao Brasil, pois que molda a sua mocidade com relação ao estado de coisas actual. Os bandeirantes são submettidos a uma rigorosa disciplina militar, de molde a vir firmando o seu character ao mesmo tempo que educando a sua moral em face da sociedade. Essa corporação, portanto, tem uma grande e principal finalidade, que é fazer com que os nossos meninos cresçam colhendo a grandeza da nossa Pátria, crescem trazendo em si um são patriotismo (COMÉRCIO DA FRANCA, 1/8/1937).

Segundo o depoimento de um aluno que participou desta corporação, os alunos ainda muito jovens não entendiam o objetivo daquele programa, mas divertiam-se com as excursões organizadas para os participantes:

“[...] os próprios mestres ensinavam a marchar, tinha até uniforme... o objetivo eu não sei, mas talvez fosse pra orientar os alunos com a parte de fora [...] Então nos fomos para São Paulo e ficamos hospedados em um estabelecimento de ensino mas eu não me lembro o nome, não! Ali era tratado, mais ou menos com um militar. Tudo ao toque de corneta. Nós fazíamos a cama de vento, de dobrar, assim, tinha a hora do lanche, a hora de recolher” (Depoimento do Sr. Basílio).

A corporação dos bandeirantes representou mais um instrumento de manipulação ideológica utilizado por Vargas durante o Estado Novo, cabendo às escolas transmitir valores de civismo e nacionalismo em práticas que disfarçavam o conteúdo político-ideológico de sua finalidade. Como acentuou SchWartzman em seu estudo sobre o governo Capanema, a partir de 1930 e principalmente após o golpe militar de 1937, o Exército se aproximou da esfera educacional com um projeto de educação militar que moldasse o cidadão simultaneamente à construção de um novo Estado Nacional.



Figura 21: Bandeirantes Técnicos [s/d].

Fonte: Acervo da Escola.

Em Franca, a Organização dos Bandeirantes existiu de 1935 a 1937, estava subordinada à Superintendência do Ensino Profissional, que costumava reunir os alunos em colônias de férias no litoral para confraternização com outros grupos bandeirantes do Estado.

2.3.4 Esporte, cultura e a divulgação da escola

Como mencionamos anteriormente, a escola profissional de Franca mantinha uma estreita relação com a imprensa da cidade e utilizava-se desse meio para divulgar todas as atividades que envolvessem aquela instituição de ensino. Além das exposições que funcionavam como uma espécie de vitrine na divulgação dos trabalhos realizados nas oficinas, a escola também se fazia representar em atividades culturais e esportivas que pudessem mostrar o potencial da escola profissional em se destacar em outras áreas. Estas iniciativas pareciam ter mesmo a finalidade de veicular a propaganda da escola, como se vê no relatório de 1938, do diretor, ao elogiar o desempenho dos alunos numa competição esportiva disputada fora de Franca:

Para o ano de 1939, está traçado um vasto programa no tocante à educação física, com várias demonstrações públicas e competições atléticas. É como se vê um excelente elemento de propaganda da Escola, além dos magníficos resultados que traz quanto o desenvolvimento físico dos que a ela estão filiados (RELATÓRIO DO DIRETOR, 1938).

A afirmação da disciplina Educação Física na prática pedagógica escolar deu-se juntamente com a introdução nas escolas das disciplinas de higiene e alimentação escolar e, desse modo, a educação física deveria ser tratada com o mesmo estímulo que a educação intelectual, na responsabilidade pela formação de corpos eficientes e produtivos. O destaque que passa a ser dado à educação do corpo pode ser evidenciado em um trecho da notícia de jornal sobre a visita na escola do superintendente do ensino profissional no estado:

[...] O professor João França que aqui veio especialmente para criar na nossa escola uma magnífica secção de cultura physica, dotada de todo aparelhamento necessário, assim como também de um novo pavimento que terá um vastíssimo galpão para localizar os aparelhos...
O professor João França cumprimentou os dirigentes da Associação Atlética Escola Profissional pelos sucessos alcançados, elevando, assim o nome do estabelecimento e fez sentir a necessidade de entrarem no campeonato aberto de Uberlândia. (COMÉRCIO DA FRANCA, 29/8/1937).

As competições esportivas motivaram gerações de alunos que passaram pela escola; já na década de 1920, a equipe de cestobol feminino da escola rivalizava com a equipe da Escola Normal Livre e, na década de 1930, equipes masculinas e femininas excursionaram diversas vezes pelo triângulo mineiro em campeonatos de várias

modalidades, além de participarem dos jogos entre escolas profissionais da região, organizado anualmente pela 9ª Inspeção Regional do Ensino Profissional, bem como nos Jogos Abertos do Interior. Dentro da escola surgiu em 1930 a Associação Atlética Escola Profissional, que no ano seguinte cooperaria na fundação da Liga Francana de Cestebol, berço da tradição do Basquete, modalidade esportiva de destaque na cidade até os dias atuais.



Figura 22: Aula da Educação Física- 1940.

Fonte: Acervo da Escola.

Além das atividades esportivas, a escola abrigou, na década de 1960, o único elenco teatral estudantil da cidade de Franca. Na década de 1960, o grupo teatral dirigido pelo professor Orlando Dompiéri chegou a fazer apresentações em Franca e cidades da região, a imprensa por vezes notificava as apresentações como a que se realizou no Teatro Português, em Santos, em junho de 1960 (DIÁRIO DA TARDE, 4/6/1960). Nas artes, a escola também procurava apoiar movimentos de divulgação artística:

Quer com o desenvolvimento das artes plásticas, do desenho e outras modalidades educacionais, quer cedendo suas dependências para a realização do salão de Belas Artes, a Escola Industrial de Franca tem cuidado com verdadeiro carinho e devoção sincero da elevação cultural-artística de nosso povo [...]. E dentre os verdadeiros artistas que Franca conta em seu seio, um deles é parte integrante das atividades pedagógicas da Escola Industrial, trata-se do Sr. Vicente Nasi, mestre de Entalliação do referido estabelecimento (DIÁRIO DA TARDE, 25/4/1946).



Figura 23: Apresentação de ballet das alunas da Escola [s/d].

Fonte: Acervo da Escola.

CAPÍTULO 3 A ESCOLA PROFISSIONAL NO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DE FRANCA

3.1 A Industrialização em Franca

Franca é atualmente um importante pólo produtor de calçados masculinos de couro do país, com uma produção anual em torno de 30 milhões de pares (dados para 2002, BARBOSA, 2004). A origem da indústria especializada em artigos de couro remonta à formação do povoado. Franca surgiu em fins do século XVIII na lendária “Estrada dos Goyazes” como entreposto comercial que fornecia mantimentos, sendo o mais importante deles, o sal, para viajantes, aventureiros e comerciantes a caminho de Goiás e Mato Grosso.

Segundo Chiachiri Filho (1986), o povoamento ao longo da estrada de Goiás se deu em duas etapas, a primeira foi realizada por paulistas que desbravaram o caminho após a descoberta do ouro em Goiás. A segunda etapa do povoamento da região nordeste de São Paulo deu-se com a afluência de mineiros, o chamado “entrante”, que procuravam terras para pastagem, no início do século XIX, período de expansão da criação de gado.

A atividade pecuária propiciou o desenvolvimento do artesanato do couro, pois desde o início da Vila, o Livro de Matrícula dos Guardas Nacionais registrava a presença desses profissionais:

Por volta de 1824, já existiam em Franca os artesãos do couro como os Prado, os Gonçalves, os do Vale, que fabricavam as sandálias de couro cru, os sapatões de atanado, os lombilhos, os silhões e arreios, além das famosas capas de facas. Os couros, matéria-prima dos artesãos, eram trazidos de Minas Gerais e de Mato Grosso para Franca, em carros de bois, ainda crus e salgados, transformando-se em preciosas mantas para os seleiros e sapateiros (RINALDI, 1987, p. 45.).

Durante todo o século XIX, o artesanato do couro abasteceu um constante comércio de artigos de couro produzidos em Franca. Em 1886, o padre Alonso Ferreira de Carvalho fundou o curtume Cubatão, primeiro de uma série de curtumes fundados na cidade posteriormente. A instalação de curtumes favoreceu o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista, ao baratear a matéria-prima, uma vez que a pecuária da região fornecia diretamente aos curtumes o couro para ser transformado.

A explicação mais provável para a especialização da indústria de Franca no segmento de calçados é, portanto, a secular tradição da cidade na manufatura do couro. Num dos primeiros estudos sobre a industrialização em Franca, Maria Ignez Vilhena (1968) elege quatro fases representativas do desenvolvimento da indústria de calçados. Segundo a autora, a primeira fase corresponde ao artesanato que predominou durante todo século XIX; a segunda fase é representada pela pioneira experiência de mecanização da Fábrica de Calçados Jaguar de propriedade de Carlos de Pacheco Macedo, primeiro a investir em máquinas importadas; a terceira fase na década de 1930, quando há um aumento do número de fábricas e o impacto tecnológico com aquisição de máquinas americanas e alemãs e, finalmente, o quarto estágio, na década de 1950 em diante, que se caracteriza pela consolidação e crescimento do parque industrial calçadista.

Em sua tese sobre a formação social e a atuação econômico-política do empresariado do calçado em Franca, Agnaldo Barbosa (2004) buscou em vasto corpus documental dados para ressaltar a especificidade do processo de industrialização ocorrido na cidade e que não correspondem a interpretações cristalizadas na historiografia que associam o processo de industrialização ao excedente do capital cafeeiro:

Seria um equívoco pensar em Franca como uma cidade onde a agricultura restringiu-se à monocultura cafeeira para a exportação assentada em grandes propriedades, ou mesmo onde o capital cafeeiro atingiu vultosas dimensões e fez dezenas de grandes fortunas, disseminando-se por atividades as mais variadas como bancos, ferrovias e indústrias, entre outros. Uma breve reflexão sobre o tema revela muito mais uma economia marcada pela escassez de capital e pelo baixo nível de acumulação da incontestável maioria de seus elementos ativos, que uma sociedade caracterizada pela opulência do ‘homens do café’ ou pela magnitude dos símbolos dessa hegemonia, como aconteceu em outros centros produtores a exemplo de Ribeirão (BARBOSA, 2004, p.28).

Segundo esse autor, um estudo sobre a origem do empresariado revela que as principais empresas responsáveis pela consolidação do pólo calçadista foram fundadas por imigrantes italianos ou descendentes, seguidos de espanhóis, de origem humilde e filhos de operários e pequenos comerciantes:

[...] O que poderíamos chamar de uma burguesia do calçado originou-se do pequeno capital de proprietários de oficinas e de modestos comerciantes que iniciaram seus negócios tendo a sua própria força de trabalho como elemento fundamental do empreendimento. Presumimos que pequenas poupanças e/ou empréstimos de familiares-como foi comprovado em alguns casos tenha sido o ponto de partida das empresas (BARBOSA, 2004, p. 38).

Embora o café não esteja ligado diretamente ao desenvolvimento da indústria em Franca, deve-se ressaltar que, no período entre 1890 a 1920, foi o principal produto da economia da cidade. Apesar da produção cafeeira de Franca ser relativamente pequena em relação a Ribeirão Preto, maior produtor da região, alguns autores (TOSI, 1998; FALEIROS, 2002) assinalam a chegada da ferrovia e a entrada de imigrantes preponderantes para a expansão da cultura cafeeira no município, passando de 131,26 toneladas produzidas em 1888 para 4484,29 toneladas na década seguinte (FALEIROS, 2002). Por outro lado, a chegada na cidade da Companhia Mogiana de Estrada de ferro em 1887 acarretou uma série de melhoramentos urbanos que foram preponderantes para o desenvolvimento da indústria e comércio local.

O primeiro impacto causado pela chegada da ferrovia foi a expansão urbana de Franca, estendendo o núcleo urbano para as proximidades da estação ferroviária, estabelecendo uma via de ligação com o centro. Logo, a rua da Estação transformou-se em local de grande incidência de casas de comércio varejista, hotéis, restaurantes etc, chegando a rivalizar com o antigo centro, onde se concentravam as principais casas comerciais e estabelecimentos de crédito.

Outro impacto que pode ser atribuído à implantação da cultura cafeeira foi o rápido crescimento populacional que experimentou a cidade no início do século XX. A população do município de Franca saltou de 15.491 habitantes em 1900, para 44.308 habitantes em 1920 (TOSI, 1998, p140). Cerca de 20% desse contingente populacional era formado por imigrantes, especialmente italianos e espanhóis. A mão-de-obra imigrante a princípio arremetida para as lavouras de café era constituída por grande número de artesãos que procuravam se estabelecer no núcleo urbano uma vez que havia uma demanda de serviços¹³, como observa Bacellar ao analisar o almanaque de Franca para 1902:

[...] Havia quatro fábricas de cerveja já estabelecidas, provavelmente de pequeno porte, voltadas para o mercado local, e todas de propriedades de italianos. Também de italianos eram a única fábrica de massas, a fábrica de sorvetes, as duas fábricas de licores, as quatro fábricas de carros (carroças e charretes), a única marmoraria, as oito padarias e as duas casas de jóias. Os imigrantes ainda predominavam em outras atividades, como restaurantes, cafés, relojoarias, confeitarias, marcenarias, funilarias, barbearias, construtoras, lojas de armarinhos e roupas, serralherias, sapatarias, alfaiatarias, tinturarias e fotógrafos.

Minoritários eram os ramos de atividade em que os nacionais despontavam: selarias, botequins, vendedores de forragem, tipógrafos,

¹³ Para obter um quadro mais completo das ocupações, atividades e empresas em Franca no período que 1880-1940 ver Tosi (2003, Anexos).

fábricas de tijolos. De fato, a expansão rápida da demanda de serviços permitiu a instalação de imigrantes já especializados, que viriam suprir a fraca oferta de profissionais nacionais (BACELLAR, 1999, p.153).

Concomitante ao crescimento urbano e a dinamização da economia local, eram as reivindicações que partiam principalmente da elite da cidade para que fossem tomadas medidas no sentido de dotar a cidade de infra-estrutura, sinônimo de progresso e desenvolvimento de uma localidade na época. Indispensáveis ao desenvolvimento industrial, aos poucos foram sendo introduzidas melhorias como o abastecimento de água, rede de esgotos, iluminação elétrica e serviço telefônico. No entanto, ainda na década de 1940, a maioria desses serviços era oferecida precariamente, como constatou Follis (1999) em seu trabalho sobre a modernização urbana de Franca.

Dessa forma, pode-se dizer que os processos de urbanização e modernização pelos quais passou Franca no início do século XX foram importantes para o desenvolvimento industrial e são decorrentes da riqueza gerada pelo café, embora o capital cafeeiro não tenha sido predominante para a consolidação da indústria da cidade, como têm demonstrado estudos recentes.

De um modo geral, o país vive a partir de 1930 uma nova etapa no processo de industrialização com a produção voltada para o mercado interno de bens antes importados. O Estado de São Paulo atingiu notável crescimento industrial nesse período com quatro núcleos principais em todo estado, “[...] o primeiro e de longe o mais relevante, correspondia à atual Grande São Paulo, seguindo-se em ordem de importância, as regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto” (PIRES, 1999, p.187).

Em Franca na década de 1920, uma primeira tentativa de mecanização da produção de calçados foi levada a efeito por Carlos Pacheco de Macedo, que montou a fábrica de calçados Jaguar e, embora seu empreendimento tenha falido alguns anos mais tarde, isto não desencorajou o aparecimento de várias fábricas na década de 1930, fazendo a cidade despontar no setor industrial de produção de calçados.

A baixa tecnologia utilizada na produção de calçados, a facilidade do treinamento de mão-de-obra e de obtenção de matéria-prima condicionaram o rápido crescimento do parque industrial calçadista. Aliado a esses fatores, esses empreendimentos contaram com o fornecimento de máquinas para fabricação de calçados da empresa norte-americana *United Shoe Machine Company* (USMC), que, para vencer a concorrência de máquinas alemãs passou a oferecer arrendamento permanente de máquinas e assistência técnica. Esta parece ter sido uma alternativa razoável, visto que o

setor industrial de calçados não contou com apoio estatal até a década de 1970 (BARBOSA, 2004). Dentre as empresas montadas no período, cabe ressaltar o pioneirismo dos proprietários da empresa Samello, que trouxeram das visitas e cursos feitos nos Estados Unidos inovações técnicas na produção de calçado que, posteriormente, foram utilizadas por outras empresas-, bem como foram pioneiros na introdução de técnicas de racionalização da produção na indústria local.

A partir da década de 1940, começam a surgir em Franca indústrias que vão complementar as fases produtivas do calçado, fator importante para a expansão e consolidação do parque industrial calçadista. Além dos curtumes, que viabilizavam o acesso fácil ao couro, a cidade passou a contar com a produção de saltos e solados, fôrmas, elásticos, máquinas e equipamentos, e produtos químicos como a cola, utilizados na produção de calçados. Ao estudar as aglomerações industriais mais importantes no estado de São Paulo, Suzigan comenta a formação do cluster ¹⁴ na cidade de Franca:

Uma das características mais importantes a destacar no cluster de Franca é a de que concentra praticamente toda cadeia produtiva a partir do curtimento do couro, com poucos transbordamentos para fora do cluster... a cadeia abrange: curtimento e preparações do couro, fabricação de calçados de couro, fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de calçados, fabricação de calçados de outros materiais, fabricação de tênis, fabricação de artefatos de borracha e fabricação de adesivos e selantes (SUZIGAN et al, 2000).

Embora reconheça o benefício da aglomeração industrial que ocorreu em Franca em torno da produção de calçados, Tosi acredita que isso não deve ser tomado como exemplo de total autonomização, como se vê a seguir:

[...] mesmo que tenha havido uma junção benéfica de atividades de diferentes setores da economia em função da indústria de calçados, nem todo o maquinário, nem toda matéria-prima e nem toda a tecnologia eram exclusivamente concebidas e produzidas em Franca. Se imaginadas máquinas como prensas hidráulicas de vulcanização de borracha, as calandras e os cilindros os regeneradores e misturadores de borracha, bem como todo complexo maquinário utilizado pelos próprios curtumes, que incluem caldeiras, prensas, descarnadeiras, lixadeiras, etc. e, ainda os capitais necessários à montagem desse tipo de indústria percebe-se o absurdo de tal argumento (TOSI, 1998, p.237).

Os estudos sobre a industrialização em Franca priorizam a indústria de calçados que se tornou a principal atividade fabril da economia local, entretanto a cidade chegou a abrigar fábricas do setor têxtil como a Cotai (Companhia Têxtil Agro-Industrial),

¹⁴ No artigo citado, os autores utilizam o conceito de cluster para definir aglomerações industriais com vários setores de especialização que se interagem na produção, comércio e distribuição das mercadorias.

fundada em 1946. A origem e desenvolvimento de outros setores industriais ligados ou não ao calçado ainda carecem de estudos mais aprofundados. Sabe-se que a fundação, em 1947, da indústria Amazonas Produtos para Calçados, produtora de saltos e solados de borracha, representou um marco na diversificação de empresas que passaram a abastecer a produção de calçados. Outro exemplo neste sentido foi o das indústrias que produziam máquinas e equipamentos para calçados. As duas mais importantes indústrias de máquinas existentes na cidade foram fundadas na década de 1960 por ex-alunos da escola profissional de Franca e, mais adiante, estas empresas serão abordadas mais detalhadamente.

Vale ressaltar que algumas das indústrias de produtos diversos que surgiram a partir de 1950, no momento de grande expansão das fábricas de calçados, ultrapassaram a capacidade de produção que era absorvida pelas indústrias de calçados e projetaram-se no mercado interno e externo também.

À medida que crescia o setor da indústria de calçados, aumentava a demanda de mão-de-obra qualificada para manuseio e manutenção de máquinas importadas. A USMC disponibilizava técnicos para reparos em máquinas adquiridas nesta companhia, mas a crescente demanda de serviços mobilizava várias oficinas na cidade e a própria Escola Profissional, como será visto no próximo item.

No tocante à formação de mão- de -obra especializada na confecção do calçado, até a década de 1970, a Escola Profissional chegou a organizar cursos de treinamento para a indústria de calçados, no entanto, por não serem cursos “oficiais”, não há registro do funcionamento desses cursos na escola.

Com a aceleração da produção de calçados, empresários passaram a reivindicar junto aos órgãos de representação do setor, ACIF (Associação de Comércio e Indústria de Franca), Sindicato da Indústria do Calçado e Prefeitura, a necessidade de implantação do SENAI em Franca com cursos direcionados à especialização do operário nas diversas fases de fabricação do calçado.

Em entrevista, o primeiro diretor do Senai em Franca, Luís Gonzaga Gaspar, esclarece que a solicitação para implantação do Senai é justificada para locais onde haja uma forte concentração industrial com carência de mão-de-obra especializada. Em Franca a instalação definitiva do Senai deu-se em 1974, embora, já em 1973, a instituição houvesse organizado alguns cursos de treinamento de curta duração. Na década de 1970, as empresas iniciam nova fase de produção de calçados visando à exportação, e, dessa

forma, há uma preocupação maior com o controle de qualidade em todas as fases de acabamento do produto. A expectativa em relação ao Senai era que se suprisse pelo menos em parte a necessidade das empresas:

“No início havia curso de corte, pesponto, depois modelagem, depois nós tivemos montagem e acabamento, a parte de corte do solado, etc para depois curso de mecânica de manutenção e máquina de pesponto e finalmente o curso técnico em calçados... a gente sempre procurava estar trabalhando com a necessidade da empresa, então o diálogo era constante. E até houve um relacionamento que não se via em outras comunidades, uma proximidade muito grande entre a escola e a indústria” (Depoimento de Luis Gonzaga Gaspar).

Segundo Gaspar, as primeiras máquinas do Senai foram cedidas pela Escola Industrial num convênio feito entre o Senai e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Até a chegada do Senai em Franca, a escola Profissional era o principal interlocutor com a indústria local, como veremos a seguir.

3.2 Os cursos e a oferta de serviços na cidade

A criação da rede estadual de escolas profissionais do estado de São Paulo representou, como foi visto, uma nova forma de vislumbrar o ensino profissional. Com a rápida expansão industrial de São Paulo, havia a necessidade de difundir centros de qualificação de mão-de-obra que servissem de estímulo ao desenvolvimento industrial em diversas regiões do estado.

Pelo menos, no que diz respeito à rápida absorção no mercado de trabalho dos alunos formados pelas escolas profissionais do estado de São Paulo, pode-se dizer que a iniciativa foi bem sucedida, dada a enorme falta de mão-de-obra especializada em várias áreas da produção. Nos vários depoimentos de ex-alunos da escola profissional de Franca, é uma unanimidade a referência ao fato de o aluno da escola profissional receber boa formação e colocar-se rapidamente no mercado de trabalho, como se vê nos depoimentos a seguir:

“[...] quando ainda não tinha internato, era centrado mais em Franca, a regiãozinha mais próxima; mas quando fez o internato vinham alunos de toda região de São Paulo...foram grandes funcionários da Ford, da GM, esses moços foram os primeiros... fizeram teste lá na GM, na Volkswagen, e trabalharam até aposentar, eles não deixavam eles saírem. Eu tenho amigos, em várias indústrias de Campinas, São

Bernardo, São Paulo... e isso era a turma de mecânica, já em marcenaria, eles foram trabalhar em outros setores...”(depoimento do sr. Sétimo Bolela).

“[...] naquela época era muito fácil de arranjar serviço, era muito serviço e pouca mão-de-obra... eu fui para São Paulo e fiquei lá três anos, ganhei um dinheirinho bom e comprei um terreno e uma casa lá... trabalhei na ‘Asa Branca’, na ‘Santa Marina’, depois na vidros ‘Fama’, que fazia só espelhos. Depois fui para as ‘Camas Bruno’, eu fazia aquelas camas torneadas... e esta fábrica tinha mais ou menos uns 140 empregados. Só que ali a gente fazia de tudo: fazia de madeira, cama hospitalar, de pregos, pintura, parafusos, para próprio consumo da fábrica, pra fazer os móveis, pra fazer tudo...” (depoimento do sr. Basílio de Moraes)

“Nossa escola era disputada. Chegou em São Paulo e falou que era da escola profissional de Franca tinha emprego na hora!”(depoimento do Sr. Chavier).

De acordo com o relato dos alunos, a maioria dos formados na escola industrial não permaneciam na cidade, nos depoimentos colhidos é comum encontrar referências a grandes empresas como a Petrobrás, Ford, Volkswagem, GM, entre outras, para onde eram encaminhados os alunos. Os alunos que se tornaram professores e tiveram maior tempo de vivência na escola também confirmam que tal era a necessidade de técnicos para a indústria que, enviados de grandes empresas, entravam em contato com a escola para arregimentar mão-de-obra entre os alunos estando formados ou não. Na verdade, naquele momento não havia uma exigência quanto ao certificado de conclusão do curso:

“eles vinham e faziam sondagem, naquela época que eu dei aula. O pessoal da Ford, deu uma olhada, e quando, viu a organização das oficinas e tudo, não titubeou, e isso porque não era nem curso técnico ainda, os alunos eram formados em ensino básico profissional...”(depoimento do Sr. Sátiro).

A expectativa do aluno que procurava fazer um curso profissionalizante era, em função da condição social a qual pertencia, colocar-se rapidamente no mercado de trabalho, por isso as propostas de emprego ou testes em grandes empresas na capital pareciam tão atraentes. Trilhar o caminho percorrido por cada aluno formado na escola seria, no entanto, uma tarefa inviável para esta pesquisa, dada a imensa quantidade de alunos e a falta de informações sobre os mesmos. Os entrevistados afirmam que devido à

grande oferta de emprego, a maioria dos alunos saía num primeiro momento da cidade, mesmo que alguns retornassem depois.

Para se preparar para o mercado de trabalho, os alunos submetiam-se a um período de estágio requerido pela escola como parte das exigências do curso e executado em oficinas da cidade. Este era um treinamento necessário para se habituar às exigências da produção fabril que considerava rapidez e autonomia habilidades desejáveis em um operário.

“O sistema deles era o ideal pra gente aprender a fazer. Agora, quando você saísse de lá e se diplomasse pra seguir carreira e profissão na oficina era muito diferente, porque lá na escola eles não exigiam tempo. Você demorava o tempo que quisesse, agora na hora de desenvolver o serviço, você tinha que desenvolver rapidamente para o seu serviço ter mais valor” (depoimento do Sr. Basílio de Moraes).

“quando eu terminei o estágio, foram 8 meses de estágio, eu precisava fazer os estágios pra tirar o diploma... então eu cheguei a conclusão de que o moço que estava lá fazia 4 anos e oito meses, ele não tinha o mesmo desempenho que eu tive em 8 meses do estágio” (depoimento do Sr. Sétimo).

A incipiente tecnologia do país na época de certa forma colaborava com a boa formação do aluno, como não era comum o comércio de reposição de peças de máquinas estrangeiras, estas tinham que ser confeccionadas pelas oficinas de manutenção, e era para as oficinas de manutenção que o aluno era encaminhado para fazer o estágio e em muitos casos conseguia a primeira oportunidade de emprego.

“Foi lá que eu adquiri minha grande experiência de manutenção de curtumes. A oficina de conserto que tinha era para máquinas de calçados, para peças de caminhão, isso naquela época.... hoje, você vai leva seu carro para trocar as peças e pronto!No meu tempo a tecnologia não era assim não. Todas essas indústrias eu trabalhei no ramo de manutenção”(Depoimento do Sr. Chavier).

A escola tinha um bom trânsito junto à indústria da cidade, era comum empresas solicitarem serviços que eram realizados conjuntamente por alunos e professores.

“muita assistência técnica da cidade, não tinha como fazer aqui, não tinha outras oficinas, então era feito tudo lá dentro; então alguma engrenagem, alguma retífica era feito lá dentro... e na verdade era quase uma cortesia porque não tinha alternativas, então eram os professores e os alunos que faziam esses serviços... eram máquinas importadas, e lá era uma oficina muito preparada”(depoimento do Sr. Edson)

“era assim, por exemplo, a escola ia fazer uma colaboração, vai fazer um serviço para o Amazonas, usando alunos, então quem ia? Lá na hora de folga ia o Chavier! O dono da fábrica de elástico, Sr. José Pimenta, eu já tinha sido funcionário da fábrica....precisa fazer uma engrenagem...”(relato do Sr. Chavier).

Como já havia assinalado Tosi em seu estudo, a partir da década de 1930-40, ocorre uma diversificação das atividades fabris, “surgiu uma incipiente indústria de carpintaria, marcenaria e moveleira, bem como verificou-se a presença de atividades de consertos de máquinas dotadas de pequenas fundições” (TOSI, 1998, p.235). O crescimento industrial da cidade abria um campo de possibilidades para o aluno formado na escola profissional, já que poderia atuar como um operário diferenciado dentro da empresa em função de sua qualificação, como também poderia abrir uma oficina que prestasse assistência técnica para as empresas ou oferecesse produtos e serviços os mais diversificados.

Embora os alunos do curso de mecânica estivessem envolvidos mais diretamente com a produção, isto não significava que as oportunidades eram maiores para formandos desse curso. O crescimento industrial acarretava o desenvolvimento urbano, o desenvolvimento do comércio, que projetavam também os trabalhos de marcenaria, fundição. Na indústria, principalmente no segmento de produção de calçados em que a cidade se especializou, o ramo da marcenaria contribuiu com o fornecimento de formas para calçados que, durante décadas, foram confeccionadas de madeira.

Os primeiros professores da Escola Profissional que ensinavam a prática nas oficinas eram escolhidos entre pessoas que já trabalhavam no ramo, e, normalmente se desdobravam entre o trabalho na oficina e as aulas na escola. Alguns ex-alunos que também se tornaram professores contam em seus depoimentos que a expectativa de abrir o próprio negócio era uma aspiração de quase todos os alunos, e, em geral, os professores mantinham uma oficina em casa. Os professores gozavam do privilégio de já serem conhecidos na cidade e podiam encaminhar para suas oficinas uma pequena demanda de serviços daqueles que procuravam a escola.

Muitas dessas oficinas não chegaram a ser registradas como firmas, funcionavam no fundo do quintal e chegavam a envolver o trabalho de duas ou três pessoas e até de alunos aprendizes.

“[...] eu tive um aluno, que tinha uma pessoa que adotou ele... e insistiu comigo para montar uma officininha para encaminhar esse menino, e montamos no fundo da minha casa, lá no quintal. Aí a gente começou, como todo mundo me conhecia, eu trabalhei muito tempo, éramos

autônomos, iam lá e pediam ‘eu preciso de uma engrenagem’” (depoimento do Sr. Chavier).

“[...] eu tive uma oficina com um colega, ex-aluno da industrial também, nós trabalhamos muito tempo... a gente projetava e fazia móveis, fazia o desenho...era uma oficina clandestina lá perto do Saméllo... todos tinham interesse em montar oficina, aqueles que não tinham interesse e eram bons mesmo, iam para São Paulo trabalhar...”(depoimento do Sr.Sétimo).

A facilidade de se colocar no mercado de trabalho ou de montar uma oficina de prestação de serviços, na verdade, demonstra a grande carência de formação técnica que marcou o processo de industrialização no país como um todo. Alguns autores já destacaram a ineficiência do Estado e dos próprios industriais em lidar com a questão que passava necessariamente pelo investimento em educação, como demonstra Warren Dean ao analisar a industrialização em São Paulo:

A atitude autoritária em relação à sociedade pode ter sido a causa de outra peculiaridade da industrialização em São Paulo. Até meados da segunda guerra mundial, os empresários não demonstraram quase nenhum interesse pelo treinamento técnico da sua mão-de-obra... Só existia uma escola para operários especializados, o Liceu de Artes e Ofícios, cujos cursos visavam principalmente à formação de oficiais como, por exemplo, marceneiros. Os industriais não exigiram do governo que proporcionasse cursos adicionais de ofícios técnicos; nem criaram instituições com esse propósito, porque achavam mais barato contratar operários e engenheiros especializados na Europa e nos Estados Unidos e porque seus próprios filhos, que esperavam eles assumirem o controle dos seus negócios, eram mandados ao estrangeiro para estudar (DEAN, 1971, p.190).

Um aspecto essencial que se deve ressaltar nesse contexto é a capacidade da escola profissional de interagir com o meio, mesmo trabalhando com recursos técnicos defasados em relação à indústria, característica que esteve presente desde o início da escola, como se vê nos depoimentos:

“[...] O governo mandavam as máquinas e nós conservávamos aquelas máquinas. Ele não tinha condições de acompanhar o desenvolvimento da indústria. Nós sempre caminhávamos muito atrás da indústria... porque nós não renovávamos o nosso equipamento...” (depoimento do Sr. Sétimo).

Não obstante estar defasada em relação ao crescimento técnico da indústria e estar amparada nos moldes de uma “educação para o trabalho” em que a finalidade maior era oferecer um treinamento básico para o aprendiz de operário, a escola oferecia ao aluno um conhecimento prático, o domínio de uma habilidade, que lhe proporcionava condições

para, a partir daquele aprendizado elementar, ir além, empreender. A partir de uma investigação no Livro de registro de Firmas de Franca, foi elaborado um quadro dos registros de firmas feito por ex-alunos da escola Profissional, como se vê a seguir:

Tabela 6 - Relação de ex-alunos que registraram firmas

Nome	Cursos	Ano de Conclusão	Gênero de Firmas	Ano de Abertura
Constantino Granero	Marcenaria	1952	Fábrica de calçados	1944
João Barbosa Netto	Fundição	1948	Fábrica de verrumas	1944
Oswaldo Ricci	Construção de móveis	1933	Fábrica de móveis	1944
Sebastião Alves	Construção de móveis	1937	Fábrica artefatos de couro	1944
Antonio José Meneghetti	Marcenaria	1935	Serraria e Carpintaria	1945
Luiz Victorelli	Desenho mecânico	1949	Artefatos de ferro, grades e portões	1945
João Batista Fagioni	Marcenaria	1936	Fábrica de calçados	1946
José Rodrigues dos Santos	Mecânica de máquinas	1949	Marcenaria e Carpintaria	1947
Oswaldo Ricci	Construção de móveis	1933	Fábrica de móveis	1948
Sebastião Alves	Marcenaria	1951	Fábrica de calçados e artefatos de couro	1948
Luiz Gandolpho	Mecânica de máquinas	1948	Fábrica de peças mecânicas	1948
José Rodrigues dos Santos	Mecânica de máquinas	1949	Móveis e carpintaria	1950
Maurício Ribeiro	Mecânica de máquinas	1949	Carpintaria e Ferraria	1956
João Batista	Mecânica de máquinas	1952	Oficina e conserto de automóveis	1957
João Parra Tardivo	Construção de móveis	1952	Entalhação e decoração de móveis	1958
Élio Stefani	Marcenaria	1952	Fábrica de calçados	1961
Bruno Betarelo	Desenho Artístico	1937	Indústria de calçados	1961
José Eduardo Marques	Marcenaria	1949	Fábrica e reforma de móveis	1961
Mauro Fanan	Marcenaria	1952	Fábrica de móveis	1961
Varivaldo Barbosa	Ajuste mecânico	1953	Fábrica de calçados	1961
Francisco da Silva Duarte	Marcenaria	1952	Fábrica de móveis	1962
João Garcia Cáceres	Construção de móveis	1952	Fábrica de calçados	1962
Francisco Maranhá Filho	Desenho de plantas	1953	Indústria de calçados	1963
Ivo Rodrigues de Freitas	Mecânica de máquinas	1949	Com.Ind. Máquina de calçados	1963
Manuel Rodrigues de Freitas	Mecânica de máquinas	1952	Com.Ind. Máquina de calçados	1963
Walter Naves	Marcenaria	1952	Indústria e Com de calçados	1963
Francisco da Silva Duarte	Marcenaria	1952	Fábrica de móveis	1964
José Correa Filho	Fundição	1952	Indústria de calçados	1964
Francisco da Silva Duarte	Marcenaria	1952	Fábrica de móveis	1965

continuação

Nome	Cursos	Ano de Conclusão	Gênero de Firmas	Ano de Abertura
Moacir Garcia Berruezo	Mecânica de máquinas	1953	Máquina de benefício de arroz	1965
Maurício Ribeiro	Mecânica de máquinas	1949	Serralheria e carpintaria	1967
Wilson Rosa	Construção de móveis	1934	Indústria de calçados	1967
Geraldo Ferreira Lima	Ajuste mecânico	1952	Oficina de veículos, carpintaria e ferraria	1967
Antonio Coelho Berbel	Marcenaria	1952	Ind.Com.Móveis	1967
Onofre de Oliveira	Marcenaria	1953	Indústria de calçados	1968
Antonio Geron	Selaria	1953	Fábrica de calçados	1968
Antonio Geron	Desenho p/pintores	1948	Fábrica de calçados	1968
Luiz Victorelli	Dessenho mecânico	1949	Serralheria	1969
José Correa Filho	Fundição	1952	Indústria de calçados	1969
Benedito Marques	Mecânica de máquinas	1941	Indústria de calçados	1969
Silvio Pereira Diniz	Mecânica de máquinas	1940	Indústria de calçados	1969
Vicente de Paula	Marcenaria	1953	Indústria de calçados	1969

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca. Livros de registro de firmas. Livros B, C, D e F, estante de firmas comerciais. Livro de registro de notas dos alunos da Escola Profissionalizante Dr. Júlio Cardoso dos anos envolvidos.

No quadro acima, foram relacionados nomes de alunos que registraram firmas no período estudado. É interessante observar que o maior número de registros refere-se a fábricas de calçados, o que reflete o grande crescimento que experimentava esse setor a partir da década de 1940. O segundo gênero de firmas que mais aparece refere-se a fábricas de móveis ou marcenaria e carpintaria e, nesse caso, a firma coincide com o curso específico (marcenaria ou construção de móveis) para exercer a atividade. O mesmo não acontece com alunos que se dedicavam à fabricação de calçados, embora a escola tenha organizado cursos específicos na área de calçados antes da chegada do Senai em Franca; no entanto não há registros dessa documentação na escola, talvez por tratar-se de cursos não-oficiais e de curta duração.

É curioso observar que o ano de abertura da firma às vezes precede a realização do curso, o que faz pensar que a procura pelo curso era uma tentativa de aperfeiçoamento numa atividade que já vinha sendo realizada pelo aluno ou por familiares. Por outro lado, há ocorrências de alunos que só após longo período da realização do curso é que dão início a um empreendimento próprio, o que de certa forma pode ser constatado nos depoimentos de ex-alunos que esclarecem que somente após

obterem prática e somarem um pecúlio para investir em ferramentas e máquinas é que grande parte dos alunos se aventurava num negócio próprio.

Apesar de o quadro elaborado acima permitir uma amostragem da efetiva participação da escola na dinamização da economia da cidade, ele não é conclusivo se considerar que havia um número significativo de oficinas montadas em fundo de quintal que ofereciam serviços, mas que não dispunham de um registro no livro de registro de firmas da cidade, como já foram destacados nos depoimentos de ex-alunos. Há casos como o dos irmãos Poppi, três ex-alunos que registraram uma empresa de produção de máquinas para calçados no nome do pai, Antônio Poppi, e no período estudado não aparecem como proprietários da indústria Poppi.

Além disso, há que se considerar que como o objetivo da escola era preparar mão-de-obra, proprietários de firmas já estabelecidas havia algum tempo na cidade, encaminhavam filhos, parentes ou funcionários para receberem formação técnica. Este parece ser o caso de algumas firmas registradas como a de Fiori Dermínio, que registrou uma Fábrica de Móveis em 1948, e entre os alunos, foi encontrado o nome de Jaime Dermínio no curso de Marcenaria em 1951; como a oficina mecânica de José Fileto, registrada em 1948 e a conclusão do curso de mecânica de Plácido Fileto em 1949; da Oficina mecânica de consertos de automóveis, registrada por Ernesto Suavinho em 1949 e o curso de ajustagem mecânica, concluído em 1953 por Serafim Suavinho, entre outros.

3.3 Ex- alunos à frente de empresas

Logo no início desta pesquisa, quando foi indagado informalmente junto a pessoas com mais de sessenta anos sobre a memória que guardavam da escola profissional de Franca, a primeira lembrança era relacionar nomes de empresas antigas existentes na cidade ao nome de ex-alunos que tinham “se dado bem na vida”, ou seja, tornaram-se empresários bem sucedidos depois de freqüentarem os cursos técnicos daquela instituição. Ironicamente, esta informação nos remete ao estigma que sempre acompanhou o ensino profissional: a de que o curso técnico era destinado aos mais pobres para tornarem-se operários, e esta quase “sentença” não combinava com empresários bem sucedidos. Como foi possível verificar nos relatos dos entrevistados, os adolescentes que freqüentavam a

escola profissional eram chamados pejorativamente de “mãos sujas”, o que demonstra que ainda nas décadas de 50 e 60 estava presente o preconceito em relação às atividades manuais.

Neste item do capítulo, procurou-se dar voz a estes ex-alunos com ênfase na influência da aprendizagem recebida na escola para a prática profissional e constituição de suas empresas. Serão apresentados a seguir cinco empresas do ramo metal-mecânico fundadas por ex-alunos e, destas cinco, apenas uma (Induserv) deixou de existir e em dois casos, Indústria Rochefer e Ivomaq, os ex-alunos já são falecidos, motivo pelo qual foi considerado o depoimento de uma neta em um caso e um filho no outro. Ao serem privilegiadas estas empresas é considerado o fato de estarem produzindo há mais de 40 anos e por terem ligação direta ao curso realizado pelo ex-aluno. As entrevistas seguiram um roteiro, inicialmente indagou-se sobre dados pessoais do ex-aluno para posteriormente explorar a vivência cotidiana do aluno de uma escola profissional, a influência da escola na prática profissional e na idealização da empresa.

3.3.1 Jumil S/A

O primeiro relato é do ex-aluno Sr. José Herval Dias de Moraes. Nascido em 1921 na Fazenda Macaúbas, município de Batatais, distante 40 km de Franca, Sr. José é filho de italianos e seu pai trabalhava nesta fazenda executando serviços diversos de carpintaria, manutenção de máquinas de beneficiar café, entre outros.

Quando completou 14 anos, Sr. José Herval foi incentivado pelo pai e pelo irmão mais velho, Justino, a buscar um curso profissionalizante em São Paulo, mas a distância e a imaturidade fizeram com que Sr. José retornasse logo para casa. A opção mais próxima era a Escola Profissional de Franca; Sr. José juntou-se a um grupo de alunos vindos de Brodósqui, Batatais, Restinga e fazendas da região que viajavam todos os dias cerca de três horas de trem pela estrada de ferro Mogiana até a Escola Profissional de Franca, retornando à tarde. De acordo com seu relato, a maioria desses alunos vindos da região era “gente do povo”, filhos de colonos das fazendas que buscavam uma “melhoria de vida”.

O incentivo para que o Sr. José freqüentasse um curso profissionalizante vinha de dentro de casa. Nessa época, seu irmão mais velho, Justino, que apenas cursou o primário, havia iniciado uma sociedade com Antonio Nori, numa oficina de reparos em marcenaria e outros serviços em Batatais. A sociedade não durou, mas Justino, que havia aprendido várias funções ajudando o pai na fazenda, deu continuidade à oficina em sociedade com o irmão Ermelindo. Enquanto isso, Sr. José Herval passou três anos e meio se especializando nos cursos de modelagem, fundição, ferraria, fresa e torno, oferecidos pela escola profissionalizante. Segundo seu relato, o aprendizado seguia um roteiro: “[...] a plástica era para melhorar, pra educar, mais a vista do operário, então a gente trabalhava em argila, fundia em gesso figuras... em seguida era então a fundição, era um ano de fundição de ferro [...]”.

Ainda quando era estudante, seu José Herval começou a fazer pequenos trabalhos para a oficina do irmão, colocando em prática o aprendizado da escola.

[...] No principio era uma oficina de atendimento e conserto, eu ainda estava estudando em Franca, eu chegava para jantar e tinha um bilhete do *Justino pra eu ir lá para fundir peças [...] na escola, a gente trabalhava no sábado até 12 horas fazendo limpeza, espera o trem sair às 5 horas e chegava às oito, no domingo eu trabalhava praticamente o dia todo na oficina dele modelando e fundindo [...] comecei a fundir peças em alumínio e bronze que era o que eu tava aprendendo na fundição primeiro [...]*.

A fundição era uma atividade que Sr. José realizava com grande habilidade e isso acabou lhe rendendo notoriedade na cidade:

“Eu acredito que a influência da escola na parte de fundição trouxe pra Batatais, na época um progresso muito grande. Quando é que ia surgir fundição aqui, ninguém conhecia isso [...]”.

O conhecimento adquirido na Escola proporcionou a diversificação dos serviços oferecidos pela oficina.

“[...] eu fundia peças variadas de alumínio, bronze, bucha para motor [...]. Naquele tempo os motores não eram de rolamento de esfera, o motor girava em cama de óleo e em bucha, então eu fundia, trouxe de Franca esse melhoramento [...]”.

O Sr. José Herval atribui ao caráter empreendedor e à “genialidade” do irmão (apenas vendo uma máquina trabalhar conseguia fazer uma interpretação completa de seu funcionamento) o crescimento da empresa, mas em nenhum momento desvincula o aprendizado que obteve na escola de todo esse processo:

“[...] Paralelo à oficina, Justino começou a montar rádio pequeno, e eu acompanhava esse montar rádio, na escola eu aprendi a enrolar transformadores, nós tínhamos um professor de matemática que calculava transformadores, num domingo eu fui cedo lá, ele me pediu para enrolar um transformador e deixou o cálculo pronto [...] a partir daí desenvolvi muitos transformadores, 35 mil, 1000 KWA [...]”.

A oficina expandiu e, em meados da década de 40, o trabalho lá realizado envolvia todos os irmãos Moraes: Justino, Ermelindo, Moacir e José Herval. Os serviços oferecidos pela oficina iam desde conserto de geladeiras, reparos em motores até instalações elétricas:

“[...] Justino passou a enrolar motor, pequenos motores, além de motores começou a trabalhar com instalações elétricas fora de Batatais, fazia instalações em fazendas, onde tem os transformadores Jumil, agora eu é que desenhava e construía os transformadores Jumil [...]”.

Em vários momentos de sua fala, Sr. José Herval ressalta a importância do conhecimento teórico assimilado de algumas disciplinas que ajudou na sua prática profissional, como se vê a seguir:

“[...] a parte elétrica eu desenvolvi com base na matemática e desenho que eu aprendi na Escola, quer dizer tudo tem uma Escola [...]”.

Em outros momentos destaca a prática desenvolvida na escola através do aprender fazendo como determinante para realizar algumas funções:

“[...] com dois anos de escola já desenhei o primeiro cubilo e fundi aqui no quintal [...] cubilo é o que derrete o ferro, junto com o carvão, põe na panela e fundi no chão [...] hoje é máquina moderna não é mais carvão é elétrico [...]”.

A oportunidade de crescimento da empresa veio com a segunda guerra mundial. A produção de gasogênio deu impulso aos negócios da firma “Justino de Moraes e Irmãos”, que passou a trabalhar em prédio próprio e montou uma fundição de bronze e outra de ferro, esta última sob orientação do Sr. José Herval.

“[...] No tempo da guerra não tinha reator para motor de partida, eu comecei a fabricar, ia a São Paulo ver os laminadores, conversar com a turma lá e então comecei a enrolar motores pequeno e médio, além dos transformadores [...]”.

Para acompanhar o processo de industrialização em curso no país, a empresa procurou importar equipamentos para melhorar a produção:

“[...] eu fui com o Justino a São Paulo numa feira [...] da fábrica russa nós compramos duas fresas, da Espanha uma máquina de fazer modelo,

dos Estados Unidos um tórno pequeno semi-automático e uma máquina de furar também [...]”.

Com a vinda de firmas estrangeiras para o país, a empresa começou a sofrer com a concorrência, principalmente na parte elétrica; a alternativa adotada foi diversificar as atividades passando a produzir máquinas e equipamentos agrícolas, através do melhoramento e da adaptação de modelos de máquinas já existentes:

“[...] O êxito da Jumil foi acompanhar o agricultor, tinha uma máquina funcionando, uma adubadeira melhor [...] uma plantadeira funciona melhor [...] daí fazia um melhoramento das máquinas existentes usando o sistema nosso [...]”.



Figura 24: Plantadeira fabricada na década de 50 pela Jumil.



Figura 25: Plantadeira Jumil – 2004.

Para acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, Sr. José Herval procurava por vezes frequentar cursos para atualização:

“[...] às vezes eu ai lá onde tinha curso de fundição para aperfeiçoar, porque primeiro mesmo na Escola a gente fundia no chão, calçava com terra e depois que eu vim, começamos a fazer com colete, depois aperfeiçoamos com máquinas, depois fundimos em máquina moderna e hoje é a máquina que faz tudo né, nós temos três máquinas Hunter americana aqui na fundição [...]”.

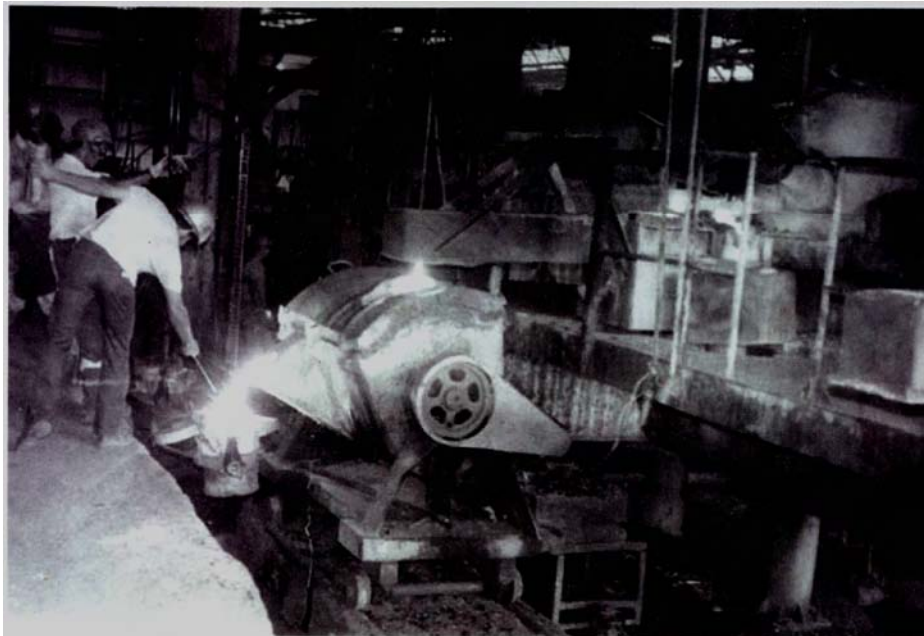


Figura 26: Fundição da Jumil na década de 70.



Figura 27: Fundição da Jumil – 2004.

Esse impacto causado pela modernização foi acompanhado de perto por Sr. José Herval através do tempo:

“[...] Eu era bom desenhista lá na escola, eu gostava de fazer desenho, a gente achava interessante e através do desenho você podia vislumbrar uma máquina, parte da máquina. E hoje, quem faz desenho na Jumil é o computador [...]”.

Atualmente, aos 83 anos de idade, Sr. José Herval está aposentado, chegou a ser sócio na Jumil com 10% das ações, mas, com a morte do irmão mais velho, o controle passou para os filhos de seu irmão Moacir. Depois de um período difícil, quando a empresa entrou em concordata, conseguiu se reerguer e hoje exporta máquinas e implementos agrícolas para diversos países, entre eles, África do Sul, México e China.

O trabalho desenvolvido por Sr. José Herval acabou fazendo escola na cidade. Segundo seu relato, cerca de três fundições que abriram posteriormente em Batatais pertencem a ex-funcionários que foram treinados por ele. Dentro de casa, Sr. José Herval conseguiu influenciar o filho, que se formou em engenharia elétrica e tem uma firma que presta assistência técnica e faz projetos de instalações elétricas para indústrias na região.

Sr. José Herval confirma que todo ex-aluno tinha um emprego garantido quando terminasse o curso na Escola Profissional, principalmente em sua época, quando havia grande carência de técnicos qualificados. Ele próprio chegou a ser convidado para

trabalhar na Arno e CESP e, durante um tempo, chegou a trabalhar no Aeroclube de Batatais, como auxiliar para conserto e manutenção de motores de avião.

3.3.2 Indústrias Mecânicas Rochfer Ltda

A Rochefer é também uma empresa que tem à frente de sua trajetória um ex-aluno da Escola Profissional. Sr. Antonio Rocha, de origem humilde (sua mãe era italiana), era neto de italianos, nasceu em Franca em 1903 e faleceu em 2000 aos 97 anos. Teve uma única filha e hoje a empresa esta sob o comando dos três netos: Márcia, Eduardo e Fernando.

Quem nos concedeu a entrevista foi Márcia Rocha, que trabalha na empresa há vinte e oito anos e chegou a organizar um arquivo, por isso pode falar um pouco da trajetória de vida do avô e da empresa.

Sr. Antonio foi aluno de ferraria e mecânica da Escola Profissional e começou a trabalhar em oficinas de terceiros, fazendo pequenos trabalhos de ferraria com ferraduras, além de ter trabalhado na construção do Hotel Francano, na parte de ferragem.

Em 1936 montou uma oficina na rua Voluntários da Franca, era vizinho de oficina da Sapataria do Sr. Miguel Sábio de Melo, fundador da fábrica de calçados Samello. Nessa época começou a construir sob encomenda turbinas hidráulicas. Essas turbinas eram feitas de forma muito artesanal, utilizava-se de vários moldes de madeira para fundir peça por peça. Dona Márcia cresceu ouvindo o avô contar sobre como fazia essas turbinas funcionar:

“[...] meu avô contava que, por exemplo, um fazendeiro falava assim: ‘eu quero gerar tantos kilowatts de energia, eu tenho que acender quatro lâmpadas [...]’ aí quando ele foi colocar luz na fazenda, o dono resolveu dar uma festa para comemorar a energia [...] e quando a turbina é nova ela esquenta e tem que ficar esfriando [...] então, ela ficou dentro de um buraco resfriando a noite toda, enquanto a festa acontecia no barracão [...]”.

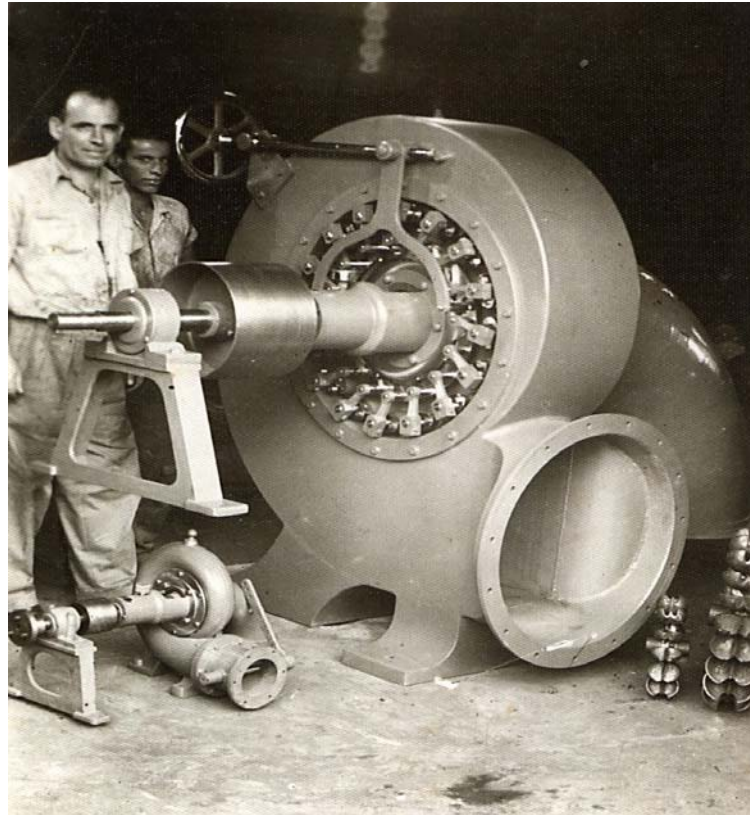


Figura 28: Turbina hidráulica projetada e construída por Sr. Antonio (Totó).

Para expandir a oficina, Sr. Antonio recorreu a um empréstimo particular com um tio-avô, dinheiro suficiente para alugar um novo barracão e comprar novas ferramentas para continuar a fabricar as turbinas e todo tipo de peças para máquinas e reposições.

“Seu Totó”, como era conhecido Sr. Antonio, mesmo depois de muito tempo após ter saído da Escola Profissional, continuava a freqüentar o local, tinha muitos amigos e lá trocava idéias:

“[...] ele sempre mencionou pessoas, que muita coisa que ele desenvolveu na empresa, ele desenvolveu na Industrial, muito depois dele ter saído de lá [...] ele ia buscar informações, conhecimento em saber desenvolver coisas, pedir opinião para os professores que trabalhavam lá [...]”.

Certa vez “seu” Totó teve um sonho que iria mudar sua vida:

“[...] ele sonhou e teve a idéia de fazer uma bomba, interessado em mecânica e com os conhecimentos que ele já tinha adquirido [...] ele viu que era possível fazer acionando a bomba... a roda acionando a bomba, dois pistões, ele percebeu que formava um tipo de êmbolo que pela sucção ela ia sugando a água de um lugar e transportando para outro através do cano... ao sonhar com esse mecanismo, conta minha avó, ele se levantou no meio da noite e foi prá mesa da cozinha desenhar [...]”.

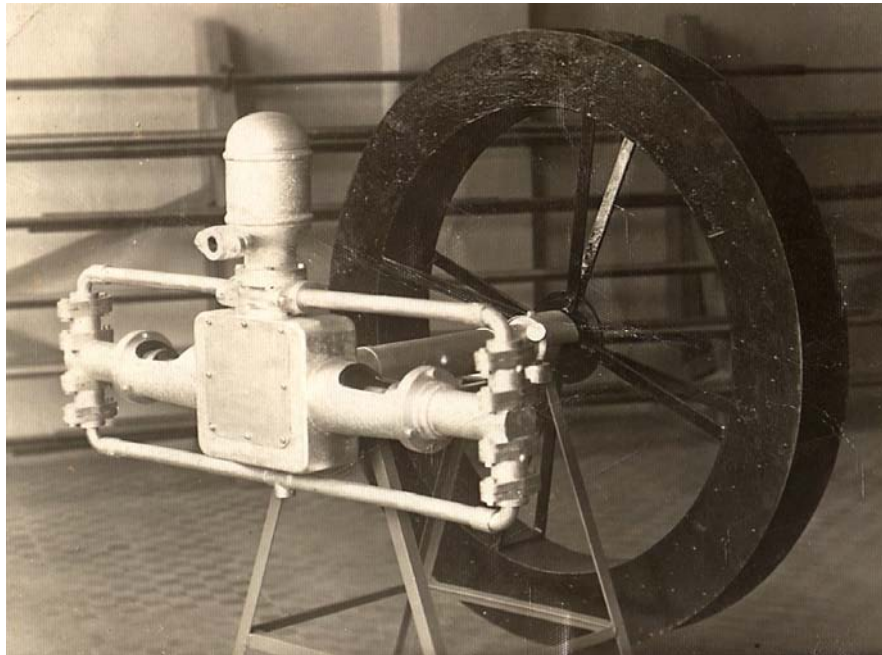


Figura 29: Primeira bomba hidráulica produzida pela Rochefer.

Para conceber esta bomba hidráulica, “seu Totó” esteve várias vezes na Escola, trocando idéias com professores, aperfeiçoando seu invento. A princípio não acreditava que aquela bomba hidráulica fosse, na verdade, um invento:

“[...] ele recebeu a visita de um alemão que ficou assombrado de ver como uma pessoa que com tão poucas ferramentas, com tão poucos recursos conseguia fazer tudo aquilo e ao ver a bomba, disse que ele tinha que patentear, meu avô achava que aquilo já devia existir [...] aí, quando ele foi para São Paulo vender uma ferramenta que furava a saca de café pra tirar amostra, ele passou em frente a Mercúrio que existe até hoje, a marca de patentes, ele entrou e contou que tinha uma fábrica que tinha inventado uma máquina e eles deram instruções, mandaram ele fazer os desenhos; tudo em corte, escreveu do que se tratava em assim fez, em 8 meses ele recebeu a patente, para isso, primeiro eles investigaram no mundo inteiro [...]”.

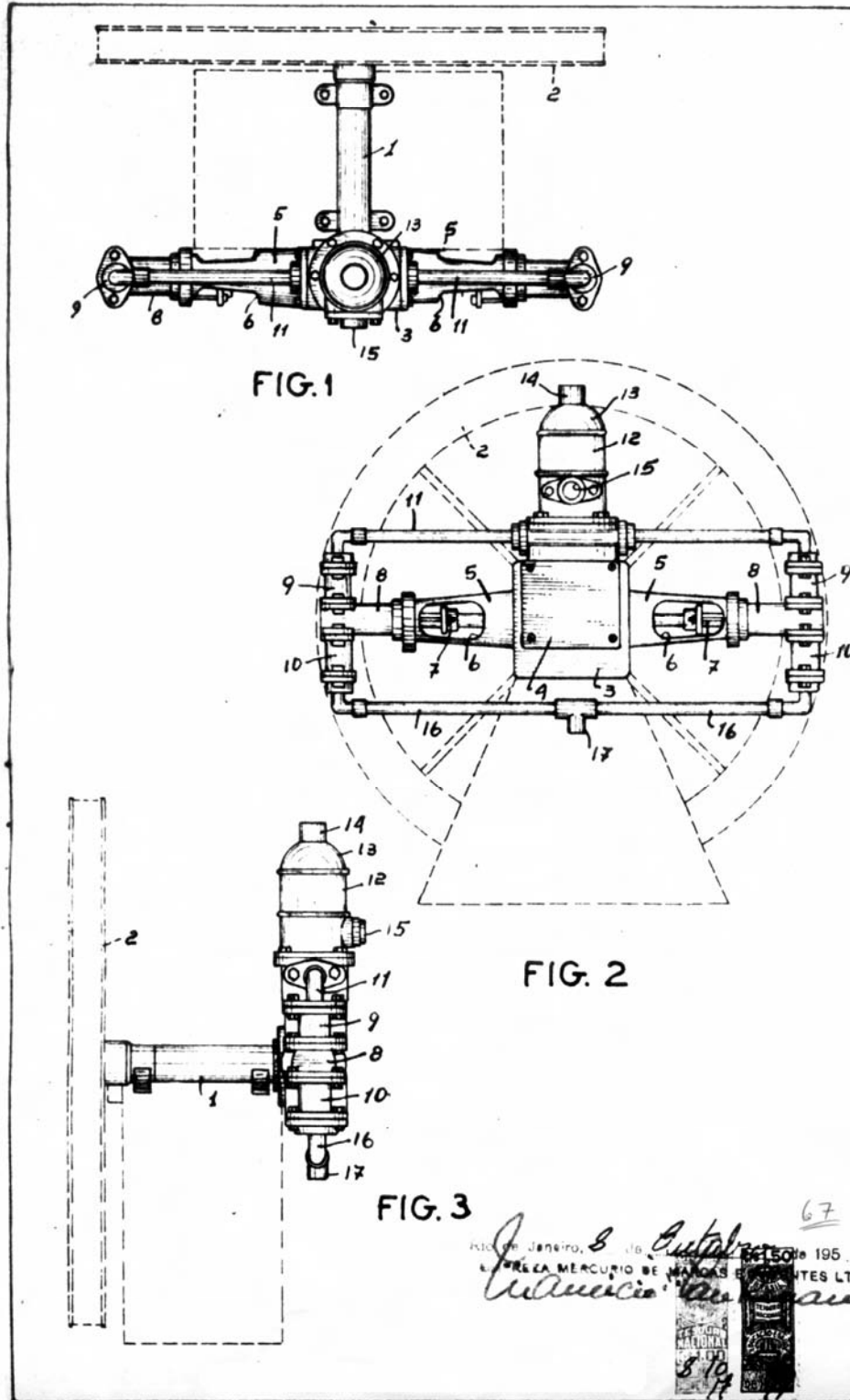


Figura 30: Desenho da primeira bomba hidráulica patenteada pela Rochefort

Mais complicado do que patentear o invento foi conquistar o mercado com ele:

“[...] meu pai veio para Franca e meu avô deu sociedade para ele e quando meu avô começou a fabricar essas bombas em maior escala, o que aconteceu [...] o meu avô tinha talento, meu pai o dom comercial [...] os dois alugaram um caminhãozinho e passaram em várias lojas do Paraná oferecendo, falando da Bomba, o que era, para que servia e muitos falaram que não, que não conheciam aquilo [...] então eles foram deixando as bombas nas lojas, caso alguém tivesse interesse, até que o dono de uma loja resolveu testar no sítio dele, instalou e quando viu que aquilo funcionava [...] aí os dois quase ficaram loucos de tantos pedidos que começaram a chegar [...]”.

Durante 47 anos a Rochefer foi a única empresa no mercado na fabricação de bombas, a oficina do Sr. Totó, que começou com 4 funcionários, chegou a ter 130. Atualmente, com a automação, tem cerca de 79 funcionários e, para trabalhar na empresa, exige-se que o operário tenha curso de torneiro mecânico. Segundo Dona Márcia, o bom andamento dos negócios da empresa depende muito da agricultura, da agropecuária, apenas 10% da produção são exportados para países como Guatemala e México. A empresa estuda diversificar os produtos por ela produzidos, porque acreditam que tenham mercado por no máximo 30 anos, uma vez que até lá a energia elétrica deva chegar a todas as propriedades rurais. Antes de falecer, Seu Totó chegou a realizar um sonho: montar a própria fundição, que funciona até hoje no distrito industrial da cidade.

3.3.3 Poppi Máquinas e Equipamentos

A empresa Poppi Máquinas e Equipamentos é de propriedade de três irmãos: Delmo, o mais velho; Célio e Francisco, os três ex-alunos da Escola Industrial. A entrevista foi concedida por Sr. Célio, que nasceu em 1940, em Cristais Paulista, cidade vizinha de Franca. Neto de italianos, o pai do Sr. Célio era dono de um pequeno empório em Cristais. Em 1952, Sr. Célio e Sr. Delmo deram início ao curso na Industrial. Nos primeiros seis meses de curso, viajavam todos os dias de ônibus e depois passaram a morar no Internato da Escola. Sobre este período no internato, conta o Sr. Célio:

“[...] eu fiquei uns três anos no internato, lá, por ser internato, nós tínhamos uma disciplina maior, não era assim uma disciplina de sargentão, horário direitinho, quem faltava ia ser chamado na diretoria [...] mas era uma disciplina de escola, lá a gente recebia refeição, café e estudo, nós só íamos aos sábados pra casa [...]”.

Segundo Sr. Célio, embora seu pai pudesse, mesmo com dificuldade, ter pago um curso secundário no Colégio Champagnat para os filhos, preferiu incentivá-los a fazer um curso na Escola Profissional e isso tinha um objetivo muito claro: “[..]. a nossa meta era obedecer ao critério do meu pai, ele dizia o seguinte: ‘eu nunca fui empregado e gostaria que vocês não fossem [...] então vocês se preparem para serem patrão [...]’”.

A noção de que o ensino profissional poderia dar uma formação que possibilitaria ao aluno abrir seu próprio negócio parecia uma alternativa razoável para filhos de imigrantes, como o pai de Sr. Célio, que não se adaptaram ao trabalho da lavoura e procuraram se estabelecer com um negócio próprio na cidade. Sr. Célio confessa que a escolha pelo curso de mecânica foi mais para atender ao desejo do pai.

“[...] nós escolhemos porque meu pai falou: ‘vocês precisam estudar, fazer alguma coisa’, agora essa vocação de mecânica a gente quando iniciou a gente não tinha muito não [...] aí foi uma coisa que despertou na gente, começamos a aprender a gostar daquilo, porque já havia nessa época aulas teóricas e práticas [...]”.

Segundo Sr. Célio, o sistema rotativo de frequência às oficinas despertava o interesse e a curiosidade do aluno.

“[...] bom, no primeiro ano você ficava 15 dias na fundição, depois 15 dias no estágio, 15 dias naquelas máquinas de torno, 15 dias de fresa, depois voltava, nós tínhamos aula de manhã de geografia, história, desenho, ciências, matemática, aula de religião, aula de música [...]”.

O curso durava ao todo quatro anos e mais um ano de mestría que Sr. Célio chegou a cursar, mas nunca colocou em prática. Segundo ele, “[...] minha vocação não era de professor, minha vocação era mais para trabalhar mesmo, se dedicar [...]”.

Depois do curso na Industrial, que era o equivalente ao antigo curso ginasial, Sr. Célio fez um curso de contabilidade em outra escola de Franca, mas segundo ele não para exercer, mas para ter noção da contabilidade em uma empresa.

Quando terminou o curso na Industrial, Sr. Célio já pensava em abrir um negócio, mas até ter dinheiro suficiente para comprar um torno, Sr. Célio trabalhou primeiro numa oficina em Franca que se chamava Balola Barini e o Sr. Delmo, no Amazonas. A oportunidade de fazer um teste para trabalhar na Scania em São Paulo foi a primeira vez que Sr. Célio pôs à prova o aprendizado que havia recebido na Escola Industrial:

“[...] eu cheguei na sala tinha uns dez concorrentes, tinha que fazer as respostas, um teste de mecânica mesmo, realizar cálculo de engrenagem, de repente passou lá uma meia hora, mais ou menos o

examinador falou ‘deixa eu ver a sua prova’ e disse ‘você pode esperar na outra sala’ pensei ‘eu fiz alguma coisa errada’, acho que bombei, não é possível, que vergonha!’ [...] tinha interpretação de desenhos, faltava ainda completar umas três perguntas [...] depois de uns 20 minutos veio outro rapaz e sentou perto de mim [...] olhamos para sala todos indo embora, tinha uns dez só nós dois passamos [...] graças a minha escola Industrial, porque lá as respostas é só teórica não estava na prática, aí eu entrei pra fábrica pra fazer a prática. Eu me dá muito bem naquela empresa a ponto deles me oferecerem chefia para não voltar pra Franca [...]”.

As escolas técnicas estaduais eram referência principalmente no interior em qualificação técnica e prova disso era a fácil inserção no mercado de trabalho, após o término do curso:

“[...] aqueles que formaram naquela época, olha, todos eles se deram bem, aqui mesmo na fábrica tenho funcionários que formaram comigo, aposentaram aqui, quer dizer deram homens de bem, na minha época não teve uma pessoa de lá que depois se saiu mal na vida [...]”.

Segundo Sr. Célio, essa boa formação em parte se devia às instalações da escola que contava com bom maquinário e chegava a ser superior às primeiras instalações do Senai, que chegou na cidade na década de 70:

“[...] As instalações da escola eram boas pra época, depois ficou defasado a ponto que o Senai era tão pequenino perto da Escola Industrial e hoje o Senai ta bem na frente [...]”.

Segundo o Sr. Célio, o período que permaneceu em São Paulo trabalhando na Scania contribuiu para aprimorar sua prática profissional:

“[...] a gente tinha vindo de São Paulo e tinha tido contato com máquinas modernas, indústria de automóveis, caminhões, ônibus e aquelas máquinas deu muita visão e uma experiência acima daqueles que trabalhavam aqui, tanto é que quase todos aqueles fecharam que tinham torno, uma oficina fecharam [...]”.

Quando voltou de São Paulo, Sr. Célio e seus irmãos deram início à firma Antonio Poppi e Filhos, na garagem do pai, que nessa época já havia se mudado para a avenida Presidente Vargas em Franca:

“[...] quando voltei de São Paulo já queria trabalhar por conta, eu já tinha uma máquina que nós estávamos pagando e compramos mais um torno e começamos a trabalhar numa pequena oficina de 3 metros por 10, que nós abrimos na garagem do meu pai [...] e aí começou fazendo conserto de máquinas, em Franca tinha poucas fábricas de calçados [...]”.

Com a expansão dos negócios, os Irmãos Poppi adquiriram com recursos próprios um imóvel antigo próximo à Avenida, em 1966 a firma passou a denominar-se Poppi Máquinas e Equipamentos.

“[...] A Poppi, aí surgiu a indústria de máquinas mesmo, que nós fazíamos conserto, reforma [...] aí começamos a fazer umas máquinas de nossa idéia, às vezes uma máquina muito antiga, fomos melhorando [...]”.

O impulso para que os negócios prosperassem veio com uma viagem que Sr. Célio fez à Itália. Essa viagem deu-se no início de 1968, quando os irmãos Poppi haviam construído um barracão que tinham adquirido e a empresa contava com doze funcionários.

“[...] eu queria ver a tecnologia, porque como as máquinas são importadas não tinha fabricante no Brasil, lá no sul tinha alguém fabricando, mas o que eles faziam nós também fazíamos, mas essa ida minha lá abriu os horizontes muito grande pra gente, porque além de você ver o estágio que eles estavam eu consegui pegar umas quatro máquinas e representar, eu vendia as máquinas, e a gente recebia uma comissão [...]”.

Embora a parceria com a indústria italiana fosse promissora, o governo desse período tomou medidas que dificultaram as importações. Segundo Sr. Célio, o governo passou a exigir um depósito no valor equivalente ao produto importado, o que tornava inviável a importação, apesar de as máquinas venderem bem por não terem concorrentes no Brasil. Foi quando Sr. Célio fez uma proposta à empresa italiana:

“[...] a única saída que nós temos é fabricar a máquina de vocês, caso contrário vai ficar muito caro e ninguém vai querer comprar [...] aí eles me deram uma licença para fabricar aquele tipo de máquina, seria uma licença de know-how [...] nós fazíamos uma máquina que eliminava o trabalho de 12 homens, então minha venda foi fabulosa. Nessa época ganhei muito dinheiro, compramos fazenda, propriedades e construímos o pavilhão que estamos hoje [...]”.

O contrato com a firma italiana era a princípio uma licença de fabricação por quatro anos e acabou durando doze anos, a partir daí a Poppi passou a investir em know-how próprio.

“[...] nós fizemos uma coisa, o know-how alemão tinha uma parte boa, então nós pegamos a parte boa da máquina da Alemanha e pegamos parte boa da máquina italiana e fizemos a máquina nossa, surgiu a máquina Poppi [...] depois disso não tivemos mais nenhum know-how pago, o know-how é nosso mesmo [...]”.

A partir da década de 80, a Poppi já não mantinha contrato com firmas estrangeiras e, para criar um know-how próprio, a empresa mantém uma equipe trabalhando exclusivamente neste sentido. A empresa já tem 40 anos, se contar o início na garagem do pai em 1963. Conforme Sr. Célio, para uma firma se manter no mercado por tanto tempo, tem que unir seriedade e competência:

“[...] uma empresa que nasce, se ela não é honesta, ela não dura 10 anos, algo de bom ela tem que ter para existir. Costumamos dizer que somos do tamanho do mercado, se o mercado tá baixo, nós também abaixamos [...] nos últimos anos, se não fosse a exportação talvez nós teríamos até fechado, quando as vendas aqui estão fracas forçamos a venda na exportação, quando a venda tá boa, aqui a gente segura a exportação [...] e a gente é idôneo e tem procurado manter os compromissos com qualidade do produto e também se minha máquina está obsoleta não adianta eu querer vender que ele não vai comprar [...]”.

Atualmente a Poppi mantém uma filial no sul do país e exporta principalmente para o México, Argentina e Peru. A empresa já chegou a empregar 380 funcionários e hoje, com a automação, conta com 150 funcionários. Para que um operário seja admitido, é necessário que ele tenha um curso profissionalizante. Sr. Célio tem consciência do papel de sua empresa no crescimento industrial da cidade.

“[...] eu acho que alguma coisa de bom a gente fez por Franca, porque é difícil uma fábrica que não tenha várias máquinas minhas [...] a gente contribuiu não só para a cidade mas com o Brasil, também eu acho que como um apoio à indústria, eu acho que Franca não estava com essa força no sapato se fosse a Poppi, eu acho que ela serviu de apoio, de estrutura para esse pessoal, nós seguimos o crescimento deles tá certo [...] conforme a evolução deles nós íamos fabricando máquinas mais sofisticadas, acompanhando essa subida [...]”.

3.3.4 Induserv

Senhor Ibirá de Carvalho é também um ex-aluno da escola Industrial que chegou a montar uma indústria de máquinas para calçados. Sr. Ibirá nasceu em Cássia, Minas Gerais, em 1938, seu pai era motorista, a mãe costureira e, em 1919, passaram a residir em Franca. Sr. Ibirá deu início ao curso na Industrial em 1952 e foi contemporâneo do Sr. Célio e do Sr. Delmo Poppi. Sr. Ibirá já morava em Franca quando deu início ao curso e não fez uso do Internato; mas, segundo seu relato, havia nas classes cerca de 40

alunos e metade deles vinha de fora, pois, pelo fato de oferecer internato, a procura pela escola de Franca era grande.

Sr. Ibirá começou a fazer o curso na Industrial porque seu irmão já estudava lá, o irmão fez o curso de mestría e foi professor da Escola Técnica de Batatais. Sr. Ibirá não quis fazer o curso de mestría:

“[...] Eu não fiz o curso de mestría por condição financeira, eu já estava com dezoito anos, já tava mocinho com namorada e não queria saber de estudar mais dois, três anos [...]”.

Embora o curso de mestría representasse também a possibilidade de emprego, a maioria dos alunos optava por trabalhar. Segundo Sr. Ibirá, na sua época, a maioria dos alunos estudava pensando na possibilidade de tentar abrir a própria firma, após trabalhar um tempo para adquirir prática. Assim que se formou, Sr. Ibirá trabalhou em várias firmas em Franca que já não existem mais:

“[...] Na Virgílio Pólo eu trabalhava com enrolamento de motor, naquele tempo consertava-se muita geladeira que não tinha peça de reposição, a gente fazia as peças e eu fui ganhando experiência, já no Balola Barini ele já fabricava máquinas para curtume, então lá eu era um torneiro mecânico de peças pesadas e aí depois eu fui trabalhar na Scania em São Paulo [...]”.

Quando retornou de São Paulo para Franca em 1961, Sr. Ibirá começou a trabalhar como mecânico de máquinas numa fábrica de calçados e foi nessa fábrica que conheceu a indústria alemã de máquinas de calçados PFAFF:

“[...] o pessoal da PFAFF de São Paulo vinham uma ou duas vezes por mês pra dar manutenção, como eu trabalhava numa fábrica que só tinha máquinas PFAFF eu fui aprendendo e fiz amizade com os mecânicos [...] quando essa fábrica acabou em 1967 eu fiz 4 meses de aperfeiçoamento em São Paulo, depois vim para Franca como mecânico e me tornei vendedor para a PFAFF [...]”.

Com a experiência que adquiriu com a venda de máquinas, Sr. Ibirá percebeu que podia melhorar alguns modelos e acreditou que o aluno começasse a adquirir essa experiência desde a escola Industrial, onde aprendia a “enxergar a máquina melhor”. Foi através dessa observação que Sr. Ibirá adaptou colunas na máquina de costurar calçados:

“[...] quando a máquina é reta, não tem mobilidade, na coluna você tem espaço pra subir, descer do outro lado, ou seja, manipulação da peça costurada [...] hoje são máquinas eletrônicas, corta a linha sozinha, essa máquina hoje seria bastante primitiva, mas elas costumam, estão trabalhando até hoje [...]”.



Figura 31: Máquina de pesponto de colunas projetada pelo Sr. Ibirá.

A princípio Sr. Ibirá tentou arrumar empréstimos em bancos para fabricar essas máquinas sozinho:

“[...] Eu fui ao Banco do Brasil, mostrei meu plano e como se fosse hoje me ofereceram mil reais como capital de giro, eu pensei mil reais não dá para comprar nem uma furadeira, então fiquei sujeito ao que a PFAFF me propôs [...]”.

Sr. Ibirá recebeu uma proposta da PFAFF para produzir as máquinas de coluna e viu que era um negócio vantajoso porque não teria que se preocupar com o capital de giro da empresa:

“[...] as primeiras máquinas que nós fabricamos nós pusemos o nosso nome Induserv, aí a PFAFF veio aqui e viram que o produto era bom então eles compraram de nós [...] eles mandavam a máquina reta eu fazia ela ficar grande máquina de coluna e devolvia para eles e eles vendiam como deles [...]”.

Quando fechou esse acordo com a PFAFF, Sr. Ibirá experimentou um grande crescimento na produção:

“[...] nós chegamos a produzir 120 máquinas mês, era um número altíssimo [...] o que eu agüentasse produzir podia produzir que eles ficavam com tudo [...]”.

Entre 1978 e 1994, Sr. Ibirá industrializou máquinas para a PFAFF e chegou a empregar 50 funcionários. No entanto, a concorrência de máquinas mais modernas que entraram no mercado fez com que Sr. Ibirá passasse para o ramo de bordados, embora continue até hoje como representante autorizado de peças das máquinas PFAFF.

3.3 5 Ivomaq Indústria e Comércio de Máquinas Ltda.

A Ivomaq é também uma empresa que tem origem no empreendimento feito por ex-alunos da Industrial, os irmãos Ivo e Manuel Rodrigues de Freitas, que nasceram no município vizinho de Ibiraci - MG, respectivamente em 1928 e 1934. A entrevista foi concedida por Edson Freitas e Antônio de Pádua, filhos do Sr. Ivo (já falecido), que foi o primeiro a iniciar o curso. O Srs. Edson e Pádua foram alunos do Industrial e acompanharam a trajetória do pai na formação da empresa e na função de professor de prática em mecânica e desenho técnico da escola profissional.

Segundo os relatos dos Srs. Edson e Pádua, o incentivo para que seu pai desse início ao curso na Industrial veio de uma habilidade do Sr. Ivo, notada por alguém da família:

*“[...] ele fazia canivetes, modelo perna de moça, de chifre ou de madripérola, era um negócio caprichado... ele tinha muita habilidade para desenho... daí o padrinho dele falou:
- “Você precisa estudar na Industrial. Aí então ele saiu da roça, menino sozinho [...]”.*

Sr. Ivo morava com a família na fazenda do pai e até os dezesseis anos ajudava nos trabalhos da lavoura. Veio para Franca para cursar mecânica e após terminar o curso foi para São Paulo cursar mestría, pois nessa época o curso de mestría ainda não era oferecido na Industrial. Quando retornou, Sr. Ivo começou a lecionar na cidade de Casa Branca e depois veio para Franca. Já instalado em Franca, Sr. Ivo abriu uma oficina com o irmão Manuel, que também havia feito o curso de mecânica. A oficina dos irmãos Rodrigues era um barracão de zinco localizado na rua Floriano Peixoto, posteriormente eles negociaram com um empresário para quem trabalhavam fazendo consertos e reformas, a aquisição de um terreno na rua Tomaz Gonzaga, em troca de serviços. A princípio a oficina fazia apenas prestação de serviços e assistência técnica, reparos e peças

de reposição. Para abrir a oficina Sr.Ivo não contou com ajuda financeira, nem mesmo dos pais.

Dessa forma, o início da empresa contou apenas com a dedicação dos Srs. Ivo e Manoel.

Aos poucos a oficina foi crescendo, e um aspecto curioso fez parte da história da empresa. Por ser professor na escola, Sr. Ivo foi compondo o quadro de funcionários de sua empresa selecionando entre os alunos, aqueles que demonstravam maior habilidade nas aulas:

“[...] durante um bom período da história da Ivomaq, todos os funcionários nossos eram recrutados da escola, da escola Industrial. O meu pai era o professor de mecânica de lá e, já pegava os melhores alunos... Então a história da empresa foi surgindo desta forma: precisa de um funcionário, meu pai já escolhia os melhores alunos dele, e colocava na empresa...”.

Sr. Pádua reconhece que a indústria mecânica surgiu e se beneficiou do crescimento da indústria calçadista e que o papel da escola industrial foi justamente preparar esse caminho:

“[...] quando surgiu a Industrial, Franca não tinha a força do calçado técnico, depois é que surgiu, fortaleceu... ou seja, preparou as empresas pro calçado, não tinha indústria de máquina, daí surgiu nossa empresa, surgiu os Poppi...”.

Enquanto a indústria mecânica Poppi produz alguns tipos de máquinas para calçado como o balancim (máquina para cortar couro), a Ivomaq se especializou em máquinas para costurar solado (blaqueadeira), a partir da criação de um modelo próprio baseado em máquinas alemãs e francesas:

“[...] Para costurar solado mesmo, a blaqueadeira, só nós que produzimos nas Américas. Depois tem na Europa, tem na Ásia, mas sempre foi nosso principal produto, um produto que alavancou e... inclusive foi criação do meu pai. Existiam as blaqueadeiras aranha, um modelo mais antigo, ele criou uma máquina, e continua vendendo até hoje...”.

Na década de 1980, a Ivomaq passou a fabricar máquinas de coluna, para pesponto do couro, atingindo grande excelência em produção de máquinas de costura. Atualmente a Ivomaq exporta cerca de 20% da produção para países da América Latina e tem projeções otimistas para se manter no mercado:

“[...] hoje, nós somos especialistas em máquinas de costura, surgiu neste período todo, colas potentes, mas nada substitui a costura. E esse é o princípio básico nosso, porque nada substitui a costura. E dentro disso

daí, nós temos um planejamento estratégico, estudamos em detalhes nossas oportunidades, que rumo nós vamos trabalhar nos próximos 5 anos...”.

A Fábrica que surgiu em 1962 já chegou a ter 200 funcionários e hoje conta com 135, e, mesmo após a morte dos pais, os filhos continuaram fiéis aos critérios de contratação de funcionários utilizados pelos Srs. Ivo e Manoel, procurando dar preferência para alunos formados na escola Industrial:

“[...] eu como técnico, sempre dei preferência às pessoas que tinham formação industrial, no período mais antigo, por quê? Porque os cursos eram de três ou quatro anos de duração, tinha uma estrutura bem montada.... que foi se deteriorando... em compensação o Senai foi ganhando, crescendo, modernizando com tecnologia, com desempenho... mas com enfoque de especialista, perdendo a visão do todo.”.

A maioria dos operários da fábrica tem pelo menos 10 anos de casa e, para garantir o abastecimento de mão-de-obra especializada, a Ivomaq mantém programas de treinamentos dentro da empresa que atende as necessidades de captação como também oferece treinamento para operários encarregados de manutenção de máquinas provenientes de outras empresas.

Os irmãos Rodrigues foram segundo Sr Edson, apaixonados pela escola, mesmo depois que sua firma expandiu e começou a dar lucro eles não abandonaram suas aulas até se aposentarem na década de 1980. Os irmãos vivenciaram o período áureo da escola e acompanharam também o processo de decadência pelo qual a escola passou a partir da década de 1970:

“[...] Durante muitos anos, o meu pai tinha que comprar matéria-prima e levar porque lá não tinha sustentação. Ele falava assim para a empresa: ‘me manda duas barras de ferro porque aqui não tem, eu preciso ensinar e não tem’... ele trazia porque já não tinha com o que trabalhar... era uma escola diferente mesmo, porque o pessoal dava a vida por aquilo ali”.

O Sr. Ivo conseguiu que seus dez filhos seguissem seus passos e fizessem cursos na industrial. A empresa tem atualmente 13 sócios, três filhos do Sr. Manuel e os dez filhos do Sr. Ivo e, para evitar conflitos entre os sócios, nos últimos anos a empresa criou um acordo societário que estabelece regras detalhadas da sociedade:

“[...] de um período para cá nós profissionalizamos a empresa... e isso ajudou a empresa a ter um período mais longo... porque é difícil uma empresa sobreviver 40 anos e viver em harmonia...”.

Os depoimentos aqui retratados são muito reveladores a respeito do ensino profissional, uma vez que em seus relatos os entrevistados atribuem grande peso à formação que receberam da escola técnica para o desenrolar de suas vidas profissionais e para o desenvolvimento de suas empresas. Por mais que a constituição e sucesso dessas empresas devam considerar fatores como o momento oportuno em que foram geradas, o espírito empreendedor de alguns e, até mesmo, sorte, não há como subestimar a importância do ensino profissional nesse processo.

No entanto, estes ex-alunos/empresários constituem na verdade exceção, haja vista que a orientação dos cursos profissionalizantes das escolas técnicas do estado de São Paulo não fomentava a formação de empresários; o objetivo desses cursos era tão somente a formação de operários qualificados. Portanto, nesses relatos vimos ex-alunos que ou procuravam algo mais nestes cursos ou que souberam aproveitar o máximo de um ensino técnico elementar para ir além, aperfeiçoarem-se, criarem, empreenderem.

Os relatos revelam muitos pontos em comum. No que diz respeito à origem, todos os entrevistados são filhos ou netos de imigrantes italianos e espanhóis. De origem humilde, estas famílias em geral viam no ensino profissionalizante a oportunidade, talvez única, de conseguir trabalho ou montar o próprio negócio e não ficar subordinado ao trabalho da lavoura.

Outro elemento comum nesses relatos é que a constituição dessas empresas não contou com empréstimos a bancos ou incentivos de governo, o capital inicial vinha de empréstimos particulares ou reserva de poupança.

Os entrevistados atribuem a longevidade de suas empresas no mercado ao fato de serem empresas familiares que são administradas por seus fundadores, ou filhos ou netos, como também pela idoneidade da empresa e qualidade dos produtos oferecidos.

Os entrevistados não chegaram a fazer um curso superior além do técnico e, embora tenham orientado os filhos neste sentido, não acreditam que um curso superior poderia ter alterado significativamente a trajetória de suas empresas.

Está presente nos relatos dos entrevistados também a consciência de sua participação no desenvolvimento industrial de sua cidade (e do país como um todo), como foi visto no relato do Sr. José Herval, para Batatais, e Sr. Célio Poppi, para Franca.

Todavia, o aspecto comum mais importante que sobressai nesses relatos é a essência do que representou o ensino técnico para estes ex-alunos. A rotatividade e a prática nas oficinas, disciplinas como desenho e cálculos matemáticos na sala de aula

propiciavam não só o aprendizado de como manusear uma máquina, mas, mais do que isso, tornava possível “enxergar a máquina” (como nos disse um dos entrevistados), condição fundamental para ter domínio sobre seu funcionamento, pensar em melhorias para seu rendimento, inventar outros modelos.

Desse modo, se o número de ex-alunos que se tornaram industriais é pequeno para chegar à afirmação de que o ensino profissional promoveu o desenvolvimento industrial em Franca e região, por outro lado, deve-se, ao menos, pelo que ficou claro nos depoimentos acima, não negligenciar o papel do ensino profissional neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do ensino profissional no Brasil, qualquer que seja a proposta de análise, deve levar em consideração algumas características presentes no desenvolvimento histórico do ensino de ofícios desde o período colonial.

O ensino de ofícios sempre existiu de forma não organizada nas oficinas, engenhos, vilas, etc. onde se difundiu o “aprender-fazendo” e, para as atividades que exigissem maior conhecimento técnico, recorria-se a técnicos vindos de fora, procedimento que continuou ocorrendo no país até meados do século XX. Com a vinda da família real para o Brasil, foi possível a criação das primeiras escolas de ensino de ofícios que, juntamente com instituições militares e religiosas disseminaram o ensino profissional na colônia e império.

A herança européia de preconceito aos trabalhos manuais, a associação à vida de negros escravos que exerciam atividades diretamente ligadas à produção e as medidas do governo colonial para oferecer treinamento profissional a crianças órfãs e desamparadas, ajudou a criar o estigma arraigado na cultura nacional de que o ensino profissional estava destinado a negros e pobres, preconceito inclusive institucionalizado pela legislação oficial que reservava o ensino de ofícios aos “desfavorecidos de fortuna”.

O discurso a respeito do ensino profissional existente desde o período colonial e que se firmou durante o império era o de antídoto à vadiagem e marginalidade, haja vista a necessidade de oferecer uma aprendizagem profissional às crianças abandonadas nas grandes cidades, a homens livres pobres e ex-escravos, ou seja, de fazer do ensino profissional um agente eficaz que pudesse conter conflitos sociais.

A partir da República o processo de urbanização, industrialização, imigração e decadência do poder das oligarquias agrárias conferiram ao ensino profissional um novo status. Os anseios da elite pela modernização do país se amparavam na defesa da educação como principal instrumento de progresso e ressaltavam a importância do ensino profissional na tarefa de qualificação de mão-de-obra para a indústria.

Em 1909, Nilo Peçanha criou a rede federal de Escolas de Aprendizes Artífices, importante incentivo no sentido de valorização do ensino profissional. Até 1930, o sistema de ensino não estava organizado em uma base nacional, e dessa forma os estados tinham autonomia para criar seus próprios sistemas escolares. São Paulo foi o

primeiro estado da federação a criar uma rede estadual de ensino profissional instalando unidades na capital e no interior.

As escolas da rede estadual de ensino profissional se organizaram com a proposta de formação integral do aluno-operário defendido principalmente por Aprígio Gonzaga, diretor da escola profissional masculina da capital e, como contraponto, havia aqueles que defendiam um ensino profissional baseado nos princípios de racionalização e administração científica defendida, entre outros, por Roberto Mange.

Com a montagem do Senai, o grupo em torno de Mange conseguiu colocar em prática um sistema paralelo de ensino profissional que atendesse mais diretamente aos interesses da indústria, que necessitava de formação rápida de mão-de-obra em atividades especializadas. Por outro lado, as escolas da rede estadual, embora aos poucos tenham introduzido métodos de racionalização, não assimilaram completamente o modelo de aprendizagem industrial, até porque não conseguiam acompanhar o desenvolvimento tecnológico das indústrias.

A maioria dos trabalhos sobre o ensino profissional procura ressaltar o processo de racionalização do ensino e as estratégias de socialização e moralização do trabalhador. Neste estudo sobre a escola profissional de Franca procurou-se dar ênfase à inserção da escola profissional na vida social e econômica da cidade desde sua inauguração em 1924 até o final da década de 1960, período em que a escola foi a única instituição a oferecer aprendizagem profissional na cidade.

Quando se deu a instalação da escola, Franca apresentava considerável crescimento urbano-comercial motivado pelo desenvolvimento da economia cafeeira no município e, no setor industrial, a produção de calçados ensaiava seus primeiros passos. Desde então, a escola passou a suprir a falta de mão-de-obra qualificada para serviços em oficinas de consertos, reparos e assistência técnica.

A grande carência de mão-de-obra qualificada garantia ao aluno da escola profissional tendo concluído ou não o curso, uma colocação no mercado de trabalho na cidade ou nas grandes empresas que se instalaram na capital.

Na pesquisa da documentação referente ao arquivo da escola foi possível traçar um perfil do aluno que buscava o ensino profissional. A maioria eram filhos de lavradores e comerciantes seguidos por filhos de operários urbanos ligados a diversas atividades. Quanto à nacionalidade, a maioria era composta por brasileiros, mas pela listagem de nomes é possível perceber um número significativo de descendentes de

imigrantes estrangeiros, principalmente italianos. Embora houvesse grande número de alunos carentes, a clientela da escola constituía-se principalmente de alunos oriundos das camadas médias que, na impossibilidade de arcar com os custos necessários para freqüentar um curso superior, viam na formação profissional a possibilidade de se preparar para o mercado de trabalho, seja como operário, ou com a perspectiva de abrir seu próprio negócio.

A análise da imprensa local revelou que notícias sobre a escola eram freqüentes por todo período estudado e fazia parte de uma estratégia de divulgação do ensino profissional e dos valores agregados a ele presentes no dia-a-dia da escola, seja nas exposições de alunos, verdadeira vitrine das atividades realizadas na escola do trabalho, ou no apoio às artes, cultura e esportes, áreas importantes na propagação dos ideais de modernização e racionalização da sociedade, que eram inseridos na realidade escolar através de movimentos como o eugenista e o higienista. Por outro lado, a visibilidade na imprensa tinha como conseqüência mais pertinente a realidade local, a construção da imagem da escola como centro de referência técnica da região, uma vez que, estando Franca distante dos grandes centros, era comum a procura pelos serviços da escola por empresas da cidade e localidades vizinhas.

Outro aspecto que a pesquisa procurou ressaltar foi o papel da escola no desenvolvimento da economia local dada a influência que teve na formação de várias indústrias na cidade fundadas por ex-alunos. Nos depoimentos de ex-alunos que se tornaram empresários, há um consenso em atribuir grande peso à formação recebida na escola, que lhes serviu de base para suas escolhas profissionais, além de ter proporcionado habilidade técnica a eles, permitindo-lhes ocupar um espaço no processo de industrialização da cidade ao longo do século XX.

A análise que se propôs de uma realidade específica sob a perspectiva de como a escola profissional interagiu com o meio em que estava inserida, desvendou aspectos que remetem a interpretações mais generalizantes sobre o ensino profissional, mas, por outro lado acrescenta elementos novos que sugerem um novo olhar sobre o tema.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo do Centro de Memória da Escola “Doutor Júlio Cardoso”

- Livro de registro de Matrículas (1924- 1970)
- Livro de registro de Notas
- Relatórios dos Diretores.
- Livro de Investigação
- Relatório Alcides Nascimento

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”:

- Livro de Registros de Firmas (1900-1970)

Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”:

Jornais:

- Trabalho e Cultura
- O Francano (1953)
- Diário da Manhã (1949)
- Diário da Tarde (1946, 1952)
- O Aviso da Franca (1925, 1927)
- Tribuna da Franca (1900 a 1935)
- Cidade da Franca
- Comércio da Franca (1915 até hoje)
- Almanques- 1911, 1912, 1913, 1945.

Depoimentos:

- José Garcia (Depoimento para a Exposição em comemoração aos 80 anos da Escola)
- Maria de Lourdes Faleiros Lopes (Depoimento para a Exposição em comemoração aos 80 anos da Escola)

Entrevistas:

- Márcia Rocha (concedida em 22/03/2004)
- Célio Poppi (concedida em 13/04/2004)
- Ibirá de Carvalho (concedida em 22/04/2004)
- José Herval Dias de Moraes (concedida em 26/04/2004)
- Sétimo Antonio Bolela (concedida em 18/03/2005)
- Edson Freitas (concedida em 16/03/2005)
- José Luis Chavier (concedida em 18/09/2005)
- Luis Gonzaga Gaspar (concedida em 26/09/2005)
- Jorge Elias Borges (concedida em 07/10/2005)
- Basílio de Moraes (concedida em 19/10/2005)

ANTONACCI, Maria Martines. **A vitória da razão**: o instituto de organização racional do trabalho de 1931 a 1945. São Paulo: FFLCH-USP, 1985.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **A instrução pública no estado de São Paulo**: a reforma de 1920. São Paulo: EDUSP : Faculdade de Educação, 1976.

AZEVEDO, Célia M. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – séc. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 1937, v. VI (Obras Completas).

_____. **Educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1937. v. XVI (Obras completas).

_____. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Org.) **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFCLH/USP, 1999.

BARBOSA, Aguinaldo. **Política e modernização do interior paulista**. 1998. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

_____. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (Franca, 1920 – 1990). 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.

BOLONHA, Ítalo. **Roberto Mange e sua obra**. São Paulo: UNIGRAF, 1980.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BORGES, Wanda Rosa. **“Seminário de Mininas Orphãos e Educandas de Nossa Senhora da Glória”**: primeiros ensaios para a profissionalização feminina em São Paulo - 1825-1935. 1973. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1973.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no séc. XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUFFA, Éster; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A escola profissional de São Carlos**. São Paulo: CEETPS : São Carlos: EDUFSCAR, 1998.

CAMPOS, Cristina de. **A cidade através da higiene, 1925-1945**: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo. 2001. 291 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHAGAS, Valmir. **O ensino de 1º e 2º graus**: antes, agora e depois? São Paulo: Saraiva, 1984.

CHÂTEAU, Jean. **Os grandes pedagogistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica, 1986.

CORREA, Carlos Humberto. **História oral**: teoria e técnica. Florianópolis: USFC, 1978.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. UNESP : Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. UNESP : Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. UNESP : Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **A universidade temporã. Da colônia à era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DEAN, Warren. **A industrialização em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 62, p. 45-79, 1982.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1952.

DI GIANNI, Tércio Pereira. **Italianos em Franca**: Imigrantes de Boa Estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP, 1997 (História local, 1).

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café**: Franca 1880-1920. 2002. 224 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1983.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização no interior paulista**: o poder público municipal e a transformação do espaço urbano de Franca (1890 – 1940). 1999. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

FOOT HARDMAN, Francisco, LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRANCO, Maria Silvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.

FRANCO, Misseno M. (Org.). **Almanach de Franca para 1902**. São Paulo: Duprat, 1902.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

_____. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995.

GITAHY, Maria Lucia C; RIBEIRO, Maria Alice; CAETANO, Coraly G. **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1986.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Formação do trabalhador e ensino profissional**: a escola profissional masculina de Rio Claro. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBANHES, Lauro César. **O discurso político-ideológico e o projeto racionalizador do Instituto de organização racional do trabalho - IDORT- na década de 30**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

INFANTOSI, Ana M. **A escola na República Velha**. São Paulo: EDEC, 1983.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUENZER, Acácia. **Pedagogia da fábrica**: As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo: Melhoramentos, [19--].

LUIZZETTO, Flávio. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: Contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Cortez, 1982.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Loyola, 1986.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: EDUNESP, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania e submissão?** Campinas: Autores Associados, 2000 (Polêmica de nosso tempo, 7).

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Portugal: Martins Fontes, 1968.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru: EDUSC : Brasília, DF: INEP, 2002.

MOACIR, Primitivo. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

MORAES, Carmen Sylvia V. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934**. 1990. 302 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1990.

_____; ALVES, Júlia Falivene. **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

_____. **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: Uma história em imagens**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAIS, Luísa Emília Lima de. **Gustavo Capanema: O ensino secundário e a sistematização da educação brasileira no estado novo (1934-1942)**. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, CEETPS, 1994.

MURASSE, Celina Midori. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. 184f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NASCIMENTO, Hygino A.; MOREIRA, Eufrausino (Orgs.). **Almanaque histórico da Franca, 1943**. São Paulo: Tipografia Renascença, 1943.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992 (Educação: teoria & crítica).

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In: BONEMY, Helena (Org.) **Constelações Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PILETTI, Nelson. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** São Paulo: EDUSP, 1988.

PIRES, Júlio Manuel. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Orgs). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas : FFLCH/USP, 1999.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República Velha: 1909-1930**. Curitiba: CEFET, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, 1981.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1992.

RIBEIRO, Maria Alice. O Estado e a qualificação do trabalhador assalariado urbano. In: GITAHY, M. L. C. (Org.) **Trabalho urbano e ensino profissional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986.

RINALDI, Dalva M. Chioca. **O façoniismo em Franca**. Franca: UNESP, 1987.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**. Campinas: Mercado da Letras, 2003.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M.B.; COSTA, Vanda M. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SENAI. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional**. São Paulo: SENAI, 1991.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Adriana Vieira Gomes da. **Trabalho e educação: ensino profissionalizante em Franca: Escola Industrial “Dr. Júlio Cardoso”**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

SOUZA, Sauloéber Társio. **A educação escolar em meio aos imperativos da modernização (Franca: 1961-1971)**. 2000. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817- 1820)**. Tradução Lucia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ et al. **“Aglomerações industriais em São Paulo”**. Pesquisas NEIT. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/indexie.html>>. Acesso em: 10 abril 2004.

TENCA, Álvaro. **Nos trilhos da memória: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de velhos trabalhadores ex-alunos do Curso de Ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação e poder local: A formação do sistema de ensino em Franca e os limites da cidadania (1889-1928)**. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1970.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOMAZINI, Maria Lúcia; ADIB, Mauriel Arley. **História e memória da ETESG “DR. Júlio Cardoso”**. Franca, 1991 (mimeo).

TOSI, Pedro. **Capitais do interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador séc. XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999. (Textos do tempo).

VIDAL, Diana G; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Org.). **Brasil 500 anos**: Tópicos em Educação. São Paulo: EDUSP, 2001.

VILLALTA, Luís. O que se fala e o que se lê, línguas, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Mello (Orgs.) **História da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1997 (História da vida privada, 1).

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN : Universidade São Francisco, 2000.

XAVIER, Maria Elizabeth S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papyrus, 1990.

ZIBAS, Dagmar; AGUIAR, Márcia; BUENO, Marias. **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília, DF: Plano, 2002.

APÊNDICE A – Autorização de Entrevista de Sétimo Antônio Bolela

Termo de Consentimento

Eu, Sétimo Antônio Bolela RG: 2561316,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca 29 de Março de 2007



Entrevistador



Entrevistado

APÊNDICE B – Autorização de Entrevista de Luiz Gonzaga Gaspar

Termo de Consentimento

Eu, Luiz Gonzaga Gaspar RG: 5.470.406,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca 26 de MAIO de 2007


Entrevistador


Entrevistado

APÊNDICE C – Autorização de Entrevista de Márcia Bastos Conceição

Termo de Consentimento

Eu, Márcia Bastos Conceição RG: 8.524.716,

autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca 26 de Março de 2007


Entrevistador


Entrevistado

APÊNDICE D – Autorização de Entrevista de Basílio de Moraes

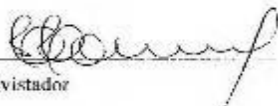
Termo de Consentimento

Eu, Basílio de Moraes RG: 11-500.184-0

autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca, 26 de Março de 2007


Entrevistador

Basílio de Moraes
Entrevistado

APÊNDICE E- Autorização de Entrevista de José Luiz Chavier

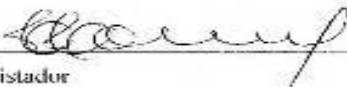
Termo de Consentimento

Eu, José Luiz Chavier RG: 2153889.

autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comússio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca, 26 de Março de 2007


Entrevistador


Entrevistado

APÊNDICE F – Autorização de Entrevista de Ibirá de Carvalho


Termo de Consentimento

Eu, Ibirá de Carvalho RG: 6.758.956,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de
doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no
curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do
professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador,
bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os
princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e
discrição.

Franca 26 de Março de 2007


Entrevistador


Entrevistado

APÊNDICE G – Autorização de Entrevista de Célio Poppi

Termo de Consentimento

Eu, Célio Poppi RG: _____
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca 02 de MAIÇO de 2007

Entrevistador

Entrevistado

APÊNDICE H – Autorização de Entrevista de José Herval Dias de Moraes

Termo de Consentimento

Eu, José Herval Dias de Moraes RG: 6.815.014,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de
doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no
curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do
professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador,
bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os
princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e
discrição.

Franca 01 de Abril de 2007


Entrevistador


Entrevistado

APÊNDICE I – Autorização de Entrevista de Jorge Elias Borges

Termo de Consentimento

Eu, Jorge Elias Borges RG: 846.136,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de
doutorado em História da aluna Cacilda Conássio Lima, regularmente matriculada no
curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do
professor Ivan Aparecido Mansel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador,
bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na íntegra, observando os
princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e
discrição.

Franca 31 de Março de 2007

Jorge Elias Borges
Entrevistador

Cacilda Conássio Lima
Entrevistada

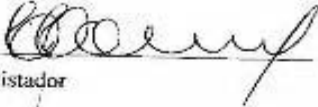
APÊNDICE J – Autorização de Entrevista de Edson Ortiz de Freitas

Termo de Consentimento


Eu, Edson Ortiz de Freitas RG: 6.849.799,
autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de
doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no
curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do
professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador,
bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os
princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e
discrição.

Franca 28de março de 2007



Entrevistador



Entrevistado Edson Ortiz de Freitas

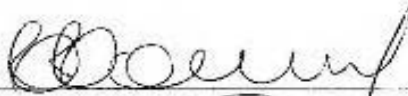
APÊNDICE K – Autorização de Entrevista de Antônio de Pádua Ortiz de Freitas

Termo de Consentimento

Eu, Antonio de Padua Ortiz de Freitas 6 255 426-8, autorizo a gravação de entrevistas com a finalidade de colaborar com a pesquisa de doutorado em História da aluna Cacilda Comássio Lima, regularmente matriculada no curso de pós-graduação em História da UNESP, campus de Franca, sob a orientação do professor Ivan Aparecido Manuel.

Estou ciente de que este material será ouvido pela aluna e por seu orientador, bem como serão utilizados trechos da minha entrevista transcrita na tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discrição.

Franca 28 de março de 2007



Entrevistador Antonio de Pádua Ortiz de Freitas



Entrevistado Antonio de Padua Ortiz de Freitas